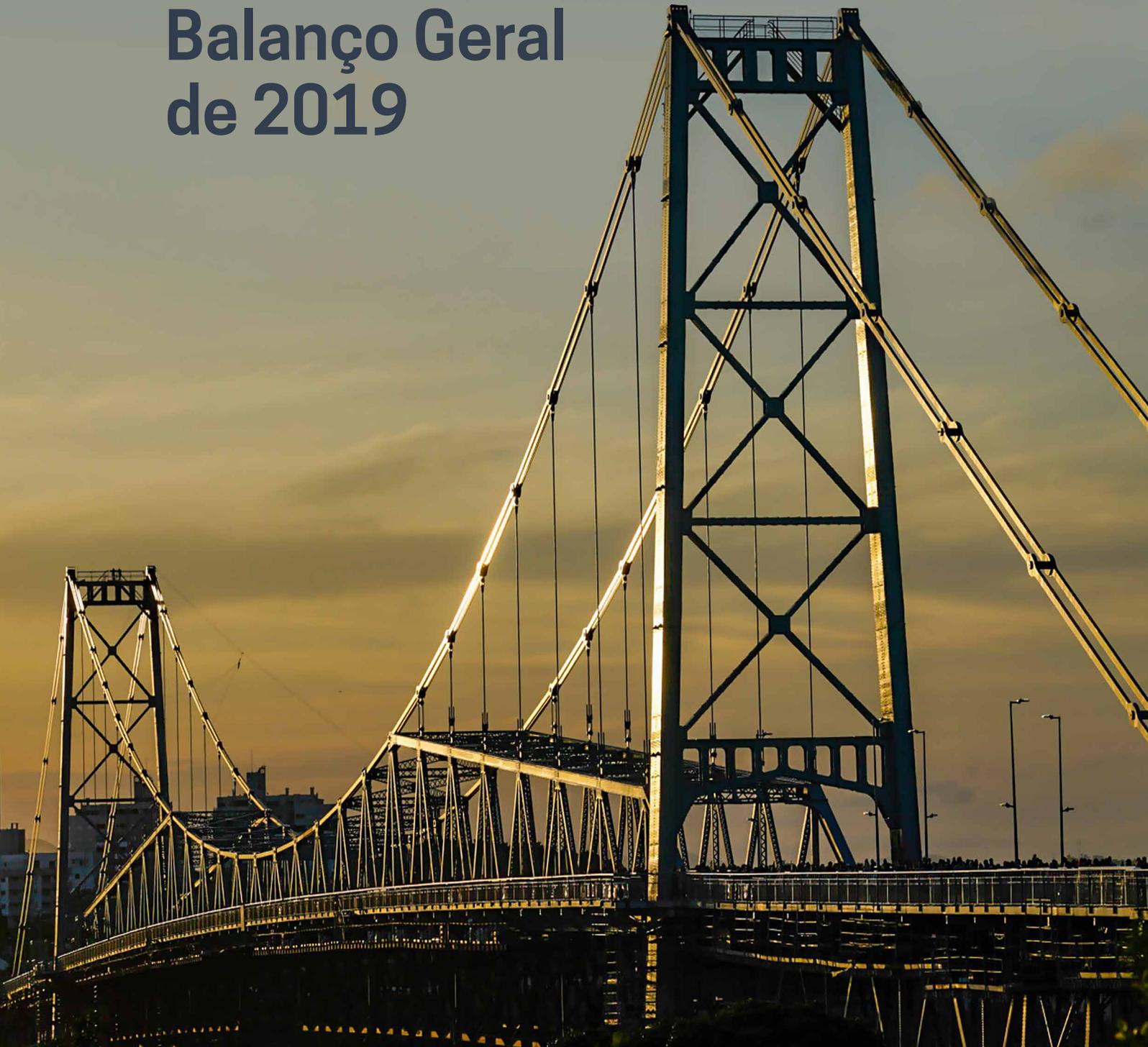


Santa Catarina

Balanço Geral de 2019



Volume 1

Relatório Contábil de
Propósito Geral (RCPG)

DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA 

Santa Catarina

Balanço Geral de 2019

Volume 1

Inovação e Governança

DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**



BALANÇO GERAL DE 2019

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

DIRETOR

Jefferson Fernando Grande

ASSESSORIA

Rosangela Della Vecchia

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA (GECOP)

Loreni Pizzi (Gerente)

Andréa Terezinha Vitali

Cintia Fronza Rodrigues

Geraldo Catunda Neto

Isis Paz Portinho

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Jorge Luiz Alves

Kely Cristina da Silva Truppel

Raquel Costa Pereira

Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS (GEINF)

Giuliano da Silveira Martins (Gerente)

Alice Luciane Rhoden

Gilceu Ferreira

Gilmar de Oliveira Amorim

Heber Lima da Costa

Maria Luiza Seemann

Marcelo Fernandes Pedrosa

Márcio Studart Nogueira

Mário Wendhausen Gentil

Paulo Rodrigo Capre

Tatiana Borges

Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)

Daniela de Souza Pereira

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena

Elizabete Salazar da Silva

Craziela Luiza Meincheim

Michele da Silva Espindola

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Abel Guilherme da Cunha

Adalberto Cervino Ventura

Alexandra Mara de Brito

Anderson Pereira

André Amaral Medeiros

André Luis Steffen

Arcangelo Felisberto

Bruno Hubacher da Costa

Cristiano Severo Martins

Dielis Heder Fiorentini

Eliana Amorin Rosa

Elisa Mayer

Ercí Velho de Melo Petronilio

Everaldo Elias Vieira

Fabiana Santana Correa

Graziela Gesser

Guilherme Cerutti Bueno

Gutemberg Salles Afonso

Isac Garcia Fernandes

Ivana Kretzer Santos

Júlio Cesar Siqueira

Laizy da Silva

Luana Claudia Torres

Marcelo Carlos Botelho

Nadieg Sorato Pacheco

Ozemar Nascimento Willmer

Paulo Guilherme O. Belvedere

Patrick Estevão Imeton Pereira

Priscila Tais Schulle

Rinaldo José Valese

Sandro Medeiros Alves

Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL DE 2019

Diretoria de Administração Tributária – SEF

Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF

Diretoria do Tesouro Estadual – SEF

Grupo de Trabalho de Informações para a
Prestação de Contas Anual do Governador criado
pela Portaria n° SEF 217/2019

INFORMAÇÕES

Gerência de Contabilidade Pública

gecop@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 –
(48) 3665-2770

Centro Administrativo do Governo

Rodovia SC-401, n° 4.600 – Km 5 – Saco Grande II –
Florianópolis – SC

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Comunica - Agência de Comunicação EIRELI

FOTO DA CAPA

Ricardo Wolffenbüttel - Secom

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 1 DO BALANÇO

Andréa Terezinha Vitali
Cintia Fronza Rodrigues
Geraldo Catunda Neto
Isis Paz Portinho
Janice Vilsélia Pacífico da Silveira
Jefferson Fernando Grande
Jorge Luiz Alves
Kely Cristina da Silva Truppel
Loreni Pizzi
Maria Luiza Seemann
Raquel Costa Pereira
Rosangela Della Vechia
Sandro Robson Pontes
Vagner Alonso Pacheco
Tatiana Borges

ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL 2019

Carlos Moisés da Silva
GOVERNADOR DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Paulo Eli
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patrícia Roncalio
SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Jefferson Fernando Grande
DIRETOR DE CONTABILIDADE E
DE INFORMAÇÕES FISCAIS

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Um ano histórico:
desafios vencidos
e a reconquista da
credibilidade

2019 foi o ano de arrumar a casa – é o que fica evidente neste documento que os senhores recebem –, mas não só. Como anunciamos ainda nas primeiras semanas de nosso governo, foi um ano para destravar bloqueios e entraves, e para recolocar Santa Catarina no eixo que lhe é próprio: o da prosperidade, do desenvolvimento e da inovação.

Neste Balanço Geral, os avanços se evidenciam. Restam visíveis o esforço bem-sucedido em diminuir deficits, o empenho pela economicidade no uso dos recursos públicos, a diligência em recuperar a capacidade de investir naquilo que é necessário à população e, principalmente, o compromisso em resgatar esse valor intangível, mas inestimável ao nosso Estado, que é sua credibilidade.

Agora, nos primeiros meses de 2020, podemos afirmar que, sim, já estamos trilhando os novos rumos do desenvolvimento catarinense com o que nos comprometemos no início de nossa gestão. Redescobrimos, como administração pública, que é possível nos reinventar, adotar modelos de trabalho mais eficientes, reduzir sem perder eficiência e, o mais importante, agir de acordo com princípios e valores sólidos, como deve ser para todos aqueles que fazem a escolha por servir à sociedade, a escolha pelo serviço público.

A transparência, mais do que uma ideia, tornou-se prática cotidiana, e a integridade é meta coletiva e permanente. A eficiência revela-se nos resultados cada vez mais positivos acerca do nosso trabalho, cuja qualidade em benefício da população sobressai-se dia após dia. A burocracia, por sua vez, tem dado lugar à simplicidade, contribuindo para aproximar mais e mais o Estado da sociedade. Estamos mais ágeis com nossas entregas, pois agora estamos mais leves e organizados, e a inovação está se tornando cultura de governo, muito além do manual teórico. Inovação não apenas em tecnologias e processos, mas principalmente em uma nova mentalidade que nos leva a agir apesar dos desafios, a realizar apesar dos contratemplos, a entregar apesar da descrença.

Estamos certos de que os resultados aqui apresentados nos chancelam para assumir novos desafios, para ascender a novos patamares, para trilhar caminhos ainda mais bem-sucedidos. Estamos preparados para tornar Santa Catarina o estado que sempre esteve destinado a ser: próspero e inovador.

Carlos Moisés da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Gestão com transparência e responsabilidade

O ano de 2019 foi marcado pela mudança. De paradigmas, de conceitos e, sobretudo, de resultados. Um novo governo pautado pelo planejamento e com ações baseadas em transparência, integridade, agilidade, eficiência e inovação, conceitos básicos para uma gestão pública responsável e de qualidade.

Na Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), um dos desafios foi manter em dia os compromissos contratuais do Governo catarinense com servidores, fornecedores, municípios, dívida pública e demais acordos. A meta foi cumprida, o cronograma de pagamento dos 148 mil servidores ativos e inativos, incluindo o adiantamento de 50% da gratificação natalina no início do segundo semestre, foi respeitado, bem como o desembolso com a dívida pública e parcelamentos, que em 2019 foi de R\$ 2,094 bilhões.

O controle e a redução do déficit financeiro, cuja estimativa em janeiro atingia R\$ 2,5 bilhões, eram outra meta a ser alcançada. Para minimizar a situação, foram tomadas ações objetivando a melhoria da gestão do fluxo de caixa e do desembolso obrigatório, com acompanhamento diário dos indicadores fiscais, além de ações para aumento da arrecadação tributária. Entre essas medidas, destacam-se a saída de diversos produtos do regime de Substituição Tributária (ST) e ações mais efetivas no combate à sonegação fiscal e demais práticas nocivas aos cofres públicos. O trabalho árduo no controle de despesas e de indicadores fiscais, como o retorno ao limite de despesa de pessoal abaixo do prudencial e o cumprimento das metas fiscais, bem como o aumento da arrecadação acima de índices inflacionários e também acima da média nacional resultaram em redução de déficit financeiro do Tesouro Estadual.

Contudo, a grande pauta de 2019 que elevou a bandeira da transparência no Governo de Santa Catarina foi a revisão dos benefícios fiscais. Tema ainda desconhecido por boa parte dos catarinenses, os benefícios fiscais precisaram ser discutidos, avaliados e executados com a máxima clareza e isonomia para que Santa Catarina pudesse ser novamente vista como um estado capaz de dar segurança jurídica às empresas aqui instaladas. Ao longo do ano, mais de 300 reuniões foram realizadas com os setores produtivos, as quais acarretaram a concessão de incentivos para diversos segmentos com a máxima perspicuidade.

Ações corajosas aliadas ao trabalho de uma competente equipe suscitaram excelentes resultados. Os frutos dos esforços para alcançar as metas de 2019 foram traduzidos em êxito com a abertura de mais de 150 mil empresas em Santa Catarina, gerando aproximadamente 100 mil empregos. Tais dados não podem ser mensurados com a frieza dos números, e sim com o impacto na história de milhares de catarinenses que mudaram para melhor no último ano, seja porque encontraram um trabalho de que tanto precisavam ou porque se sentiram confiantes em abrir um negócio próprio, transformando os seus sonhos em realidade.

A única certeza para 2020 é o compromisso com os princípios básicos da boa gestão pública, que continuarão sendo norteadores para um trabalho de sucesso a fim de que novos obstáculos sejam vencidos. Com coragem, comprometimento e ação, Santa Catarina terá um ano ainda melhor!

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MENSAGEM DO CONTADOR-GERAL DO ESTADO

Balanço Geral:
contabilidade gerando
transparência e
prestação de contas

A contabilidade é integração! No setor público, a contabilidade opera como um sistema que, ao integrar os registros das movimentações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e econômicas do Estado, propicia a prestação de contas dos agentes públicos aos órgãos fiscalizadores e à sociedade.

Nesse contexto, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda atua constantemente para que Santa Catarina conte com informações contábeis relevantes, compreensíveis e comparáveis que representem fidedigna e tempestivamente o patrimônio estatal.

O Balanço Geral de 2019 é fruto desse esforço, sendo componente central da transparência da informação contábil do Estado. As informações nele apresentadas, além de cumprir a obrigação legal de prestação de contas, servem como instrumento para futuras tomadas de decisão dos gestores públicos, além de permitir o controle social e a responsabilização (*accountability*).

A publicação desta importante peça passa pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela organização e pela consolidação dos dados dos diversos órgãos, fundos e entidades da Administração Pública estadual, que por sua vez são responsáveis pela consistência e pela veracidade dos dados e das informações que produzem.

Desejamos que o Balanço Geral proporcione uma leitura agradável e contribua para enriquecer o conhecimento dos leitores quanto à situação patrimonial, financeira, orçamentária e econômica do Estado, colaborando principalmente com o exercício da cidadania. Boa leitura!

Jefferson Fernando Grande

CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUMÁRIO

GESTÃO ADMINISTRATIVA E ASPECTOS ECONÔMICOS.....	15
Gestão Administrativa.....	16
Economia Catarinense.....	28
Produto Interno Bruto	29
Comércio Exterior.....	34
Mercado de Trabalho.....	37
DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO.....	41
Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural	42
Saúde.....	45
Educação.....	55
Cultura	62
Esporte	66
Defesa Civil.....	68
Segurança Pública	74
Administração Prisional.....	81
Desenvolvimento Social	88
Desenvolvimento Econômico e Sustentável	94
Turismo.....	99
Infraestrutura e Mobilidade.....	102
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	109
Panorama Geral.....	110
Planejamento e Orçamento.....	111
De onde vieram os recursos de 2019	112
Para onde foram os recursos de 2019	113
Receitas	114
Despesas.....	129
Resultado da Execução Orçamentária.....	140

INDICADORES FISCAIS	145
Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	147
Despesas com Pessoal.....	147
Dívida Consolidada Líquida.....	149
Operações de Crédito	151
Garantias e Contragarantias.....	151
Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar.....	152
Resultado Primário.....	154
Resultado Nominal	154
Receitas e Despesas	155
Teto do Gasto Público	155
Limites Constitucionais.....	156
Saúde	156
Educação	157
Ciência e Tecnologia.....	160
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	163
Balanço Orçamentário.....	164
Balanço Financeiro	168
Balanço Patrimonial.....	171
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	181
Demonstração dos Fluxos de Caixa	184
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.....	189
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	191
Relação de Notas Explicativas	192
Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras.....	194
Balanço Patrimonial.....	214
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	255
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.....	257
Outras Notas Relevantes	257

SANTA CATARINA



295 MUNICÍPIOS

1% do Território NACIONAL
Área Territorial
95.730,921 km²
(IBGE, 2018)

CAPITAL
Florianópolis



3% da População DO BRASIL
População Estimada
7.164.788 pessoas
(IBGE, 2019)

79,7 anos MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA DO PAÍS
Mulheres: 83 | Homens: 76,4
(IBGE, 2019)



RECEITA LÍQUIDA - 2019
R\$ 28,20 bilhões
↑ **9,5%**
2019/2018

DESPESA - 2019
R\$ 28,04 bilhões
↑ **4,1%**
2019/2018

6º Maior PIB NACIONAL
277,2 bilhões
R\$ 256,7 bilhões em 2016
(IBGE, 2017)



EXPORTAÇÕES
US\$ 8.848,63 milhões
↓ **-4,57%**
2019/2018

IMPORTAÇÕES
US\$ 16.914,07 milhões
↑ **9,34%**
2019/2018

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
- US\$ 8.065,44 milhões
Deficit
2019

4% Participação nas Exportações Nacionais

8º ★ Ranking de Exportações

9,5% Participação nas Importações Nacionais

3º ★ Ranking de Importações

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Ativo			Passivo		
Bens e Direitos	53,13	53,63	Obrigações	34,85	34,26
			Patrimônio Líquido	18,29	19,37
			Ativo - Passivo		

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO

11 SECRETARIAS DE ESTADO	6 SECRETARIAS EXECUTIVAS	5 OUTRAS ¹ ENTIDADES ESTADUAIS
37 FUNDOS	6 FUNDAÇÕES	7 AUTARQUIAS
3 EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	7 EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	

Florianópolis

¹ Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.



Gestão Administrativa e Aspectos Econômicos

Museu Histórico de Santa Catarina, sediado no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis
Foto: Marcio Henrique Martins - Fundação Catarinense de Cultura

GESTÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2019 marcou o início da gestão do Governador Carlos Moisés da Silva, que apresentou um modelo de administração atuante na busca por qualidade e eficiência na gestão pública com repercussão na melhoria dos serviços prestados à população.

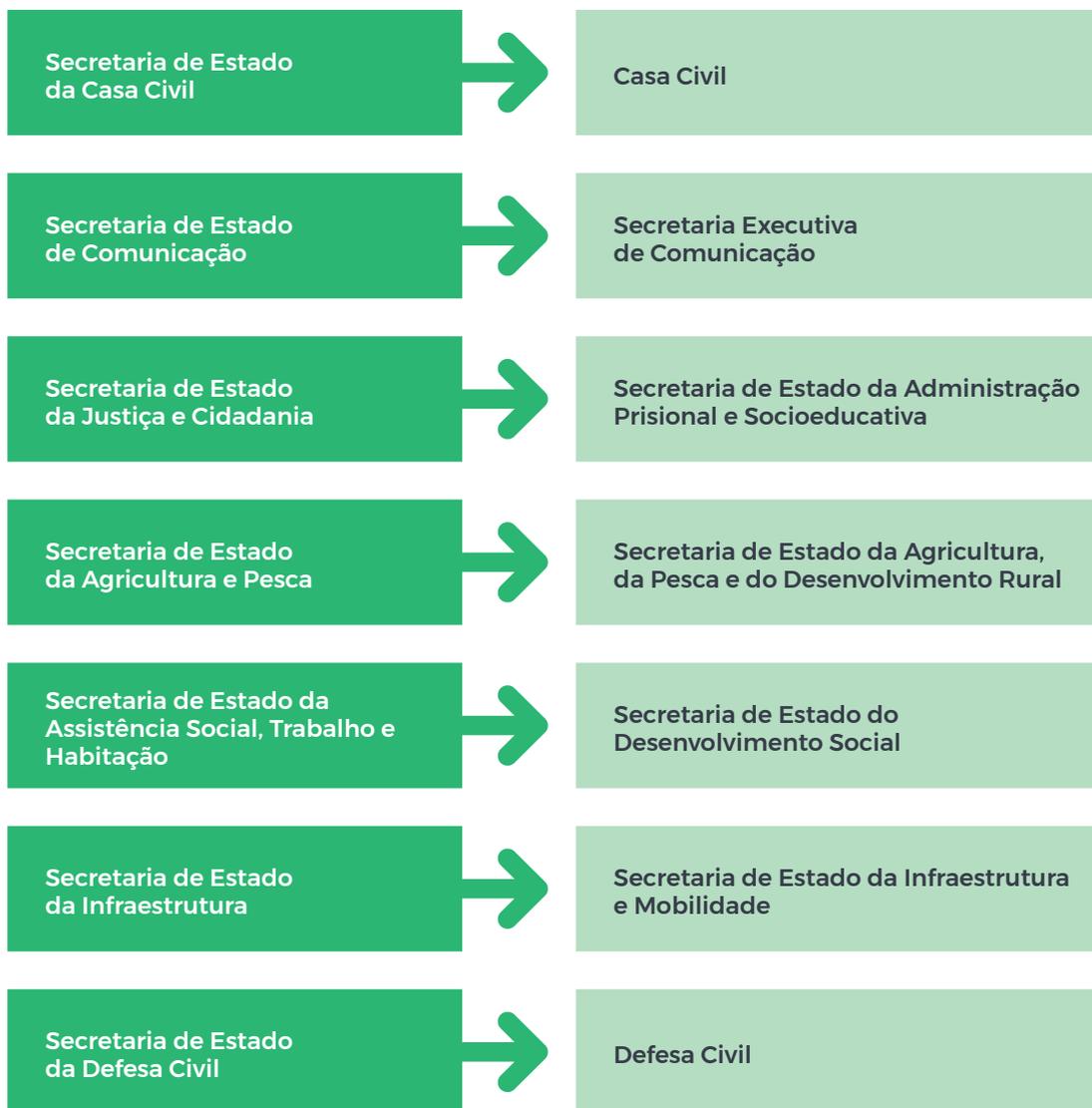
Na gestão desse Governo, houve redução formal da estrutura administrativa do Estado com a inativação e, posteriormente, com a extinção de secretarias, agências, fundos e autarquias. Além disso, foram criadas novas estruturas e transformadas algumas das já existentes.

LEI COMPLEMENTAR Nº 741/2019: ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO

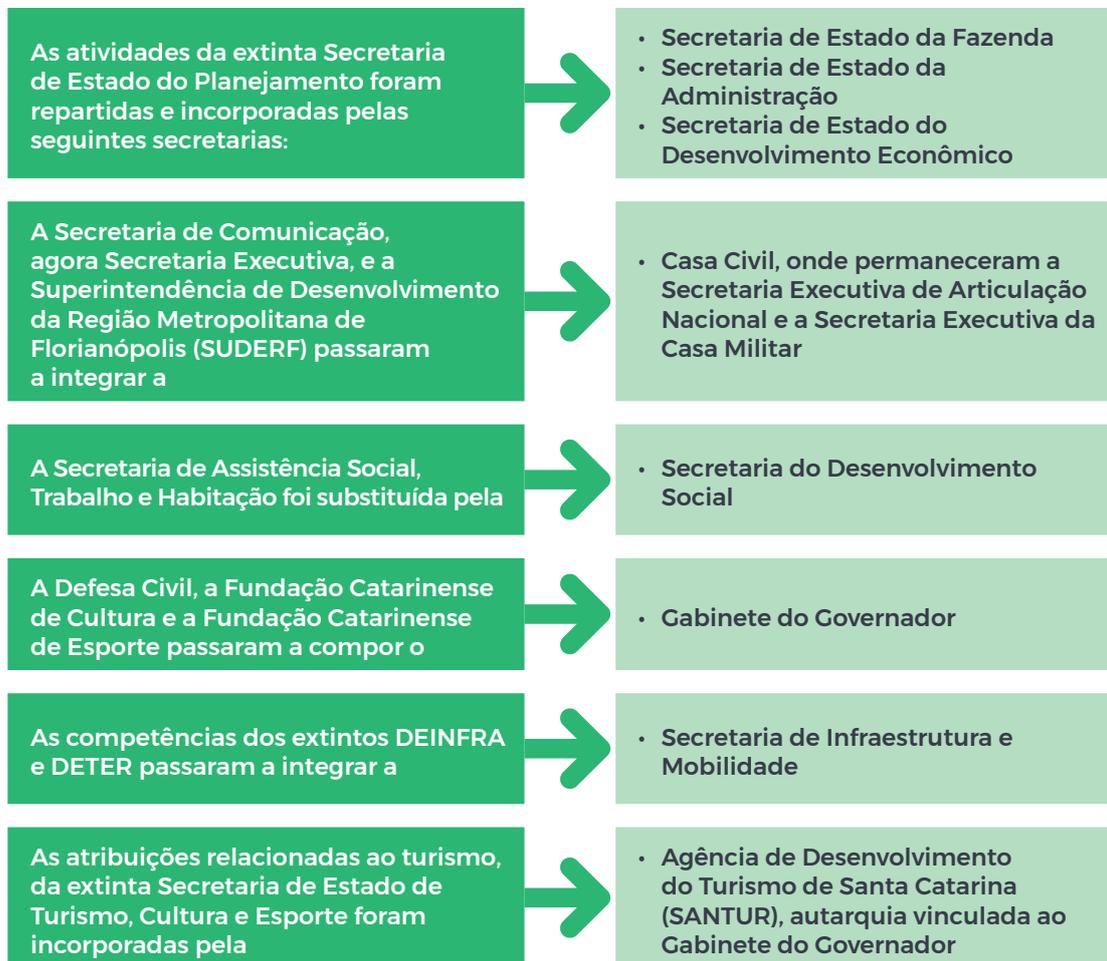
EXTINÇÕES E CRIAÇÕES DE UNIDADES

EXTINÇÃO	CRIAÇÃO
<p>35 Agências de Desenvolvimento Regional (15 já estavam desativadas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controladoria-Geral do Estado • Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais • Secretaria Executiva de Integridade e Governança
<p>2 Secretarias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planejamento - Turismo, Cultura e Esporte 	
<p>6 Secretarias Executivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação Estadual - Assuntos Estratégicos - Gestão de Fundos Estaduais - Habitação e Regularização Fundiária - Programa SC Rural - Supervisão de Recursos Desvinculados 	
<p>4 Fundos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cultura - Turismo - Esporte - Esforço Fiscal 	
<p>2 Autarquias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Transportes e Terminais (DETER) - Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) 	

ALTERAÇÕES NAS SECRETARIAS DO ESTADO



INCORPORAÇÕES DE UNIDADES OU ATIVIDADES



Além das estruturas criadas pela Lei Complementar nº 741/2019, em 2019, também foram criados os seguintes fundos:

FUNDOS CRIADOS EM 2019

<p>Fundo Estadual de Segurança Pública Lei nº 17.801/2019</p>	<p>Fundo de Melhoria da Perícia Oficial Lei nº 17.804/2019</p>
<p>Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina Lei nº 17.870/2019</p>	<p>Fundo Estadual do Trabalho Lei nº 17.764/2019</p>

Somam-se às mudanças organizacionais no ano de 2019 a continuidade de projetos inovadores como o Governo sem Papel, iniciado em 2018, que gerou mais de 1 milhão de documentos em 2019.

GOVERNO SEM PAPEL

Documentos cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos	2018	2019
Correspondência	1.083	4.703
Documento digital	85.903	382.802
Documento físico	426.662	108.335
Processo digital	62.176	539.284
Processo físico	421.371	145.875
Total no ano	997.195	1.180.999
Documentos cadastrados por hora	113,84	134,82
Documentos cadastrados por minuto	1,9	2,25

Outro exemplo é a implantação de requerimentos digitais na Junta Comercial do Estado, os quais geraram celeridade e segurança, bem como a redução de custos para os profissionais contábeis e para os empresários.

Essas políticas estão alinhadas a outras que buscam a contenção de despesas públicas, como, por exemplo:

- ✓ acordo para o pagamento de precatórios (editais 1, 2 e 3/2019), permitindo ao Estado economizar R\$ 50,53 milhões;
- ✓ adoção do pregão eletrônico, de forma centralizada, como modalidade obrigatória nas licitações destinadas à contratação de bens e serviços comuns (Decreto nº 153/2019), a qual racionaliza e gera ganhos de escala nas aquisições do Estado;
- ✓ assinatura do contrato 47/2019 para os serviços de telefonia, com redução de 73% no valor mensal contratado;
- ✓ interlocução com os Poderes para a devolução de valores excedentes, resultando em R\$ 182,67 milhões devolvidos em 2019 para o Poder Executivo;

- ✓ desfecho favorável no Supremo Tribunal Federal, em processo iniciado pelo Estado, restabelecendo os percentuais determinados pela Constituição Federal para os serviços de saúde, da ordem de 12%; e
- ✓ obrigatoriedade da emissão pré-empenho para todas as contratações a partir de 2020, estabelecida pela Resolução GGG nº 11/2019, visando garantir a execução da despesa com a devida cobertura financeira, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101/2000.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

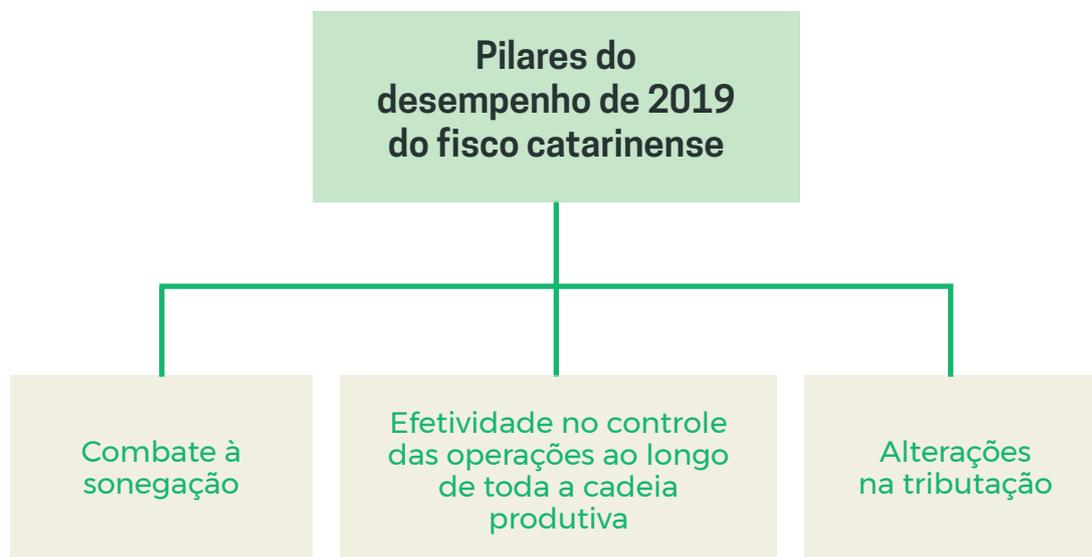
Se por um lado houve racionalização de estruturas e processos, por outro foram desenvolvidas ações visando à elevação sustentável de receitas públicas, tais como:

- combate à sonegação;
- efetividade no controle das operações ao longo de toda a cadeia produtiva; e
- mudanças na tributação.

As ações de esforço fiscal empreendidas fizeram com que Santa Catarina tivesse um papel de destaque no cenário nacional em 2019, com crescimento da arrecadação do ICMS de 12,86%, o que representou R\$ 2,2 bilhões a mais de ICMS, enquanto que a média de crescimento do País foi de apenas 6,68%.

Quando o desempenho da arrecadação estadual é comparado com o desempenho de estados que possuem economia semelhante à de Santa Catarina, verificamos que o desempenho de nosso estado foi ligeiramente melhor.

Convém ressaltar que o Estado de Santa Catarina não majorou as alíquotas dos seus produtos, todavia revogou alguns dos benefícios fiscais em 31/7/2019. Grande parte desses benefícios foi reinstituída logo em seguida, mas a parcela que permaneceu gerou um incremento de arrecadação de aproximadamente R\$ 150 milhões em 2019.



As ações realizadas em cada pilar são detalhadas no Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, apresentado no Volume 2 deste Balanço.

PREVIDÊNCIA

O ano de 2019 testemunhou uma nova reforma no sistema previdenciário nacional. Uma vez promulgada a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, o Estado de Santa Catarina enviou à Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 13.3/2019 (PEC nº 13.3/2019) visando fixar idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos estaduais. Trata-se da última modificação no contexto atual que ainda não havia sido promovida por força de imposição federal. Com a aprovação da PEC nº 13.3/2019, espera-se mitigar parte da insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Santa Catarina (RPPS-SC) nos próximos anos.

Ainda no decorrer deste exercício, foi publicada a Lei Federal nº 13.954/2019 para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares em substituição ao regime de previdência.

ALTERAÇÕES NA PREVIDÊNCIA NOS ÚLTIMOS ANOS

Em 2008, houve reestruturação do sistema de previdência dos servidores do Estado (Lei Complementar nº 412/2008). Com essa lei, ocorreu a segregação da massa física com a constituição de dois fundos: o financeiro e o previdenciário.

Em 2015, houve a extinção do fundo previdenciário, a instituição do Regime de Previdência Complementar (SCPprev) e a fixação de limites máximos referentes aos valores dos benefícios previdenciários concedidos pelo regime próprio dos servidores públicos de Santa Catarina.

Em 2017, o Governo do Estado modificou regras para as pensões, definindo prazo de carência e tempo de recebimento da pensão com base na idade do beneficiário.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DE SANTA CATARINA

Mantendo a sua cultura de contribuir com o desenvolvimento da gestão fiscal no Brasil, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela coordenação e pela normatização da contabilidade pública do Estado, iniciou, em 2016, o projeto do Sistema de Informação de Custos do Estado de Santa Catarina (SICSC), em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.11, que atribui a responsabilidade pela consistência con-

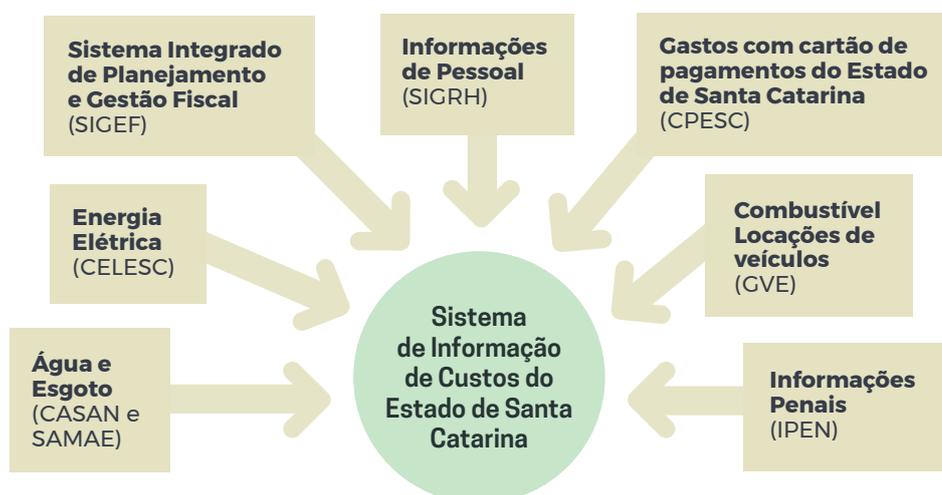


ceitual e a apresentação das informações contábeis do sistema de custos ao profissional contábil. Esse projeto considerou estudos anteriores dessa temática e teve como impulso a evolução da Tecnologia da Informação, que permitiu a criação de uma estrutura tecnológica para suportar a grande diversidade de dados e o relacionamento destes com base em uma metodologia de custos.

Duas das mais complexas questões a serem resolvidas durante a implantação de um sistema de custos são a organização do seu banco de dados e a definição dos objetos de custos a serem valorados. Para organizar o banco de dados do SICSC, decidiu-se por coletar nas bases dos sistemas estruturantes do Estado os dados relativos à execução dos gastos públicos. Já no que se refere aos objetos de custos, o projeto-piloto do SICSC priorizou, inicialmente, desenvolver a apuração dos custos dos serviços e da estrutura organizacional.

Definidas essas premissas, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais construiu um software suportado por uma ampla base de dados alimentada a partir de integrações automatizadas com os diversos sistemas informatizados utilizados pelas entidades públicas estaduais.

PRINCIPAIS SISTEMAS INTEGRADOS AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O ano de 2019 foi importante para o avanço no desenvolvimento do Sistema de Informação de Custos de Santa Catarina, tendo sido finalizada uma estrutura automatizada de coleta de diversos dados e consolidado um modelo metodológico de apuração de custos.

Tendo em vista a recorrente necessidade do Estado de informar os custos públicos dos sistemas prisional e socioeducativo, ficou estabelecido que o SICSC atenderia inicialmente à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). Técnicos da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais e do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) concluíram um conjunto de etapas no desenvolvimento das ferramentas de software necessárias para realizar a apuração dos custos dos serviços públicos relacionados aos sistemas prisional e socioeducativo. Dessa forma, o projeto-piloto de funcionalidades sistêmicas e de modelagem de custos foi finalizado, criando condições para mensurar os custos dos reeducandos e socioeducandos do Estado a partir da entrega de um produto mínimo viável (MVP – Minimum Viable Product) e de uma metodologia elaborada.

Completadas essas duas importantes etapas (construção do software com repositório de dados e desenvolvimento da metodologia de apuração de custos), chegou-se a um software de apuração de custos baseado em uma ampla gama de dados de execução de gastos públicos.

Passa-se, então, à fase de maior interação com a SAP, entidade objeto do projeto-piloto na apuração de custos. Nessa nova fase da implantação do sistema de custos, o foco inicial será a organização dos objetos de custos da entidade, a análise dos valores calculados, algumas evoluções necessárias e pontuais do software e, posteriormente, a divulgação ao público interessado. Além disso, a partir da entrega do produto mínimo viável estão planejadas para 2020 outras evoluções no SICSC para contemplar melhorias sistêmicas que não estavam previstas no escopo inicial.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AÇÕES REALIZADAS ATÉ 2019	AÇÕES PREVISTAS PARA 2020
<ul style="list-style-type: none"> • Organização do banco de dados, com a finalização da estrutura automatizada de coleta de dados • Consolidação do modelo metodológico de apuração de custos • Construção do software de apuração de custos com repositório de dados • Finalização do projeto-piloto de funcionalidades sistêmicas e de modelagem de custos para mensuração dos custos dos reeducandos e socioeducandos do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos objetos de custos da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa • Análise dos custos apurados • Melhorias sistêmicas • Divulgação do resultado • Ampliação do sistema para apuração dos custos de outros serviços e entidades estaduais

INTEGRIDADE E GOVERNANÇA



Imagem de Mohamed Hassan por Pixabay

A Reforma Administrativa, por intermédio da Lei Complementar nº 741/2019, criou a Secretaria Executiva de Integridade e Governança (SIG), responsável pela implantação do Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual, instituído pela Lei nº 17.715/2019.

Com isso, o Estado de Santa Catarina destaca-se entre os entes federados pioneiros no fomento da integridade no serviço público.

As ações da SIG em 2019 concentraram-se em:

- criação de Business Intelligence (BI) para análise dos processos judiciais dos quais o Estado é parte e dos processos administrativos com ou sem termo de ajustamento de conduta;
- instauração de procedimentos de verificação de conformidades que serviram como instrumento-chave para a análise de riscos de integridade que chegaram ao conhecimento da SIG;
- ingresso no Programa Integridade nos Estados Brasileiros realizado em parceria com a Transparência Internacional e o Governo da Dinamarca; e
- oficinas para os servidores sobre práticas antissuborno.

Além dessas ações, a SIG será responsável pelo acompanhamento dos indicadores – modelo de avaliação do desempenho estratégico do Estado –, o que possibilitará atestar se os projetos definidos como relevantes para o Governo estão em prática, além de permitir o monitoramento das suas fases de evolução.

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

Em 2019, o Estado de Santa Catarina manteve-se na segunda colocação no Ranking de Competitividade dos Estados, publicação do Centro de Liderança Pública (CLP). O ranking é baseado em 69 indicadores, os quais são organizados em 10 temáticas: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Infraestrutura, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Potencial de Mercado e Inovação.



O Estado figura por três anos seguidos na segunda colocação no ranking, com destaque para as temáticas Sustentabilidade Social (1ª posição), Segurança Pública (1ª posição), Educação (3ª posição) e Inovação (3ª posição). Para conhecer mais sobre o tema, acesse: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/>.

ECONOMIA CATARINENSE

Uma economia diversificada e com geografia bem distribuída, aliada a um povo rico culturalmente e equilibrado social e demograficamente, torna o Estado diferenciado. Nesse contexto, Santa Catarina segue se destacando entre os demais estados brasileiros, sendo referência em empreendedorismo, inovação e tecnologia.

Depois de conseguir resistir fortemente às crises política e econômica que afetaram o País nos últimos anos, especialmente em 2015 e 2016 – quando houve retração do Produto Interno Bruto (PIB) –, Santa Catarina seguiu melhorando os seus indicadores em 2019.

- ✓ Menor taxa de desemprego do País
- ✓ Melhor desempenho da história na exportação de carnes em 2019
- ✓ Comércio varejista que mais cresceu em 2019 no ranking dos 14 maiores estados e do Distrito Federal
- ✓ Maiores índices de confiança no comércio desde 2012
- ✓ Segunda maior taxa de crescimento na geração de postos de trabalho do País em 2019
- ✓ Segunda maior taxa de crescimento no setor de serviços do País em 2019
- ✓ Segundo estado mais competitivo do País
- ✓ Terceiro maior crescimento no setor industrial
- ✓ Terceiro estado que mais criou postos de trabalho em 2019



Em 2019, Santa Catarina manteve o menor nível de desemprego do Brasil, sendo o terceiro estado que mais criou empregos, posição que já ocupava em 2018.

Os indicadores de confiança na economia catarinense foram positivos durante todo o ano de 2019, o que demonstrou a confiança do empresariado no Estado nesse novo ciclo. Apesar de algumas oscilações durante o ano, os índices de confiança na indústria iniciaram e terminaram o ano em alta, sempre superiores à média nacional, enquanto os índices de confiança no comércio alcançaram o maior resultado desde 2012.

Acontecimentos importantes como a aprovação da reforma da previdência e da MP da Liberdade Econômica¹, a inflação controlada, a queda da taxa básica de juros do País – a Selic – para o menor patamar desde 1999, assim como a expansão do crédito, sustentam a confiança dos empresários e consumidores na consolidação da recuperação da economia.

Desse modo, a expectativa é que a economia catarinense continue crescendo e se recuperando, por meio da geração de empregos, do aumento da arrecadação, do controle dos gastos públicos e do investimento em infraestrutura, visando ao bem-estar do povo catarinense.

1. PRODUTO INTERNO BRUTO

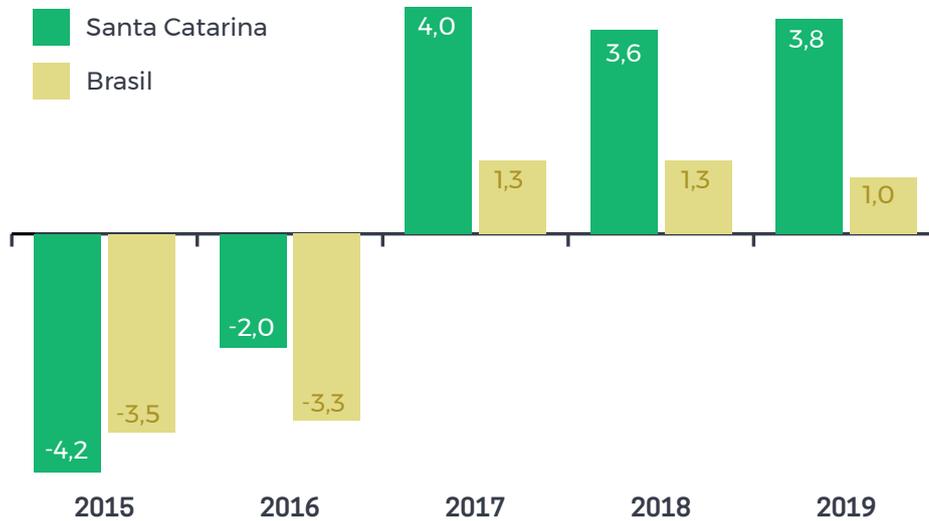
Em 2019, a economia catarinense consolidou o processo de retomada do crescimento depois das crises verificadas principalmente em 2015 e 2016. Prova disso é que nesse ano o PIB estadual apresentou – pelo terceiro ano consecutivo – crescimento ligeiramente superior ao verificado em 2018.

As estimativas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – baseadas em indicadores parciais disponíveis até dezembro de 2019 – indicam um crescimento de 3,8% no PIB catarinense em 12 meses até setembro, bastante superior ao crescimento de 1% previsto para o País no mesmo período.

Pilares importantes como inflação controlada, juros em queda e melhores condições de crédito, somados às expectativas pós-eleitorais, repercutiram para que a economia catarinense continuasse a se desenvolver.

¹ Medida Provisória n° 881, de 30/4/2019, convertida na Lei n° 13.874, de 20/9/2019.

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

PRODUTO INTERNO BRUTO DE SANTA CATARINA –
BASE 2010 (R\$ BILHÕES)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

O setor que melhor espelhou a consolidação da retomada do crescimento da economia catarinense em 2019 foi o comércio varejista. Nesse setor, no acumulado do ano – considerando dados até outubro – o volume de vendas cresceu 9,6%, bem acima dos 3,8% do varejo nacional. Destaque para o setor de materiais de escritório e comunicação, que apresentou crescimento de 34,9%. Os setores de materiais de construção, combustíveis e lubrificantes e de veículos e motocicletas, respectivamente, também se sobressaíram com crescimento superior à média estadual. Houve retração das vendas apenas no varejo de livros, jornais e revistas.

Além da inflação controlada, dos juros em queda e do aumento do crédito, outros fatores como a liberação de recursos do FGTS e do PIS/Pasep e o efeito sazonal das vendas contribuíram para esses resultados.

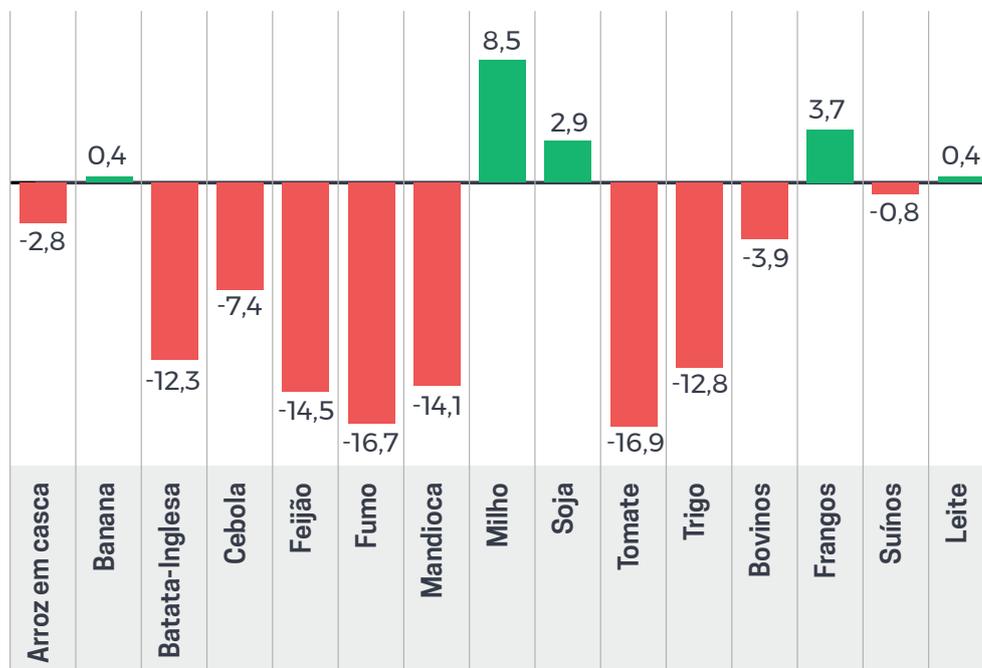
Também esteve em evidência o setor de serviços, cujo volume apresentou crescimento em 2019 de 1,9%, conforme mostram os dados disponíveis até outubro. O setor vem crescendo acima do observado em nível nacional, considerada qualquer base de comparação. Ao se comparar o resultado de 12 meses, verifica-se que o setor de serviços também apresentou crescimento durante todo o período, porém num ritmo menor nos últimos três meses analisados.

A indústria apresentou desempenho irregular em 2019, oscilando entre altas e baixas. Mesmo assim, em outubro, levando-se em conta a perspectiva de 12 meses, o crescimento foi de 2,6%. O auge se deu em maio, quando o setor chegou a crescer 5,1%. Os últimos dados disponíveis demonstraram uma tendência de desaceleração, causada principalmente pelos segmentos de produtos têxteis, de artigos do vestuário e acessórios e de borracha e material plástico.

A maior preocupação em 2019 ficou por conta da agricultura, que retraiu durante o ano. A redução de área agrícola e as perdas relacionadas ao clima ao longo do ciclo produtivo afetaram as principais culturas, especialmente as mais sensíveis, e acabaram impactando a produtividade.

Do mesmo modo, houve redução também nos abates no Estado por conta de problemas de mercado e demanda interna abaixo do esperado. Esse resultado foi compensado em parte pelo aumento das exportações. O segmento de carnes de aves, por exemplo, teve crescimento de 13,7% na quantidade exportada e de 18,4% nas receitas de janeiro a setembro quando comparado com o mesmo período de 2018. Já no segmento dos suínos, Santa Catarina exportou, nesse mesmo período, 17,9% a mais, com um faturamento 28,6% maior.

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2018/2019 (%)



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

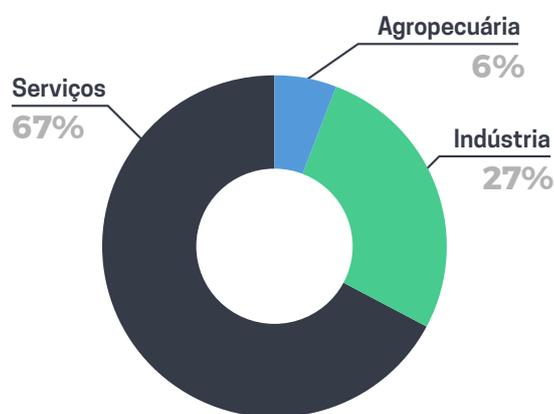
Apesar da desaceleração ou até mesmo da retração observada em alguns segmentos, a economia do Estado se destacou em 2019. A indústria catarinense foi a terceira que mais cresceu nos últimos 12 meses, encerrados em outubro de 2019, apenas superada pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul. O comércio varejista estadual foi o que mais cresceu no ranking dos 14 maiores estados e do Distrito Federal. Destaque também para o setor de serviços, que teve o maior crescimento do Sul do País e o segundo maior nacional considerando o índice da atividade econômica de Santa Catarina, estimado pela SDE, com base nos indicadores dos quatro trimestres encerrados em outubro de 2019.

Em relação aos últimos dados finais já divulgados pelo IBGE, verificou-se que no ano de 2017 o PIB estadual alcançou R\$ 277,2 bilhões, registrando uma taxa de crescimento de 4,0%. Esse desempenho fez o Estado recuperar o posto de sexta economia do País, posição que tinha sido perdida em 2016. Esse ganho está relacionado ao avanço de 0,5 p.p. nas indústrias de transformação, principalmente na metalurgia e na fabricação de produtos de madeira, exceto móveis, e ainda ao aumento da participação no total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos do País. Em 2017, Santa Catarina contribuía com 4,2% do PIB total nacional.

O Estado também subiu uma posição entre 2016 e 2017 no ranking dos maiores PIB per capita, quando passou à frente do Mato Grosso, ficando atrás apenas do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio de Janeiro. O valor do PIB per capita observado para 2017 foi de R\$ 39.592,28, maior que a média nacional, que ficou em R\$ R\$ 31.702,25.

Quanto à participação dos setores na formação do PIB, em 2017 se mantiveram praticamente os mesmos percentuais verificados em 2016, continuando a supremacia do setor de serviços.

PIB DE SANTA CATARINA POR SETOR EM 2017



Fonte: IBGE/Contas Regionais

Os cinco maiores municípios catarinenses concentravam 34,25% do PIB estadual em 2017, mantendo-se a mesma ordem de participação verificada em 2016: Joinville (9,88%), Itajaí (7,91%), Florianópolis (7,04%), Blumenau (5,78%) e São José (3,65%).

Com base nos resultados encontrados em 2017 e estimados para 2018 e 2019, o Estado voltou a crescer depois da recessão verificada nos anos de 2015 e 2016. São variadas as razões para esses resultados, muito superiores aos nacionais. Além da nossa diversidade estrutural e social, cabe destacar também as performances do comércio varejista e da indústria catarinense, assim como do setor de serviços, destaques nacionais. Ressalta-se ainda o fato de o desemprego em Santa Catarina continuar a ser o menor do País e de o Estado se manter entre os que geraram o maior número de novos postos de trabalho nesse período, o que o torna diferenciado.

Os catarinenses também continuam menos endividados do que a média das famílias brasileiras, apesar de o endividamento em relação a 2018 ter crescido. Os empresários catarinenses também seguem confiantes, assim como a média do empresariado nacional, mantendo os maiores níveis de confiança dos últimos anos.

2. COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial catarinense apresentou deficit novamente em 2019, o que ocorre desde 2009. As importações superaram as exportações em US\$ 8,1 bilhões, montante 30,1% superior aos US\$ 6,2 bilhões do ano anterior. A estrutura portuária do Estado, assim como os incentivos fiscais, vem contribuindo para um desempenho mais acentuado das importações.

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA
(US\$ BILHÕES)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

O resultado da balança comercial pode ser explicado primeiramente pelo desempenho das importações, que aumentaram 9,34% em 2019, alcançando o montante de US\$ 16,9 bilhões. As importações catarinenses representaram 9,5% do total importado pelo Brasil, acima dos 8,5% de 2018. Esses resultados mantiveram o Estado como o terceiro maior importador do País. Do total importado, 85,2% foram de produtos manufaturados, 8,2% de produtos semimanufaturados e 6,7% de produtos básicos.

Por outro lado, as exportações estaduais diminuíram 4,57% em 2019, atingindo US\$ 8,85 bilhões. O montante exportado equivale a 4% das exportações brasileiras do ano. Com esse resultado, o Estado se manteve como oitavo exportador nacional.

Do total exportado, 47,3% foram classificados como produtos básicos e 52,7% como industrializados, sendo 48,9% manufaturados e 3,7% semimanufaturados.

2.1 Evolução do comércio exterior

Depois de crescer por dois anos consecutivos – 2017 e 2018 –, as exportações catarinenses diminuíram em 2019. Tal resultado pode ser explicado em parte pela desaceleração da atividade econômica mundial e pela retração das vendas para a Argentina. A queda dos preços e do volume de vendas de soja também impactou as vendas para o exterior.

Essa também foi a tendência nacional, visto que as exportações brasileiras diminuíram 6,4% em 2019, total superior aos 4,57% verificados em Santa Catarina.

Por outro lado, em 2019 o Estado comemorou o melhor desempenho da história na exportação de carnes, com um crescimento de 19,4% em relação a 2018. O embarque de carne suína bateu recorde e o de frango teve o seu segundo melhor resultado em 22 anos.

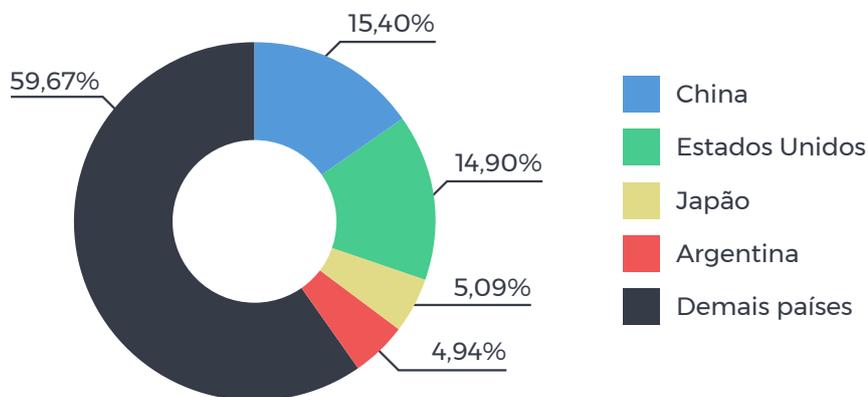
Desse modo, os maiores valores exportados foram os relacionados a aves e suínos, que representaram 30,1% das exportações catarinenses. Motores, geradores e transformadores elétricos, veículos, bombas, compressores e ventiladores responderam por 13,7% do total estadual em 2019. Destaque também para as exportações de soja, que representaram 7,1% das vendas.

O perfil das importações estaduais é bem mais diversificado, sendo que o valor dos cinco principais produtos importados representa apenas 27,5% das importações totais.

2.2 Destino das exportações e origem das importações em 2019

Em 2019, o destino das exportações estaduais foi bastante diversificado. China (15,4%) e Estados Unidos (14,9%) seguem como os principais compradores. As exportações para a Argentina representaram 4,94%, resultado que colocou o país vizinho no posto de quarto maior destino, superado pelo Japão (5,09%), que passou a ocupar a terceira posição. O restante das exportações (59,67%) teve como destino diversos países diferentes.

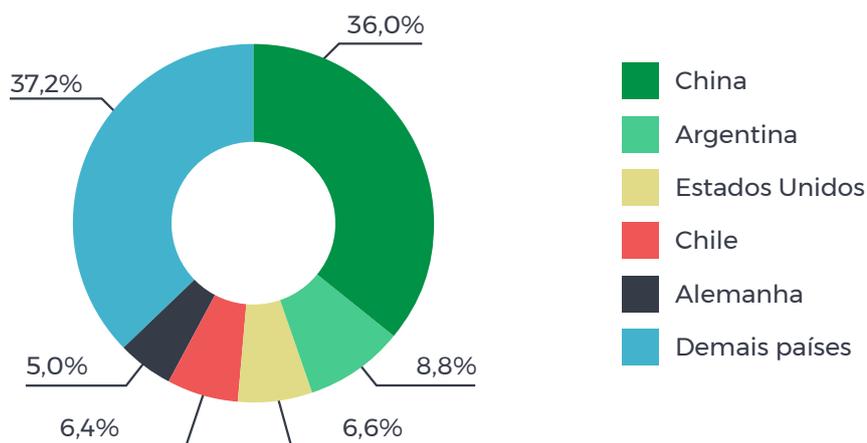
PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES EM 2019



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Nas importações, a China seguiu como maior fornecedora, respondendo por 36% das importações catarinenses. Argentina (8,8%), Estados Unidos (6,58%), Chile (6,42%) e Alemanha (5,0%) completam os cinco maiores fornecedores do exterior. Esses cinco países juntos responderam por 62,8% das importações catarinenses, que são bem mais concentradas do que as exportações.

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES EM 2019



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

3. MERCADO DE TRABALHO

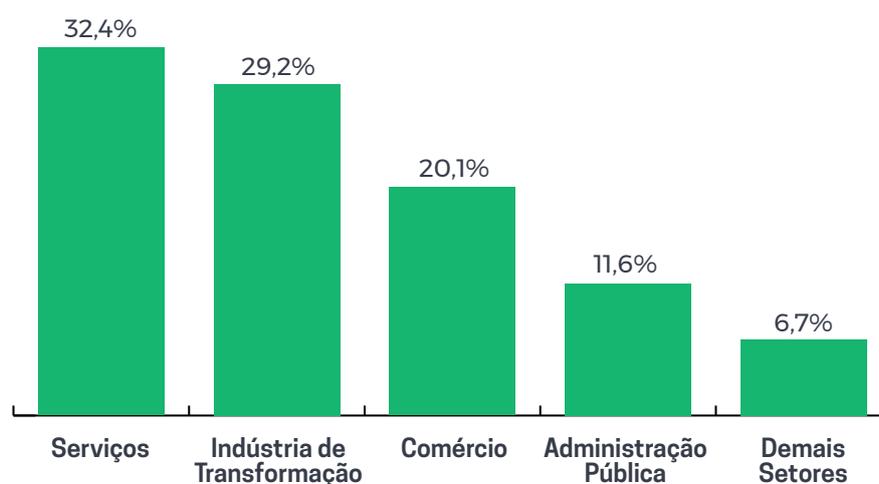
O mercado de trabalho catarinense continua em destaque. Santa Catarina segue com a menor taxa de desemprego do País, posição que ocupa há anos. Isso demonstra a força do Estado, que continuou gerando empregos mesmo durante a forte recessão na economia, verificada especialmente nos anos 2015 e 2016, e acompanha a recuperação iniciada em 2017 e que se seguiu em 2018 e 2019.

3.1 Empresas e empregos

Em 2018 – último ano com informações completas divulgadas – Santa Catarina contava com 2.254.918 trabalhadores, distribuídos em 225.908 estabelecimentos. O número de postos de trabalho aumentou 2,2%, e o de empresas, 0,6%, comparando-se com o ano de 2017. Do total de trabalhadores, 47% ganhavam mais do que dois salários mínimos.

O setor de serviços foi o que mais empregou, absorvendo 32,4% dos trabalhadores, seguido pela indústria de transformação, com 29,2%. O comércio foi o terceiro maior, com 20,1% do total. Juntos, esses três setores responderam por 81,7% dos postos de trabalho da economia catarinense naquele ano. A Administração Pública empregou 11,6% dos trabalhadores.

TRABALHADORES POR ATIVIDADE ECONÔMICA EM SANTA CATARINA EM 2018



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2018)

Numa análise mais detalhada, o comércio varejista foi o subsetor que mais empregou (16,5%) em 2018, seguido pela Administração Pública, com 11,6%.

As microempresas seguem como as maiores geradoras de emprego no Estado. Em 2018, as 210.206 microempresas catarinenses representavam 93% do total de estabelecimentos e empregavam 32,8% dos trabalhadores. As grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,2% dos estabelecimentos, empregavam 25,2% do total de trabalhadores. Santa Catarina possuía uma média de 10 trabalhadores por empresa.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E TRABALHADORES DO ESTADO EM 2018 POR ATIVIDADE E TAMANHO

	Micro	Pequena	Média	Grande	TOTAL
Empresas	210.206	13.085	2.217	400	225.908
Trabalhadores	740.559	501.450	445.583	567.326	2.254.918
Trabalhadores por empresa	3,5	38,3	201,0	1.418,3	10,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2018)

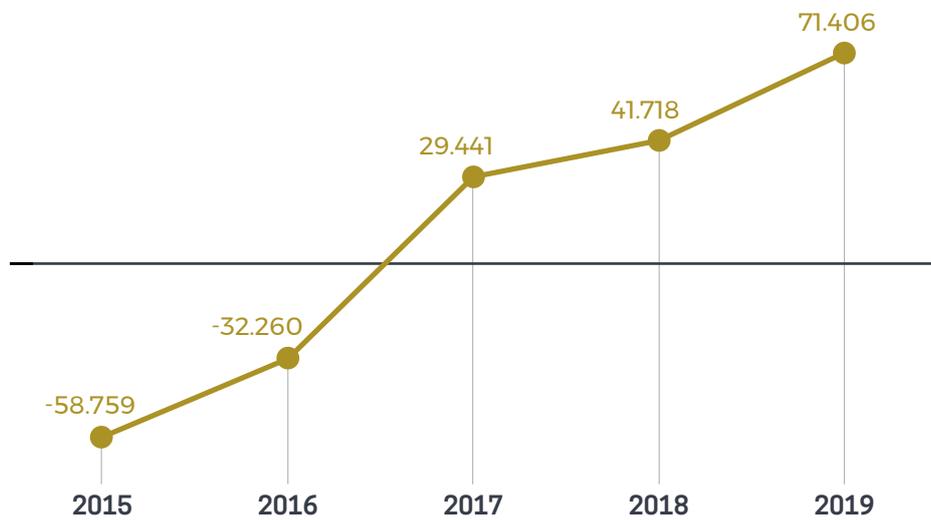
3.2 Evolução do emprego e da taxa de desocupação

O mercado de trabalho catarinense consolidou a recuperação verificada em 2018. Prova disso é que o Estado apresentou a segunda maior taxa de crescimento na geração de postos de trabalho do País no ano de 2019.

Em 2019, foram abertos 71,4 mil postos de trabalho, ou seja, ocorreu um aumento de 71,2% em relação ao número de postos abertos em 2018. O Estado de Santa Catarina continuou entre os que mais criaram novos postos de trabalho, superado apenas por São Paulo e Minas Gerais, respectivamente.

No Estado, o setor de serviços liderou as contratações com 33.617 novos postos de trabalho, seguido pela indústria de transformação (18.256) e pelo comércio (11.876). Apenas um setor apresentou retração, o de produção extrativa mineral.

EVOLUÇÃO NA GERAÇÃO DE POSTOS DE EMPREGOS



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED

Santa Catarina foi o terceiro estado que mais gerou novos postos de trabalho no País. Conforme dados oficiais disponíveis até o terceiro trimestre de 2019, o Estado também manteve a menor taxa de desocupação do País. O rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R\$ 2.518,00, contra R\$ 2.298,00 da média nacional. É o sexto maior entre os estados brasileiros.



Desempenho das Principais Áreas de Governo

Trem Maria-Fumaça na estrada de Ferro Santa Catarina, em Apiúna
Foto: Divulgação Santur

AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL

SANTA CATARINA, UM ESTADO PRODUTOR

Santa Catarina está entre os estados mais importantes da agropecuária brasileira, tendo como principal diferencial a produção de alimentos de qualidade. Mesmo sendo um estado pequeno, mas de agronegócio forte, decidiu se tornar sinônimo de excelência sanitária e de qualidade nos seus produtos agropecuários. As carnes, as frutas e os grãos produzidos por catarinenses já chegam aos países mais exigentes do mundo, tais como China, Estados Unidos, Japão e também países da União Europeia, e o agronegócio é responsável por 6 bilhões de dólares, que equivalem a 68,3 % das exportações globais catarinenses.



Maior produtor nacional de suínos, cebola, pescados e moluscos



Segundo maior produtor de aves, maçã, arroz e erva-mate (folha verde)



Terceiro maior produtor de pêssego, alho e maracujá



Quarto maior produtor de leite e banana

O Estado de Santa Catarina possui 183 mil estabelecimentos agropecuários, gerando cerca de 500 mil postos de trabalho diretos e outros milhares de empregos ao longo das diversas cadeias produtivas.

Para manter um agronegócio fortalecido e competitivo, os produtores rurais catarinenses contam com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural e de suas empresas vinculadas (Empresa Agropecuária de Extensão Rural, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC e Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A) na execução de assistência técnica, extensão rural, defesa agropecuária, pesquisa, comercialização, inovação e fomento.

Recursos aplicados no agronegócio

Em 2019, o Governo do Estado aplicou mais de R\$ 60 milhões de recursos nos programas de fomento para aumento da produtividade, melhoria do processo produtivo, agregação de valor, desenvolvimento da pesca e aquicultura, aquisição de animais, projetos de irrigação, energias alternativas e armazenagem, e kits de informática para jovens agricultores. No total, foram investidos mais de R\$ 627 milhões no setor agrícola e pesqueiro, nas áreas de pesquisa agropecuária e extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, comercialização e fomento agropecuário.



Pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural

Em 2019, o Estado de Santa Catarina contou com 1.730 servidores dedicados à pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, integrantes da estrutura organizacional da Epagri, em suas 13 unidades de pesquisa, 13 centros de treinamento e 290 escritórios municipais, que proporcionaram conhecimento, tecnologia e extensão em benefício da sociedade.



Resumo das ações em sanidade animal e vegetal

O Estado de Santa Catarina é referência internacional no cuidado com a saúde dos seus rebanhos e com a qualidade de suas lavouras. Manter esse status sanitário é uma das funções da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). A realização de fiscalizações no decorrer do exercício manteve o Estado no ranking dos melhores indicadores do país.



SAÚDE

PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO

Em 2019, Santa Catarina iniciou o processo de Planejamento Regional Integrado (PRI), uma parceria da Secretaria de Estado da Saúde (SES), do Ministério da Saúde (MS), do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e dos municípios, com o intuito de diagnosticar os vazios assistenciais, definir necessidades de saúde da população e planejar recursos financeiros para o financiamento de ações e serviços de saúde.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DAS MACRORREGIÕES DE SAÚDE

Análise da situação de saúde da população quanto aos riscos de adoecimento segundo critérios epidemiológicos, demográficos, socioeconômicos e culturais



Análise alocativa de recursos econômicos

Serviços de saúde segundo critérios de infraestrutura, organização e produção de serviços no território regional

A elaboração e a aprovação da Política Hospitalar Catarinense constituíram outro passo importante e singular na área da saúde. Foram definidos portes hospitalares, de acordo com critérios estabelecidos, organizando os serviços de interesse de saúde de forma regionalizada e voltados para o atendimento das necessidades de saúde da população, com destaque para as linhas de cuidado em urgência e emergência, materno-infantil e atenção psicossocial.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O fortalecimento da rede de saúde a partir da valorização à atenção primária pode atender de 80% a 90% das necessidades de saúde de uma pessoa ao longo de sua vida. Há evidências de que a atenção primária de qualidade reduz os gastos totais em saúde e melhora a eficiência, por exemplo, diminuindo as internações hospitalares.

Em Santa Catarina, a atenção primária à saúde está presente em 100% dos municípios, com uma cobertura populacional de 90,7%. E para aprimorar o desenvolvimento dessas atividades, foi criada na nova estrutura organizacional da SES a Diretoria de Atenção Primária à Saúde.

Repasse para os municípios referentes à Atenção Primária à Saúde e ao Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado (PROCIS):



Fonte: Diretoria de Atenção Primária à Saúde - DAPS/SES

RESIDÊNCIA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE



O Programa Residência de Medicina e Família tem como objetivo especializar o profissional da saúde no atendimento aos problemas relacionados com o processo saúde-enfermidade, de forma inte-

gral, contínua e sob um enfoque de risco, no âmbito individual e familiar. Esse programa é realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de forma descentralizada em 35 municípios catarinenses e ficou entre os 11 finalistas de 1.294 experiências que ampliam o acesso da atenção primária inscritas para o Prêmio Atenção Primária à Saúde (APS) Forte para o SUS: Acesso Universal.

Vigilância em saúde

A vigilância em saúde desenvolveu ações em parceria com o Ministério da Saúde e com municípios que resultaram em melhor proteção da saúde para a população, tendo especial destaque a melhoria da cobertura vacinal.

Em 2019, houve um aumento da cobertura vacinal para as vacinas em crianças menores de um ano de idade quando comparada com 2018:

Vacina	2019	Meta	Aumento
Febre Amarela	82,28%	95%	38%
Tetraviral	86,63%	95%	25%
Pneumo 10	93,33%	95%	3%
Meningite C	95,88%	95%	3%
Tríplice Viral	94,95%	95%	3%
Hepatite A	92,77%	95%	6%

Fonte: Sipni.datasus.gov.br. Acesso em: 21 nov. 2019.

AUMENTO DA COBERTURA VACINAL PARA A VACINA DA FEBRE AMARELA
NA FAIXA ETÁRIA DE 9 MESES A 59 ANOS:

2018 51,06%	2019 81,05%	Meta 95%
-----------------------	-----------------------	--------------------

Fonte: sipni.datasus.gov.br e tabnet.sc.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2019.

AUMENTO DA COBERTURA VACINAL PARA A MENINGITE C
NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 14 ANOS:

2018 43,64%	2019 51,28%	Meta 95%
-----------------------	-----------------------	--------------------

Fonte: sipni.datasus.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2019.

Destacam-se também as seguintes ações de vigilância em saúde:

Tratamento de HIV/AIDS	38.495 pacientes com HIV em terapia antirretroviral (coquetel) - 15% mais pacientes recebendo tratamento
Identificação das doenças de transmissão hídrica alimentar	28 surtos com identificação/confirmação laboratorial do agente causador (até outubro de 2019)
Vigilância sanitária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantados 137 Planos de Emergência em Saúde Pública e 56 Centros de Operações de Emergência em Saúde ✓ 138.821 estabelecimentos e procedimentos monitorados no Sistema de Informação Estadual de Risco e Benefício Potencial (SIERBP e SIERBP-PHARMA) e Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes - SIERI - inspeção e autoinspeção

Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)

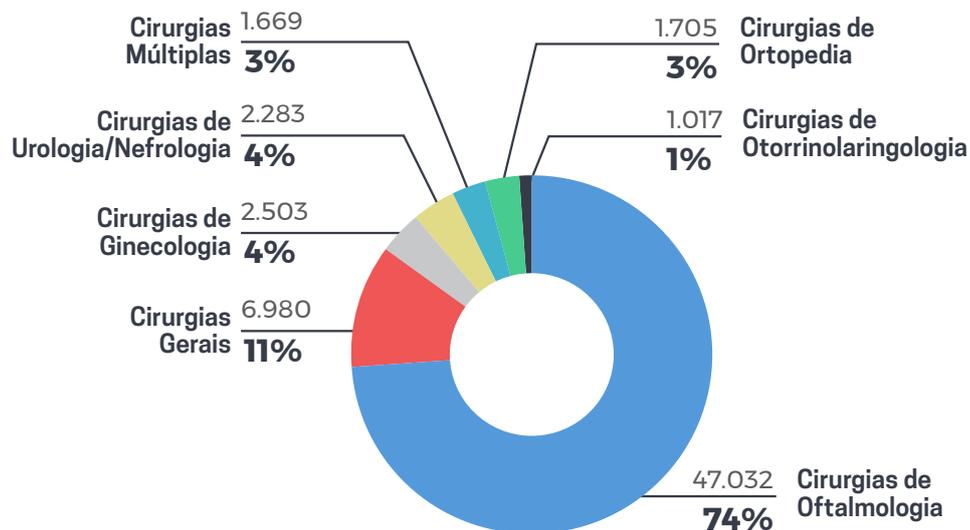


Foto: Divulgação LACEN/SC

Foram realizados 337.237 exames nas áreas de biologia médica, biologia molecular, análise de produtos e do meio ambiente, possibilitando o diagnóstico de meningites bacterianas, dengue, febre pelo Zika vírus e pelo Chikungunya, tuberculose, vírus em água, influenza e outros vírus respiratórios, monitoramento da infecção pelo HIV, hepatites B e C, identificação dos subtipos de influenza A e dos grupos de *Neisseria meningitidis*.

Atendimento ambulatorial e hospitalar

Uma ação importante para o Estado de Santa Catarina em 2019 foi a realização de 63.189 procedimentos na Campanha Nacional e Estadual de Cirurgias Eletivas, fazendo com que Santa Catarina atingisse 502% da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde.



Fonte: Gerência de Controle e Avaliação - GECOA/SES

Estado é pioneiro na reabilitação vocal e pulmonar

O Estado de Santa Catarina foi pioneiro na padronização e na aquisição de insumos para reabilitação vocal e pulmonar, contemplando pacientes laringectomizados e traqueostomizados. A medida beneficiou cerca de 300 pessoas que passaram por cirurgias para tratar de doenças como câncer de boca e garganta.



Foto: Ilustração dos insumos

O fluxo para concessão de insumos para reabilitação vocal acontecerá através das 16 Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACONS) do Estado, e para reabilitação pulmonar esse fluxo será feito por meio das secretarias municipais de saúde, nos serviços de atenção aos ostomizados. A SES está capacitando os profissionais da rede, e a previsão é que todas as 16 UNACONS já estejam capacitadas e aptas ao serviço até fevereiro de 2020.

Plástica mamária reconstrutiva



100 mulheres realizaram a cirurgia de plástica mamária reconstrutiva pós-mastectomia, com implante de prótese, e 389 pacientes receberam alta por reversão da ostomia com a reorganização de acesso a esses procedimentos.

Assistência Hospitalar

O processo do fortalecimento da regionalização passa também por acesso aos serviços hospitalares na própria macrorregião de saúde. Essa forma de organização proporciona à população o atendimento mais próximo da sua residência.

Central Estadual de Transplantes



Foto: Maurício Vieira/Secom

Em 2019, a Central Estadual de Transplantes completou 20 anos de implantação no Estado e alcançou o primeiro lugar em doação de órgãos por milhão de população. A partir desse ano, o helicóptero que era de uso exclusivo do Governador passa a fazer transporte de órgãos para transplantes.

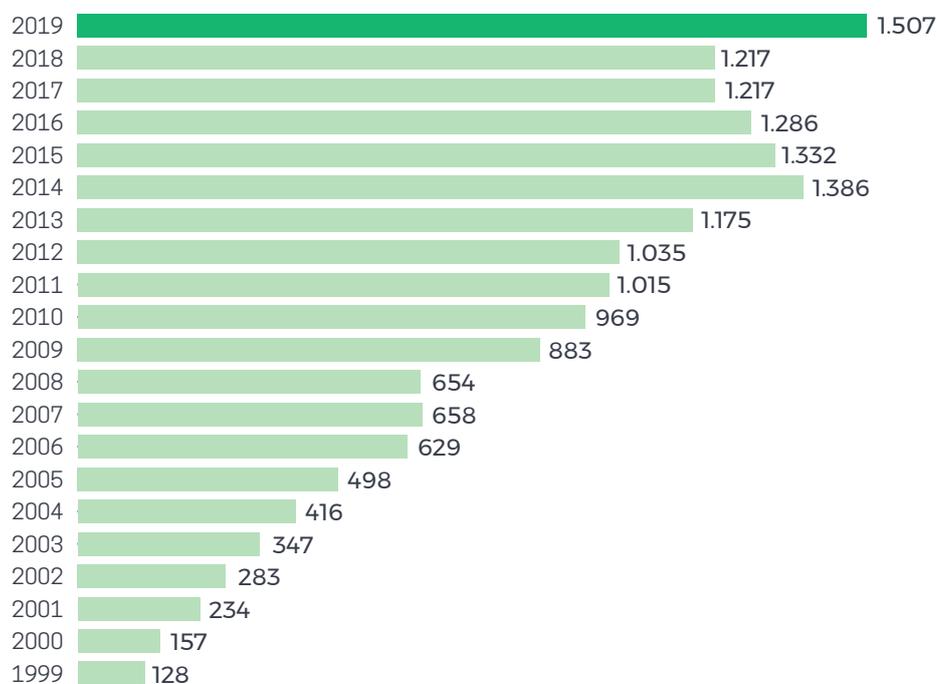
49 estabelecimentos de saúde credenciados/autorizados para realizar transplante de órgãos ou tecido

56 estabelecimentos de saúde habilitados para captação de órgãos ou tecidos

1º lugar no ranking nacional 44,5 - doadores/pmp (por milhão de população)

Obs.: no Brasil, o índice é de 17,7 doadores por milhão de população

NÚMERO DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TECIDOS REALIZADOS POR ANO EM SANTA CATARINA



Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES

Assistência de Urgência e Emergência



Foto: Divulgação SES

Renovação da Frota do SAMU de Santa Catarina com 18 novas ambulâncias. As cidades que receberam os novos veículos foram São José, Joinville, Jaraguá do Sul, Criciúma, Araranguá, Mafra, São Joaquim, Blumenau, Palhoça, Lages, Rio do Sul, Itajaí, Caçador, Canoinhas, Florianópolis, São Miguel do Oeste, Chapecó e Curitibanos.

Foi registrada uma queda de 42% no número de trotes para o SAMU. Essa redução é atribuída às ações educativas realizadas nas escolas catarinenses, coordenadas pelo Núcleo de Educação em Urgências da SES.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS PELO SAMU POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE

Macrorregião	Média mensal de chamadas*	Média mensal de atendimentos**
Norte/Nordeste	13.107	5.176
Grande Florianópolis	10.876	5.138
Vale do Itajaí	10.023	4.122
Sul	8.268	4.007
Extremo-Oeste	4.423	1.808
Foz do Rio Itajaí	10.447	4.580
Meio-Oeste	7.339	1.933
Planalto Serrano	4.657	2.266
Total	69.140	29.030

Corpo de Bombeiros e SUS compartilharam expertise na administração de serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH)

***Chamadas** referentes às ligações recebidas pela central 192 (atendimentos, informações, trotes, etc.).

****Atendimentos** referentes a todas as ocorrências para as quais é destinado um veículo e/ou orientação médica via telefone.

Telemedicina

O Serviço de Telemedicina no Estado, por meio do Portal do Sistema de Telemedicina e Telessaúde, possibilita o acesso a exames e laudos médicos à distância com rapidez e facilidade em diferentes modalidades. Disponibiliza também a informatização de serviços para os municípios, tais como Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e procedimentos de alta complexidade.

Santa Catarina é referência nacional na emissão de laudos à distância para exames de dermatologia, levando atendimento aos pacientes com problemas de pele em municípios onde a especialidade não está disponível.

- **Teledermato: 38.315 exames em 2019** (Teledermatologia)
- **Tele-ECC: 243.879 exames em 2019** (Tele-eletrocardiograma)

Deficiência Intelectual e/ou Transtorno do Espectro Autista

O Estado de Santa Catarina é destaque nacional em investimento no Serviço de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Transtorno do Espectro Autista, aplicando mensalmente mais de R\$ 2 milhões.

Cirurgia Inédita



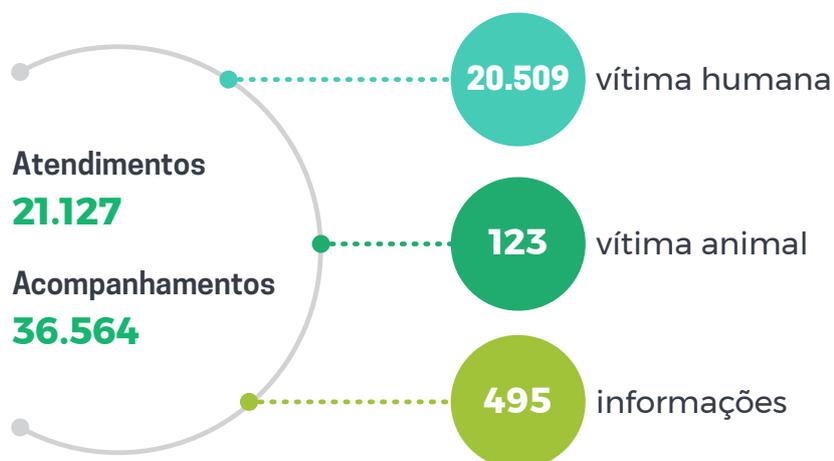
Foto: Divulgação IMAS

Em 2019, uma cirurgia inédita em paciente hemofílico foi realizada no Hospital Florianópolis. Essa foi a primeira cirurgia de prótese ortopédica de joelho em paciente hemofílico feita nesse hospital. Outros 14 procedimentos semelhantes já estão agendados.

Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina - CIATox/SC

O serviço de informação e de assistência toxicológica é uma unidade pública de referência no Estado na área de toxicologia clínica, especializada em fornecer informações para diagnóstico e tratamento de intoxicações e envenenamentos.

ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTOS REALIZADOS PELO CIATOX EM 2019



Fonte: Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina - CIATox/SC

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

A Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina encerrou o ano letivo de 2019 com 514.407 alunos matriculados, 1.071 Unidades Escolares (UEs) e 200 Unidades Descentralizadas (UDs).



Fonte: Sistema de Inteligência de Dados Educação na Palma da Mão

Quadro do Magistério



Professores	- 38.150
Administradores escolares	- 169
Assistentes de educação	- 1.276
Assistentes técnico-pedagógicos	- 1.816
Consultores educacionais	- 214
Orientadores educacionais	- 333
Supervisores escolares	- 175

Fonte: Sistema de Inteligência de Dados Educação na Palma da Mão

Programa Minha Nova Escola

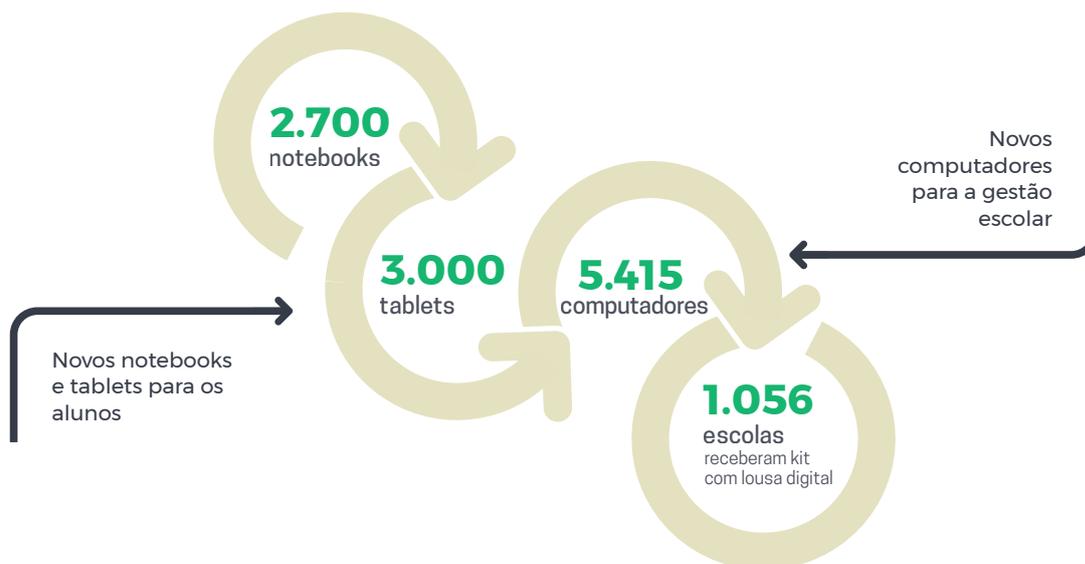
O Estado de Santa Catarina estabeleceu prioridades e metas de investimento para um reflexo direto na melhoria da qualidade de ensino. Assim, nasceu o Programa Minha Nova Escola, com investimentos de R\$ 1,2 bilhão a partir do segundo semestre de 2019.



Educação Inovadora

Equipamentos tecnológicos para as escolas

As 1.071 escolas da rede estadual de ensino receberam **R\$ 39 milhões em equipamentos de tecnologia em 2019**.



Matrículas escolares on-line



Universalização da matrícula on-line para todo o Estado com a inserção de novas funções nos aplicativos dos portais do aluno e do professor. Com as opções de trocas de mensagens e publicação e consulta de conteúdos, as ferramentas tecnológicas ajudam os membros da comunidade escolar a se tornarem mais autônomos.

Foto: Divulgação SED

Carteira do estudante digital



Em 2019, foi implementada a carteira do estudante digital, inclusive com código de barras e QR Code, sendo um facilitador no uso do sistema de alimentação escolar e no acesso a eventos culturais.

Foto: Divulgação SED

Currículo-Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense

O Estado de Santa Catarina concluiu a elaboração do Currículo-Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. O currículo serve como base para a formulação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas estaduais e tem como meta o aprendizado e o compromisso de equidade da educação de toda a sociedade catarinense. O documento de 492 páginas foi produzido em regime de colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-SC), a União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o Conselho Estadual de Educação (CEE) e a Federação dos Municípios Catarinenses (FECAM).

Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio está sendo implementado em 120 escolas-piloto de Santa Catarina. O modelo possui uma carga horária maior, um currículo mais flexível organizado por áreas do conhecimento no lugar de disciplinas e volta-se para necessidades, competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidas pelo aluno. A mudança estabelecida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, será gradativa, e as 713 escolas que oferecem ensino médio no Estado já trabalharão com o novo modelo até o final de 2022.

No Novo Ensino Médio, as horas-aula distribuem-se entre a Formação Geral Básica (mínimo de 1,8 mil horas nos três anos) e a Formação Específica via Itinerários Formativos, contemplando habilidades próprias a uma ou mais áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional (mínimo de 1,2 mil horas nos três anos).

Infraestrutura Escolar

Escolas novas em funcionamento em 2020

Oferta de cerca de 2 mil novas vagas para o início do ano letivo de 2020 com a conclusão das obras e instalação de duas novas escolas: a EEB Zitta Flach, em Chapecó, e a EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo, em Palhoça.



Foto: Cristiano Estrela/Secom e Ricardo Wolfenbüttel/Secom

Nova modalidade de manutenções sob demanda

Em 2019, houve modificação na forma de contratação das manutenções, capinas e roçadas para as escolas, que passaram a ser feitas sob demanda, com as empresas já contratadas e acionadas pela Secretaria de Estado da Educação de acordo com a necessidade, em vez da abertura de um processo por unidade de ensino. A mudança traz celeridade ao atendimento e otimiza o controle dos recursos públicos.

Gestão Total

Planos de Gestão Escolar

Em 2019, a SED articulou e executou o processo de seleção dos Planos de Gestão Escolar pela comunidade para a definição dos diretores das mais de mil unidades escolares de 2020 a 2023. O processo democrático ocorreu entre agosto e outubro, e os diretores foram escolhidos por pais, alunos e servidores, a partir das propostas apresentadas. Ainda no tema de gestão escolar, outros destaques ocorreram:



Novos profissionais

2 mil novos profissionais chamados, entre professores e especialistas em educação.



Inteligência de dados

Educação na Palma da Mão, sistema de dados que apresenta os indicadores de desempenho, matrículas e faltas em relação ao Estado e ao País. O professor pode enxergar, por exemplo, as áreas do conhecimento em que a sua escola demanda mais reforço.



Cartão CPESC Serviço

A implementação do Cartão CPESC agiliza as melhorias necessárias e reconhece a importância da gestão escolar na qualidade do ambiente de ensino.

Verificação de Conformidade do Plano Estadual de Educação de SC

A Verificação de Conformidade do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina foi uma revisão técnica de estudo das estratégias para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, e do Plano Estadual de Educação (PEE/SC), Lei nº 16.794/2015, seguida de uma proposta de adequação elaborada pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. O objetivo do procedimento é a atualização das estratégias do PEE para viabilizar o atingimento das metas aprovadas em 2015 com data final em 2024. A proposta de adequação verifica e deixa explícita a conexão entre objetivos, estratégias e ações para cada meta, eliminando redundâncias e tornando o texto ainda mais claro.

Qualificação Permanente

Foram realizados cursos para a qualificação permanente, promovendo multiplicações das formações, das coordenadorias até o ambiente escolar, e valorizando o fator presencial nos temas mais relevantes para a educação, como a implementação do Currículo-Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, o Plano Estadual de Alfabetização e o Novo Ensino Médio.



Bolsas concedidas pelo Programa UNIEDU

O Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) agrega todos os programas de atendimento aos estudantes da educação superior, fundamentados pelos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, oferecendo bolsas para graduação e pós-graduação.



Além da Escola

Transporte escolar

Ao todo, 286 dos 295 municípios de Santa Catarina contam com o apoio do Estado no transporte escolar por meio de parcerias com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME/SC).

O Governo do Estado entregou 145 ônibus escolares adaptados, os quais representam uma renovação de 57% da frota catarinense, sendo 116 veículos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e 29 com recursos próprios do Estado, sendo contemplados mais de 100 municípios.

CULTURA



Museu Histórico de Santa Catarina/MHSC

Foto: Márcio Henrique Martins/FCC

O Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), executa ações tendo como objeto o valor histórico-cultural, a restauração, a conservação, além do registro e da valorização de bens culturais de natureza imaterial. Também administra políticas de apoio às ações artísticas e culturais como shows, festivais, encontros, feiras, palestras e oficinas, agindo sempre de forma a promover e preservar a memória e a produção artística catarinense.

Programas de destaque

- Apoio ao Festival de Dança de Joinville
- Apoio à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil
- Prêmio Catarinense de Cinema
- Retomada do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura

Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura

Instituído pela Lei nº 15.503/11, o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura distribuiu, no ano de 2019, o montante de R\$ 5,3 milhões, destinados a três áreas: Patrimônio Cultural, Artes e Artes Populares.

A edição do prêmio recebeu ao todo 1.082 inscrições, das quais 219 foram contempladas nas 6 mesorregiões catarinenses, totalizando 61 municípios.

Com foco na interiorização, o edital teve o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um dos critérios de avaliação. Implementou, ainda, categorias dedicadas a indígenas, afrodescendentes, museus, bibliotecas públicas e circos.

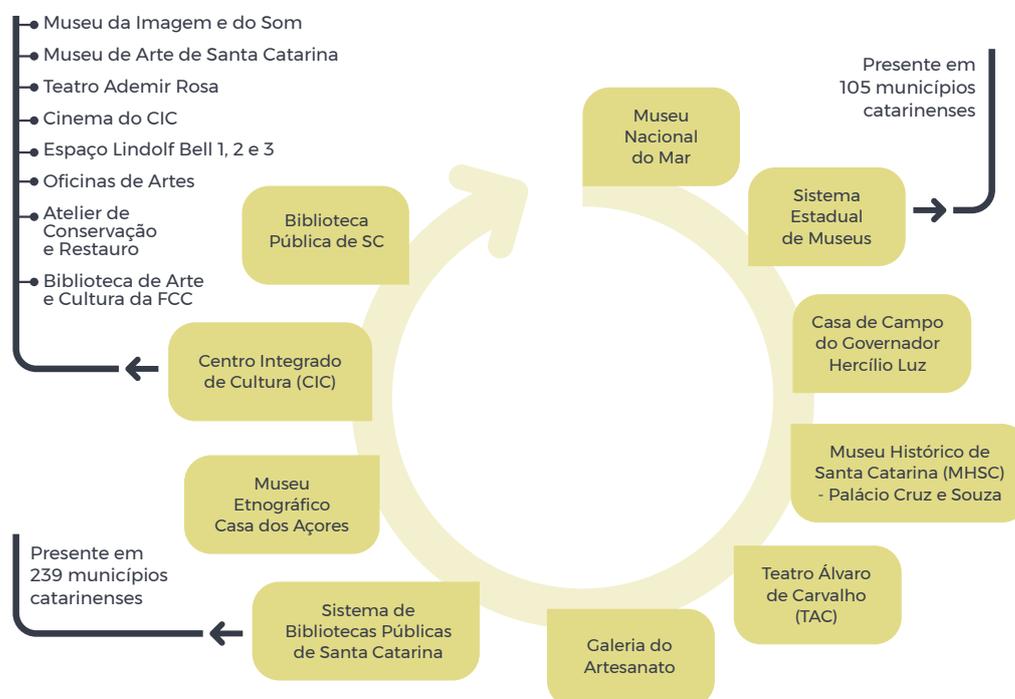
Prêmio Catarinense de Cinema

O prêmio conferido anualmente a pessoas físicas ou jurídicas, vencedoras de concurso público de incentivo à produção audiovisual, foi instituído pela Lei nº 15.746/12 e realizado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Em 2019, contou com o apoio de R\$ 15 milhões do Governo Federal, por meio do Fundo Setorial do Audiovisual/ Agência Nacional do Cinema (Ancine), e com mais R\$ 4,3 milhões do Governo catarinense, o que totalizou R\$ 19,3 milhões. Ao todo, foram 438 projetos inscritos e 59 contemplados.

Espaços culturais

Santa Catarina possui diversos espaços culturais espalhados pelas regiões do Estado, desde teatros até galerias de artesanato, apresentando oportunidades para que os cidadãos catarinenses tenham acesso a uma variedade de eventos culturais.

Seguem algumas opções:



Fonte: FCC

Plateia em números

Com a realização de 1.256 eventos nos espaços administrados pela FCC, alcançou-se no ano um público de 453.629 pessoas distribuídas em vários eventos, conforme apresentado abaixo:

Público nos espaços administrados pela FCC	Quantidade de Pessoas
Público nos teatros e cinema	197.513
Teatro Ademir Rosa	138.251
Teatro Álvaro de Carvalho	41.498
Cinema do CIC	17.764
Público nos museus, bibliotecas e espaços expositivos	256.116
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	30.983
Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)	23.550
Museu da Imagem e do Som (MIS)	10.127

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Público nos espaços administrados pela FCC	Quantidade de Pessoas
Museu Etnográfico - Casa dos Açores	9.160
Casa de Campo do Governador Hercílio Luz	4.726
Museu Nacional do Mar	33.012
Espaço Lindolf Bell	45.937
Oficinas de Artes e Espaço das Oficinas	4.446
Biblioteca Pública de Santa Catarina	71.144
Biblioteca de Arte e Cultura	911
Galeria do Artesanato	21.890
Escolinha de Arte	230
TOTAL	453.629

Fonte: FCC

Formação cultural

Foram realizadas 134 oficinas, as quais contaram com 1.732 participantes. As oficinas aconteceram nos diversos espaços culturais da FCC, abrangendo todas as linguagens artísticas e temas diversos na área cultural, tais como fotografia, literatura, música, teatro, dança, entre outros.

Público nos museus, bibliotecas e espaços expositivos	Número de oficinas	Participantes
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	4	90
Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)	19	322
Museu da Imagem e do Som (MIS)	7	226
Oficinas de Artes	21	349
Biblioteca Pública de Santa Catarina	53	365
Biblioteca de Arte e Cultura	10	150
Escolinha de Arte	20	230
TOTAL	134	1.732

Fonte: FCC

ESPORTE

O Estado de Santa Catarina projeta e executa a política de esportes por meio da Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte). Os objetivos da Fesporte são:

- 1 Executar os programas, os projetos e as ações da política estadual de esporte
- 2 Incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiência
- 3 Executar outras atividades relacionadas com o esporte e a educação física, compatíveis com as suas finalidades

Principais Ações da Área

A Fesporte contemplou mais de 290 mil atletas em 2019.

A gestão esportiva promovida pela Fesporte em 2019 atingiu todos os municípios catarinenses, alcançando atletas de todas as idades e com as mais diversas deficiências.

As ações foram realizadas com o apoio das prefeituras municipais, das federações esportivas e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e dividiram-se em três manifestações: esporte de rendimento, de participação e de base e inclusão (escolar). Essas áreas realizaram 10 programas esportivos, cuja maioria teve em sua formatação quatro etapas: microrregional, seletiva, regional e estadual.

Foram 265 eventos diretamente promovidos pelo Governo do Estado, a saber:

- **Esporte de Rendimento:** Jogos Abertos de Santa Catarina (Jasc) e Jogos Abertos de Santa Catarina;
- **Esporte de Base e Inclusão (Escolar):** Jogos Escolares de Santa Catarina (Jesc) de 12 a 14 anos, Jesc de 15 a 17 anos, Festival Escolar Dança Catarina, Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (Moleque Bom de Bola), Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc) e Olimpíada Estudantil Catarinense (Olesc); e
- **Esporte de Participação:** Jogos Abertos da Terceira Idade (Jasti) e Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (Parajasc).

Federação Catarinense do Desporto Universitário

Em parceria com a Federação Catarinense do Desporto Universitário (FCDU), o Estado viabilizou a participação de universitários catarinenses em eventos oficiais.

Modalidades Esportivas Ofertadas

Em 2018, os eventos promovidos pela Fesporte tiveram a participação de 291.821 atletas com idade a partir de 8 anos. Já em 2019, foram 300.678 atletas cadastrados no Sistema (Jasc, Jasti, Olesc, Parajasc, Jesc 12 a 14 anos, Jesc 15 a 17 anos e Campeonato Escolar Moleque Bom de Bola).

Entre os eventos promovidos estão atletismo, canastra, basquete, basquete em cadeira de rodas, bocha, bolão 16, bolão 23, bocha paralímpica, caratê, ciclismo, dança, dominó, futebol, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, handebol adaptado, judô, natação, remo, taekwondo, tênis, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, tiro, triatlon, golbol, truco, voleibol, voleibol adaptado, voleibol de praia e xadrez.

Fesporte é referência para COB e CPB

Por seus eventos esportivos e por sua política de gestão, Santa Catarina é considerada referência para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). A Fesporte figura entre as principais instituições públicas esportivas do País, ficando entre gigantes como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Só nos últimos três anos, os atletas catarinenses apoiados pela Fesporte conquistaram 251 medalhas nos Jogos Escolares da Juventude (JEJ) e mais 300 medalhas nas Paralimpíadas Escolares.

Novidades em 2019



1ª edição dos Jogos de Integração dos Servidores Estaduais de SC



Implantação de medalha e troféu em braile



1º Campeonato Brasileiro Jiu-Jitsu Paradesportivo

DEFESA CIVIL



Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres de Santa Catarina

Foto: Assessoria de Comunicação da Defesa Civil

A Defesa Civil, no intuito de cumprir as suas missões constitucionais de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução voltadas à proteção da comunidade catarinense, tem envidado esforços para ampliar a percepção de riscos à sociedade, investindo massivamente na educação e na preparação dos seus cidadãos. Também tem apoiado os municípios para que ampliem a sua resiliência ante a incidência de desastres. Em

2019, a Defesa Civil criou uma diretoria específica para educação e capacitação, bem como tem ajudado os municípios com a elaboração de planos de trabalho e de contingência, eventos educativos, entre outros.

Na estrutura da Defesa Civil, a comunicação ágil, segura e ininterrupta é de fundamental importância para a integração dos Centros de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERDs) em atividade no Estado. Hoje o sistema de proteção catarinense é referência internacional.

Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres

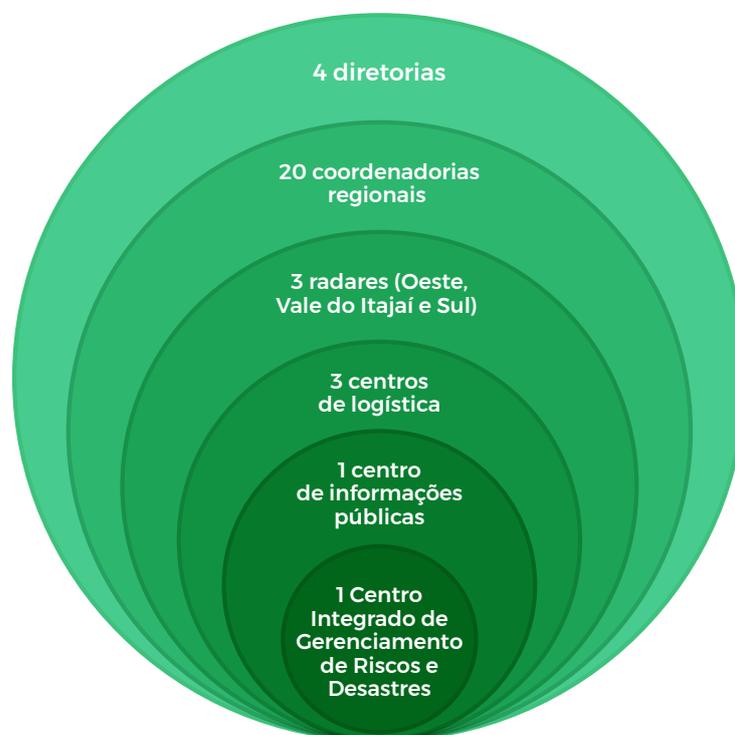
O Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD) mostrou-se uma excelente ferramenta na gestão de riscos e desastres, integrando todos os órgãos oficiais do Governo do Estado.



Estruturas de monitoramento e gestão de desastres da Defesa Civil de Santa Catarina

Foto: Assessoria de Comunicação da Defesa Civil

ESTRUTURA DA DEFESA CIVIL



DEFESA CIVIL EM NÚMEROS

Educação na Defesa Civil

Os eventos, as palestras, os cursos, as capacitações e as visitas realizadas tiveram como objetivo fomentar a formação continuada de gestores, profissionais, organizações e da população em geral visando ao que se segue: melhoria na percepção e na gestão de riscos e de desastres, ampliação do conhecimento e da autoproteção, estabelecimento e aperfeiçoamento de estratégias de inteligência para reduzir riscos e desastres. No Programa Defesa Civil na Escola, os professores recebem capacitação para incluir o tema 'defesa civil' de forma transversal em suas disciplinas.

Ações de Educação 2019	Número	Carga Horária	Participantes
Cursos	2	152	147
Cursos por videoconferência (20 regionais)	6	102	797
Capacitações	38	501	1.027
Palestras	34	59	1.252
Seminário de Proteção e Defesa Civil 2019	1	15	183
Eventos	12	71,5	1.099
Hora do conhecimento	7	11	170
Participação em eventos externos	32	372	40
Defesa Civil na escola	26	91,5	888
Escola na Defesa Civil	28	50,5	732
Visitas às estruturas da Defesa Civil Estadual	17	-	209
TOTAL	203	1.425,5	6.544

Fonte: Diretoria de Gestão da Educação

GESTÃO DE RISCOS

As atividades foram focadas nos trabalhos relacionados ao acompanhamento dos melhoramentos fluviais e do licenciamento ambiental de projetos e obras da Defesa Civil, bem como no desenvolvimento dos trabalhos de avaliação e elaboração dos estudos de impacto socioambiental da comunidade indígena de José Boiteux, impactada pela operação da barragem de controle de cheias da região.

Aço usado na restauração da ponte Hercílio Luz ajudará a construir pequenas pontes no interior de SC

O material metálico utilizado na restauração da ponte Hercílio Luz terá um destino nobre com a conclusão dos trabalhos. Todo o aço que serviu de sustentação para



Estruturas metálicas da ponte Hercílio Luz que serão usadas nas pontes metálicas

Foto: Assessoria de Comunicação da Defesa Civil

a Velha Senhora servirá de base para a construção de aproximadamente 500 pontes no interior do Estado. Essas pontes terão até 12 metros de comprimento e substituirão pontes precárias, em sua maioria feitas de madeira. Uma ponte de seis metros terá um custo de aproximadamente R\$ 5,8 mil, ao passo que uma ponte de concreto de mesmo tamanho custará em torno de R\$ 50 mil.

Ações conjuntas com os órgãos de Segurança Pública

Foram realizadas ações conjuntas com os órgãos de Segurança Pública para vistorias no transporte de produtos perigosos, os quais compreendem aqueles relacionados a substâncias químicas, biológicas ou radioativas que oferecem riscos à saúde das pessoas e ao meio ambiente.

Descrição	Quantidade
Autuações lavradas durante a atividade preventiva	2.560
Veículos vistoriados	1.249
Capacitações preventivas no transporte de produtos perigosos	11
Palestras	7

Fonte: Gerência de Produtos Perigosos/Defesa Civil

Ações de apoio a municípios para a criação de cultura de autoproteção em enfrentamento de desastres

Foi prestado apoio aos municípios que fazem parte das Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil de Lages, Curitibaanos, Rio do Sul, Taió, São Miguel do Oeste, Maravilha, Xanxerê e Chapecó na elaboração e na implantação dos Planos de Contingência. O objetivo desse trabalho é atingir os 295 municípios de Santa Catarina, de forma que todos tenham os seus Planos de Contingência aprovados pela Defesa Civil Estadual.

Envio de alertas via SMS

A Defesa Civil disponibiliza ao cidadão catarinense um serviço gratuito de alerta via SMS sobre as condições do tempo.

Serviço de alerta sobre eventos climáticos por SMS em 2019

- Todos os 295 municípios atendidos
- 1.788 mensagens enviadas:
 - 1.511 sobre chuvas intensas (84,5%)
 - 49 sobre granizo
 - 56 sobre alagamentos
 - 48 sobre vendavais
 - 51 sobre deslizamentos
 - 59 sobre enxurradas
 - 14 sobre inundações

GESTÃO DE SITUAÇÕES CRÍTICAS

Operações integradas

No decorrer de 2019, foram realizadas quatro grandes operações integradas, sendo três relacionadas a eventos climáticos e uma referente a um incêndio florestal de grandes proporções. Em todas essas operações, a Defesa Civil estadual atuou na gestão e na integração com os diversos órgãos do Estado que prestaram atendimento a esses desastres.



Operação Primavera



Na época do ano em que Santa Catarina mais sofre com eventos adversos, a Defesa Civil mobilizou todo o seu efetivo para realizar ações de prevenção e mitigação, além de ações de resposta.

A primavera marca o período em que ocorrem as maiores séries de inundações e tempestades no Estado, com grande ocorrência de granizo e vendavais. O objetivo da operação é agir preventivamente, integrando todos os órgãos e as instituições catarinenses em ações conjuntas nos municípios.

Na abertura do evento, foi entregue o Plano de Contingência para as pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Salles, que fazem a ligação entre o Continente e a Ilha de Santa Catarina. O documento apresenta o plano de ação em caso de ocorrências nas estruturas dessas pontes.

Assistência humanitária

Foram entregues 5.799 itens de ajuda humanitária a cidadãos vítimas de desastres naturais em 17 municípios: Nova Veneza, Biguaçu, Barra Velha, Penha, Balneário Barra do Sul, Guaramirim, Atalanta, Agrolândia, Lindóia do Sul, Morro da Fumaça, Balneário Rincão, Mafra, Rio Negrinho, Três Barras, Monte Carlos, Itaiópolis e Lages, totalizando mais de R\$ 320.000,00.

Kits de transposição de obstáculos (pontes)



Montagem de kit de transposição de obstáculos pela Defesa Civil de Santa Catarina

Foto: Anderson Cardoso

Em 2019, foram instalados 46 kits de transposição de obstáculos no Estado, e está em andamento a construção de 48 cabeceiras para a instalação de novos kits, o que vai resultar em mais de 400 kits montados desde o começo do projeto.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, conforme preconiza a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF/1988). Atualmente, a sensação de insegurança decorrente do aumento da criminalidade e da violência tornou-se uma das maiores preocupações da sociedade.

Nesse âmbito, o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina (SSP), vem envidando esforços no enfrentamento diário contra a criminalidade em ações de prevenção e repressão, bem como na disponibilidade de serviços públicos ao cidadão, visando ao atendimento das demandas sociais por segurança pública.

Programa de Videomonitoramento Urbano BEM-TE-VI

Para ampliar a efetividade do monitoramento nos espaços públicos, por meio do Programa Bem-Te-Vi o Estado realizou investimentos objetivando a implantação de sistemas de videomonitoramento urbano para fins de segurança pública.

140
municípios monitorados

3.040
câmeras cadastradas

2.753
câmeras ativas

2.419
câmeras funcionando



Fonte: DTI/SSP

Em 2019, a SSP implantou equipamentos de tecnologia da informação para ampliar a capacidade de processamento e armazenamento no parque de videomonitoramento nos municípios de São José, Florianópolis, Blumenau, Joinville, Criciúma e Chapecó. Com isso, a capacidade média de gravação aumentou de 8 para 16 dias, permitindo um maior número de buscas de imagens nos servidores do Programa Bem-Te-Vi. Também foram implantadas 18 câmeras na cabeceira da Ponte Hercílio Luz e nos arredores do Parque da Luz, em alinhamento com a iniciativa do Governo do Estado denominada “Viva a Ponte”.

Por meio da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), o Estado realiza a polícia ostensiva, que tem como objetivo a prevenção ao crime, à violência e à desordem, bem como o seu restabelecimento tão logo a ordem pública seja quebrada. Para aprimorar tais funções, foram lançadas duas importantes ferramentas que estão auxiliando a Polícia Militar a propiciar ao cidadão maior segurança: câmeras policiais individuais e aplicativo PMSC Cidadão.

As **câmeras policiais individuais** qualificam o conjunto de provas das práticas ilícitas, contribuindo para a efetividade da análise criminal, bem como aumentam a transparência das ações policiais.



O aplicativo **PMSC Cidadão** objetiva aproximar a corporação do cidadão por meio de serviços de proteção, tais como registro de emergência, botão de pânico de violência doméstica, entre outros, permitindo acionar a Polícia Militar de forma mais rápida e efetiva, bem como evidenciar um maior nível de detalhes para o policial militar atender melhor o cidadão.



Fotos: Mauricio Vieira/Secom e Divulgação PMSC

Essas ações contribuíram para o Estado alcançar expressivos resultados positivos nos índices de criminalidade:



Fonte: PMSC

Aplicativo SOSurdo



Pensando cada vez mais na acessibilidade do cidadão, foi desenvolvido em parceria com a comunidade surda catarinense e lançado em 2019 o aplicativo SOS Surdo.

Esse aplicativo permite que pessoas com deficiência auditiva, ou de fala, possam acionar o serviço de socorro. Inclusive o aplicativo possui reconhecimento da localização do usuário.

Corpo de Bombeiros em números

No ano de 2019, foram realizadas várias operações de destaque pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

AÇÕES OPERACIONAIS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Ocorrências atendidas
112.652 atendimentos pré-hospitalares
30.828 acidentes de trânsito
22.718 salvamentos, buscas e resgates
14.557 incêndios
606 produtos perigosos

BATALHÃO DE OPERAÇÕES AÉREAS

1.288 ocorrências atendidas
1.000 vítimas atendidas diretamente
1.044 horas de voo
14m48s média de tempo de resposta dos helicópteros

OPERAÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

OPERAÇÃO BRUMADINHO

54 dias de operação
43 bombeiros militares
14 forças-tarefas
4 equipes
7 binômios (bombeiro militar + cão de busca)

OPERAÇÃO ALERTA VERMELHO

49.450 pessoas orientadas
31.241 participantes em palestras
25.375 pôlderes distribuídos
13.498 residências visitadas
52 eventos

OPERAÇÃO VERANEIO

7.004.747 prevenções
60.221 ocorrências com água-viva
3.762 salvamentos
4.524 crianças capacitadas pelo Projeto Golfinho
678 guarda-vidas civis por dia

OPERAÇÃO SIMULADO INTEGRADO DE RESPOSTA A DESASTRE

31 bombeiros militares
2 cães de busca e resgate
9 ocorrências
20h tempo empregado nas forças-tarefas
8 viaturas
2 botes
1 helicóptero

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Integração dos Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar CBMSC e SAMU



- União dos processos de gestão em que Corpo de Bombeiros e SUS compartilharam expertise na administração de serviço de Atendimento Pré-Hospitalar (APH)
- Otimização de recursos sem duplicidade de deslocamento de ambulâncias para um mesmo chamado
- Investimento na manutenção dos serviços aeromédicos, unificados
- Treinamento unificado e conjunto entre as instituições

Operações da Polícia Civil

A Polícia Civil tem por missão ser a Polícia Judiciária e Administrativa estadual por meio da gestão ágil da investigação criminal, da inteligência policial e da fiscalização, elucidando crimes e promovendo continuamente o Estado Democrático de Direito e a efetiva segurança pública em Santa Catarina (Planejamento Estratégico da Polícia Civil de Santa Catarina 2019/2023).

669 operações policiais	Outras	34,08%
	Tráfico de drogas	29,00%
	Homicídios	8,22%
	Furto/Roubo	11,21%
	Fiscalização	6,13%
	Organização criminosa	5,23%
	Pedofilia	1,49%
	Furto/Roubo de cargas	2,69%
	Estupro	0,75%
	Crimes contra a Administração Pública	1,05%
Sequestro	0,15%	



Fonte: Polícia Civil de Santa Catarina

Drogas apreendidas

Durante o ano de 2019, foram realizadas várias operações tendo como foco a apreensão de drogas ilícitas. Como resultado dessas atividades, foram apreendidos os seguintes tipos de drogas:



Fonte: Polícia Civil de Santa Catarina

Instituto Geral de Perícias (IGP)

Nova carteira de identidade

O Instituto Geral de Perícias (IGP) apresentou a nova carteira de identidade, inovação que traz alguns benefícios para a população, como a possibilidade da inclusão do nome social sem a necessidade de alteração no registro civil, além de outras informações agora apresentadas no documento.



Foto: Ricardo Wolfenbüttel/Secom

Melhores serviços para a população

IGP em números



93.112 exames periciais realizados

78.985 laudos expedidos

540.037 carteiras de identidade confeccionadas

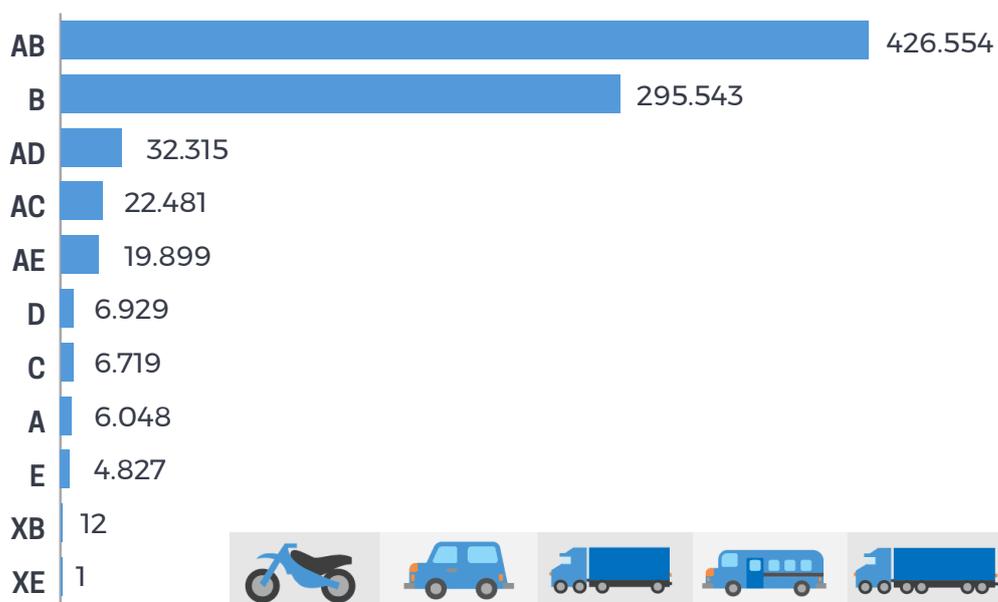
27 ações sociais desenvolvidas

Fonte: Instituto Geral de Perícias

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)

Carteira Nacional de Habilitação em números

Em 2019, foram emitidas 821.328 Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH), sendo a maior parte das emissões enquadradas na categoria AB.



Fonte: DETRAN

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL



Modelo de administração prisional exemplo para o Brasil

Foto: Julio Cavalheiro/Secom

Os sistemas socioeducativo e prisional catarinense fazem parte de um grande projeto que está em execução. O desafio de garantir os direitos e a segurança a todos os envolvidos nessa dinâmica requer um grande esforço e a colaboração de uma rede de servidores que se comprometem diariamente com a construção de um sistema verdadeiramente forte e de referência para o País.

Compete à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)

administrar as políticas públicas para o sistema prisional catarinense, ampliando e consolidando programas, ações e decisões tomadas pelo Governo no âmbito prisional e socioeducativo.

Seguindo as diretrizes propostas pelo Governo do Estado, o modelo de gestão foi aprimorado no uso racional dos recursos públicos, com controle e avaliação permanente dos gastos, de forma transparente e ética, com foco em resultados e decisões apoiados em indicadores.



ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL EM NÚMEROS

Áreas administradas pela SAP

As duas grandes áreas administradas pela SAP – os sistemas prisional e socioeducativo – são complexas e sensíveis por natureza.



Sistema prisional

23 mil internos
51 unidades



Sistema socioeducativo

433 adolescentes
25 unidades

Mais agentes penitenciários

Em 2019, o sistema prisional recebeu um reforço para impulsionar o crescimento da área com a realização de concurso público para agente penitenciário, com 600 vagas.

Ensino



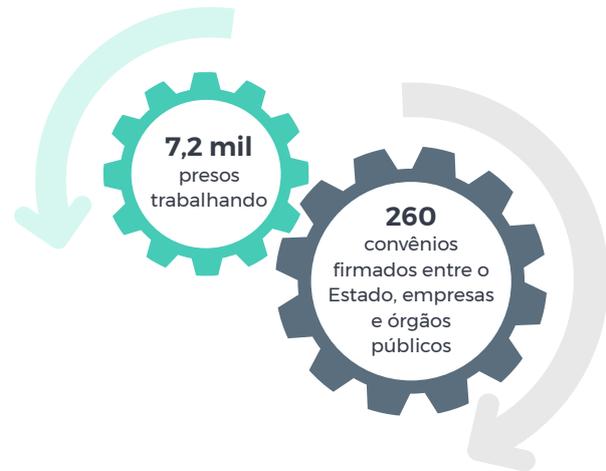
Ao longo de 2019, 8,8 mil presos realizaram alguma atividade relacionada à educação na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio ou no Projeto Despertar pela Leitura. Santa Catarina também tem 186 internos matriculados em cursos de nível superior.

Projeto Despertar Pela Leitura

Foto: Divulgação/SAP

Trabalho

O modelo de atividade laboral implantado em Santa Catarina é considerado referência nacional para o Departamento Penitenciário Nacional (Depen).



Chamamento público

Em 2019, o Estado lançou em Chapecó o edital de chamamento público nº 001/SJC/2019 para a seleção de empresas interessadas em instalar oficina de trabalho que estabelece normas contemplando os interesses da iniciativa privada e da Administração Pública bem como a vocação econômica da região onde a unidade está inserida. O edital está sendo replicado em todas as regiões catarinenses.

Cartão Pecúlio

O Cartão Pecúlio é uma ferramenta de gestão que permite o pagamento individual dos detentos pelo trabalho realizado na unidade prisional.

Por meio de uma parceria entre o Banco do Brasil, o CIASC e o Poder Judiciário, o Cartão Pecúlio promove controle e transparência em todas as movimentações financeiras realizadas por meio da atividade laboral no sistema prisional.

Penas alternativas

A Gerência de Penas Alternativas e Apoio ao Egresso e as oito Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), em funcionamento no Estado, realizaram a fiscalização do cumprimento de 4,7 mil penas expedidas pelo Poder Judiciário.

Saúde e atenção psicossocial



Foram registradas ao longo do ano mais de 8 mil consultas médicas, 27 mil atendimentos de enfermagem e 5,7 mil procedimentos odontológicos. É importante destacar ainda que foram realizados mais de 1,8 mil atendimentos psicológicos e 3,3 mil atendimentos sociais.

Monitoramento de tornozeleira eletrônica

Mais de 1,1 mil monitorados estão usando tornozeleira eletrônica em Santa Catarina. O acompanhamento é feito em tempo real na Central localizada em Florianópolis.

Dease zera a fila de espera



Foto: Divulgação/SAP

Santa Catarina não tem adolescentes em conflito com a lei, na rua, à espera de vaga para internação em unidade do sistema socioeducativo. O fato, inédito no Estado, é resultado de uma articulação entre a SAP, o Departamento de Administração Socioeducativo (Dease), o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina.

Entre os fatores que auxiliaram na diminuição da fila é importante ressaltar o acompanhamento que o Dease faz, caso a caso, em parceria com o Judiciário.

Novas viaturas

Ao longo de 2019, o DEAP recebeu 80 viaturas operacionais adaptadas para o transporte de presos e para a realização de escoltas. O Serviço de Operações de Escolta (SOE), que realiza transferências de alta complexidade, inclusive para outros estados, recebeu 4 viaturas especiais. O Grupo Tático de Intervenção (GTI) também foi contem-

plado com 4 viaturas com capacidade para transportar até 15 agentes das equipes de intervenção. Outros 45 veículos foram destinados a atividades administrativas.

O Dease também recebeu 5 novas viaturas, sendo que 4 dos veículos foram adquiridos com valores repassados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). As viaturas são usadas no transporte de adolescentes em conflito com a lei, de acordo com as exigências do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).



Foto: Divulgação/SAP

Obras



Penitenciária em São Bento do Sul

Com investimentos de R\$ 23 milhões, a Penitenciária de São Bento do Sul está sendo construída no município localizado no norte catarinense. A unidade, que prevê 364 vagas, tem projeto que contempla, além das áreas de saúde, lavanderia e cozinhas, espaços de vivência (celas) individuais e coletivos, locais destinados ao funcionamento de oficinas de trabalho e salas de aula.

Presídio de Joinville

A reforma e a ampliação do Presídio de Joinville constituem outra importante obra em andamento no Estado. De acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com a Justiça, estão sendo investidos R\$ 7 milhões na construção de 123 novas vagas, entre outras obras que visam melhorar a infraestrutura e a segurança da unidade.

Ativação do Presídio de Itajaí

A SAP e o Deap realizaram operação para ativar o novo Presídio Feminino de Itajaí, com a transferência de 228 internas da unidade antiga, localizada no bairro Nossa Senhora das Graças, para o novo prédio situado no Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí (CPVI).

O presídio possui área para berçário, brinquedoteca, atendimento médico e odontológico, salas de aula e oficinas de trabalho, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Depen.

Operações

GTI

O Grupo Tático de Intervenção (GTI) realizou 105 operações em todas as unidades prisionais. Composto por 18 agentes penitenciários, em 2019 foram movimentados 13.474 internos.

DOC

A Divisão de Operação com Cães também fez a diferença em 42 ações preventivas de segurança realizadas pelo Deap e pelo Dease em apoio à Polícia Civil.

Videoaudiências



Foto: Deap/Divulgação

Um convênio entre a SAP e o TJSC permitiu a implantação de salas de videoaudiência nos sistemas prisional e socioeducativo. À Secretaria, coube adequar o espaço na unidade e garantir a rede de transmissão de dados, enquanto o TJ treinou os agentes e cedeu os equipamentos. Com o uso da tecnologia, diminuiu o número de escoltas, que implicam em custos e riscos para operadores do sistema e para a sociedade.

Selo Resgata

Em 2019, 28 empresas catarinenses receberam o Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional – Selo Resgata. Concedido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o reconhecimento é destinado a empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária que contratam internos, egressos do sistema prisional e pessoas que estão cumprindo penas alternativas.

Projeto Mulheres Livres

Destinado a acompanhar mulheres com filhos de até 12 anos que passam pelo sistema prisional, o Projeto Mulheres Livres atende atualmente 330 mulheres no Estado. O programa é executado por meio de uma rede de apoio que auxilia a mulher a recuperar a autoestima, os estudos, a atividade profissional e a retomar o convívio familiar e social.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, atua na promoção da defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania através da formulação e da coordenação de políticas estaduais de Assistência Social, Direitos Humanos, Migração e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como executa e coordena as políticas de Habitação em Santa Catarina.

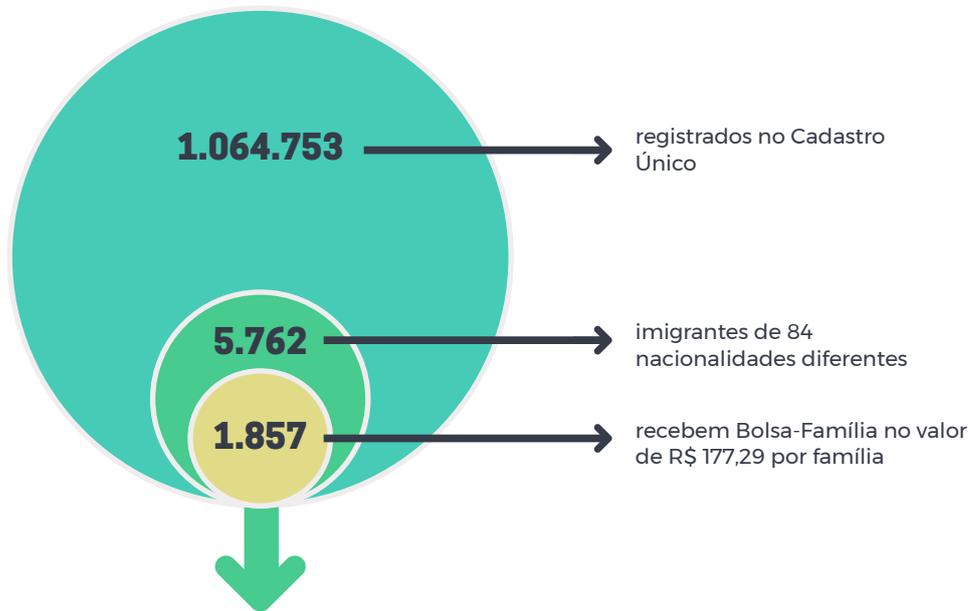
DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM NÚMEROS

Garantia de pleno funcionamento dos 10 Conselhos de direitos vinculados à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, permitindo o debate em torno da formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas através de 144 reuniões deliberativas ocorridas no ano.

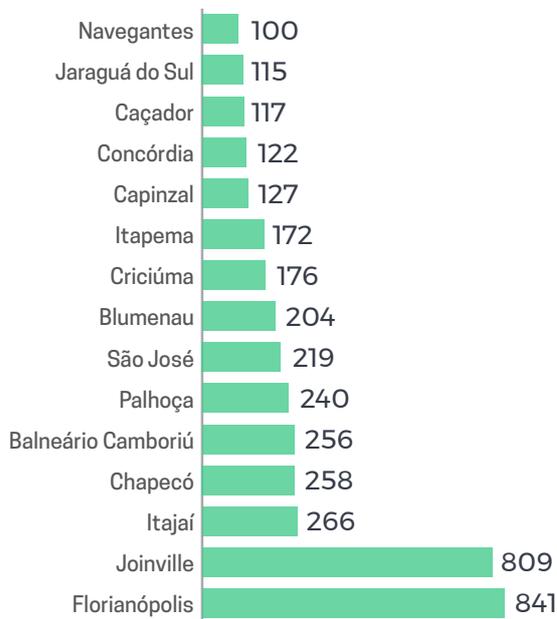
O atendimento ao imigrante em Santa Catarina ocorre de forma integrada na rede de assistência social dos municípios por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), além de unidades de acolhimento conveniadas com os municípios.

Nesses locais, os imigrantes são acolhidos e orientados sobre a elaboração de documentação, encaminhados para o mercado de trabalho e inseridos no Cadastro Único. O Estado tem a função de articulador das redes de atendimento, atuando nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional.

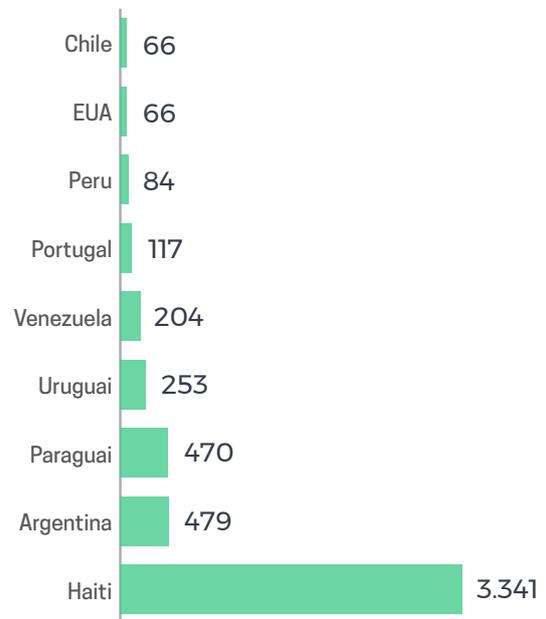
O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o Governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.



CADASTRO ÚNICO: 15 municípios que mais receberam **imigrantes** cadastrados



CADASTRO ÚNICO: 9 países de onde se originou o maior número de **imigrantes** cadastrados



Outros destaques de 2019:



O Seminário "Rede de Proteção aos Migrantes e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas" foi realizado nas cidades de São Miguel do Oeste, Concórdia, Chapecó e Xanxerê, totalizando **412 participantes**.



5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Em agosto, ocorreu a 5ª Conferência Estadual do Idoso com o tema central "Os desafios de envelhecer no século XXI e o papel das políticas públicas". Estiveram presentes **423 pessoas**, representando **249 municípios**.



Em cada município, há pelo menos 1 Conselho Tutelar como órgão integrante da Administração Pública local, composto por 5 membros escolhidos pela população local para um mandato de 4 anos. Foram eleitos **1.500 novos conselheiros**, em 295 municípios catarinenses, para atuar em 301 conselhos tutelares.



Lançamento da plataforma digital "**Santa Catarina por Elas**", que tem como objetivo facilitar o acesso das mulheres aos principais serviços de prevenção, combate, atendimento, apoio e superação para vítimas de violência. Reserva de até 5% das vagas nas contratações de serviços terceirizados no Governo do Estado para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, decorrente de violência doméstica e familiar.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na área de Assistência Social, o Estado normatiza e implementa as políticas sociais relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como organiza, coordena, monitora e avalia as ações de proteção e prevenção executadas pelo SUAS.

Programas disponibilizados à população

Bolsa-Família



O Programa Bolsa-Família é um programa de transferência direta de renda pelo Governo Federal, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que essas pessoas consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O Estado tem como atribuição apoiar técnica e institucionalmente os seus municípios na gestão do programa. No ano de 2019, foram capacitadas em torno de 350 pessoas para atuar na administração do programa, tendo 121 mil famílias recebido o benefício.

Santa Renda

Repasse de aproximadamente R\$ 6 milhões a **35 mil famílias** em complementação ao benefício já recebido através do Programa Bolsa-Família do Governo Federal



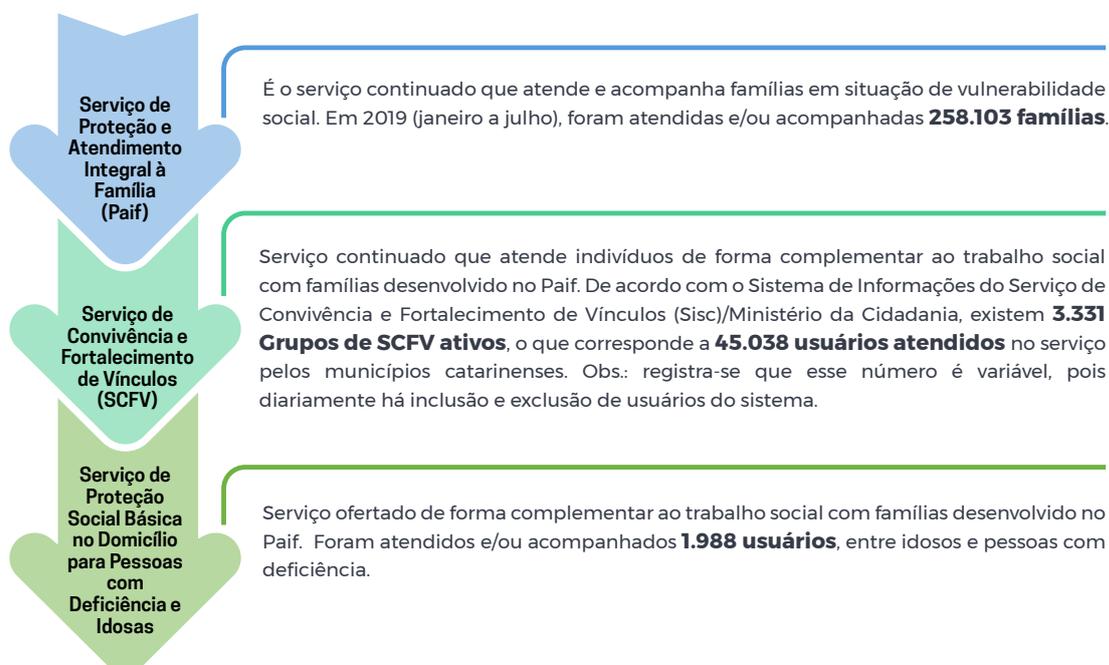
Gestação Múltipla

Em 2019, o Estado investiu também no benefício Gestação Múltipla, instituído pela Lei nº 17.201/2017 e pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha tido gestação múltipla com 3 ou mais nascituros. Com o benefício, o Governo do Estado aplicou R\$ 2.100.000,00, que foram utilizados no atendimento a 350 crianças.

Proteção Social Básica

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de vulnerabilidade e risco social. O serviço é destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

Serviços disponibilizados à população



Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Essa proteção é dividida em:

- I - Proteção Social Especial de Média Complexidade – envolve os serviços que oferecem atendimento e acompanhamento a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- II - Proteção Social Especial de Alta Complexidade – contempla os serviços que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Programa Procurando Caminhos

No ano de 2019, foram investidos mais de R\$ 700 mil no Programa Procurando Caminhos, que promove formação profissional, esporte, lazer, cultura e arte a 470 jovens na região da Grande Florianópolis.

Evento em destaque



12ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2019, foi realizada em Florianópolis a 12ª Conferência Estadual de Assistência Social com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”. Estiveram presentes aproximadamente 500 pessoas, representando os 295 municípios.

Obras nos CRAS e CREAS

Mapeamento das obras nos CRAS e CREAS, que são unidades nas quais os serviços socioassistenciais, programas e projetos são realizados. É nos CRAS e CREAS, por exemplo, que os cidadãos recebem os atendimentos da assistência social, de acordo com a complexidade. Essas unidades podem estar em prédios públicos ou entidades de assistência social. No caso dos CRAS, estes foram entregues mobiliados.



Fotos: Divulgação SDS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

O Estado de Santa Catarina concentra as atividades ligadas ao meio ambiente, à ciência, à tecnologia, à inovação e ao desenvolvimento econômico na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE).

A SDE atua no lado econômico, valorizando empreendedores em diferentes níveis da cadeia produtiva, fortalecendo o ecossistema de modo a articular ações do Governo e de empresas, universidades e organizações da sociedade civil em prol da inovação.

O trabalho desenvolvido nas atividades ligadas ao meio ambiente tem como objetivo tornar Santa Catarina referência nacional e internacional no uso da inovação para o desenvolvimento sustentável, aliando a preservação do meio ambiente a uma agenda ambiental estratégica.

EMPREENDEDORISMO E COMPETITIVIDADE



Santa Catarina utiliza o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense para promover a competitividade e a melhoria no ambiente de negócios catarinense. Com ele, o Estado concede incentivo à implantação e/ou expansão de empreendimentos industriais, gerando mais emprego e renda.

Região	Investimento habilitado (R\$ milhões)	Empregos estimados
Alto Vale	916,21	450
Leste	81,87	252
Norte	1.787,47	891
Oeste	107,60	898
Serra	987,86	550
TOTAL	3.881,01	3.041

Fonte: SDE

PRODEC

29 empresas habilitadas*

R\$ 3,88 bilhões em investimentos habilitados

*Aptas a postergarem o ICMS, porém não necessariamente essas empresas utilizarão o benefício, visto que isso dependerá do faturamento delas.

Programa Juro Zero



..... Linha de crédito de até R\$ 3 mil

..... Se o devedor não atrasar nenhuma prestação, a última será paga pelo Governo do Estado

Presente em 100% do Estado, o programa Juro Zero é voltado ao microempreendedor individual (MEI) com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, apoiando a base da economia catarinense com juro zero.

Região	Número de Operações do Programa Juro Zero em 2019	Valor (R\$ milhões)
Leste	952	2,79
Norte	1.266	3,68
Oeste	2.144	6,23
Planalto	666	1,93
Sul	1.500	4,36
Vale	1.539	4,49
Total	8.067	23,49

Fonte: SDE

R\$ 23,49 milhões em concessões de crédito

Mais de 8 mil microempreendedores individuais apoiados

Rapidez na abertura de novas empresas



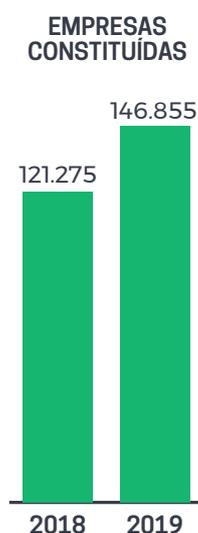
Programa que fomenta o empreendedorismo e facilita a abertura de novas empresas em Santa Catarina. Por meio da Junta Comercial do Estado, promoveu-se a integração entre os sistemas dos órgãos responsáveis pela emissão de alvarás. Com o apoio da Lei Federal da Liberdade Econômica nº 13.874/19, da Lei Estadual nº 17.071/17 e do Decreto

Estadual nº 413/19, em um trabalho conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual, o Instituto do Meio Ambiente e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, foram liberadas 597 atividades econômicas de atos fiscalizatórios. Com isso, Santa Catarina torna-se cada vez mais atrativa e competitiva na captação de novos negócios.



Número de municípios com Lei do SC Bem Mais Simples	
Leste	12
Norte	13
Oeste	12
Planalto	12
Sul	10
Vale	18
Total	77

Fonte: SDE





Conservação da biodiversidade



**PROGRAMA PRODUTOR DE
ÁGUA SANTA CATARINA**



Foto: Ascom

No âmbito do Programa Produtor de Água, principal ação da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), foram 2.319 hectares de áreas conservadas em mananciais de abastecimento público em duas regiões catarinenses, São Bento do Sul e Balneário Camboriú.

Qualidade do ar



**Gestão da Qualidade do Ar
Santa Catarina**

Na gestão da qualidade do ar, foi destaque em 2019 a conclusão do Sistema Web de autodeclaração referente aos seguintes documentos: inventário de emissões industriais; relatório preliminar de inventário de emissões industriais; inventário de emissões veiculares; e inventário de emissão pela queima de biomassa de Santa Catarina. Tais dados gerados permitirão o desenho de políticas públicas adequadas para a manutenção e para a melhoria da qualidade do ar em todas as regiões catarinenses.

Conservação de espécies ameaçadas



Para minimizar os impactos sobre a biodiversidade, Santa Catarina participa do Planejamento do Plano de Ação Territorial para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Planalto Sul (PAN), processo pioneiro de estratégia nacional para a conservação de espécies ameaçadas de extinção.

A lista do PAN mapeou **69** espécies-alvo em extinção:

- **43** da flora
- **26** da fauna



Coruja Murucututu (*Pulsatrix perspicillata*)

Foto: Marcelo Aceto

Propriedade e posse em área rural de preservação

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e as posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas.

341.000 imóveis cadastrados no Estado

59% de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)

TURISMO



Ponte Hercílio Luz

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/Secom

Considerando o turismo como um dos pilares da economia catarinense, o Estado, por meio da Agência de Desenvolvimento do Turismo (Santur), está atuando no mapeamento e na promoção de produtos turísticos regionais, no alcance internacional para divulgar Santa Catarina como destino de qualidade, na governança e na sustentabilidade dos atrativos e na inovação no turismo catarinense.

TURISMO EM NÚMEROS

Centro de Eventos de Balneário Camboriú



Centro de Eventos de Balneário Camboriú

Foto: Bianca P. Vieira/Santur

Em 2019, investiu-se na estrutura interna do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, e foram finalizados os estudos necessários para avançar no processo de concessão do espaço.

Centro de Atendimento ao Turista

As obras do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) de Dionísio Cerqueira foram retomadas. Foram investidos R\$ 166,2 mil, que correspondem a cerca de 30% do valor total de R\$ 556,6 mil.

Investimento no turismo

Em 2019, a Santur captou R\$ 5,2 milhões do Ministério do Turismo para investimentos na área de turismo. Parte do recurso captado, R\$ 2,2 milhões, será destinado à restauração de dois prédios no Centro Histórico de Florianópolis para instalação do Centro de Inovação para o Turismo.

A outra parte, R\$ 3 milhões, será investida em um projeto de Sinalização Turística Inteligente em 58 municípios das 13 regiões turísticas de Santa Catarina, onde serão instalados 156 dispositivos de informações sobre os atrativos turísticos, roteiros e eventos, que capturarão dados para retroalimentar um sistema de informações sobre o turismo catarinense.

Atualização do Mapa do Turismo de SC



Fortalecimento das Instâncias de Governança Regional

Ao longo do ano, a Santur coordenou o projeto de formação e fortalecimento das Instâncias de Governança Regional (IGRs), realizando mais de 60 oficinas em 12 regiões turísticas do Estado. As IGRs são uma organização representativa dos poderes público e privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada dos municípios compo-

nentes de uma região turística, reconhecidas pelo Ministério do Turismo. Atualmente em Santa Catarina são 13 regiões turísticas.

Ampliação do Cadastur

O Cadastur é o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo com o objetivo de promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos.

A força-tarefa da coordenação estadual do Cadastur, vinculada à Santur, em conjunto com municípios e Instâncias de Governança Regional (IGRs), resultou num aumento aproximado de 50% na adesão ao cadastro, em comparação com o ano anterior. Atualmente, são mais de 4 mil profissionais e empresas de turismo regularizados em Santa Catarina.

PROFISSIONAIS E EMPRESAS DE TURISMO CADASTRADOS NO CADASTUR



Participações e capacitações



INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE



Fonte: SIE

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), reestruturada por intermédio da Lei nº 741/2019, absorveu as atribuições do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e do Departamento de Transportes e Terminais (Deter).

Em 2019, pensando em soluções de conforto, segurança viária e investimentos em infraestrutura para a sociedade catarinense, foram desenvolvidas as atividades que se seguem.

PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS – SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL – SER

Ano-referência	Extensão pavimentada
dez./18	4.880,40 km
dez./19	5.008,70 km
Incremento entre 2018/2019	128,30 km

Houve um aumento de 128,30 km de malha rodoviária pavimentada no Estado em relação a 2018.



Construção da Rodovia SC-467, trecho Jaborá-Ouro

Fonte: Mapa Vivo de Obras Rodoviárias - SIE

Estudo de demanda de tráfego



SC-108 em Joinville
Foto: James Tavares/Secom

O estudo da demanda de tráfego auxilia na tomada de decisão para melhoria no deslocamento da região, além de ser um dos requisitos para solicitar financiamento ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Objetivando identificar necessidades, planejar ações e investimentos, em 2019 foram realizados 15 estudos de tráfegos.

Estudos por demandas de tráfego

EDT Contorno Rodoviário de Jaborá

EDT Contorno Rodoviário de Pinhalzinho

EDT Duplicação SC-108 (Guaramirim-Blumenau)

EDT Duplicação SC-412, trecho BR-101-Ilhota-Gaspar

EDT Pavimentação SC-446, trecho Forquilha-Maracajá

EDT SC-418, trecho Campo Alegre-São Bento do Sul

EDT SC-435, trecho São Bonifácio-Rio Fortuna-São Martinho

EDT trecho São José do Cedro-Palma Sola (via municipal)

EDT SC-305, trecho São Lourenço do Oeste-Campo Erê

EDT SC-436, trecho Rio Fortuna-São Martinho

Estudos por demandas de tráfego que geraram Carta-Consulta no BNDES para financiamento

Reabilitação e aumento da capacidade do acesso industrial de Joinville

EDT SC-135, trecho Caçador-Rio das Antas-Videira

EDT SC-390, trecho Celso Ramos-Anita Garibaldi

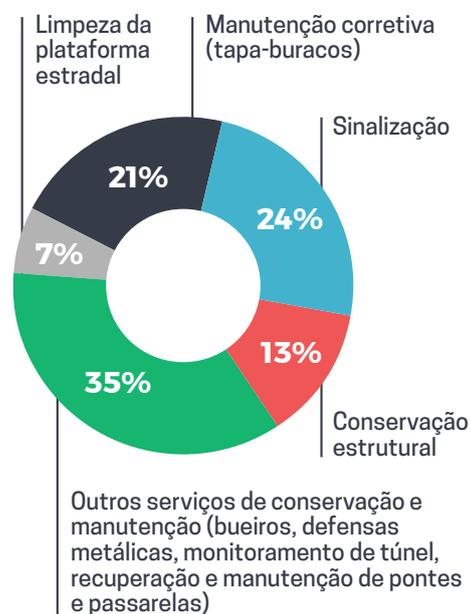
EDT SC-477, trecho Canoinhas-Major Vieira-BR-116

BR-280-Guaramirim-Jaraguá do Sul

Conservação e manutenção da malha rodoviária

Em 2019, o Estado de Santa Catarina investiu mais de R\$ 39 milhões na manutenção das rodovias estaduais com o objetivo de garantir a vida útil do patrimônio, a segurança dos usuários e as condições adequadas de trafegabilidade.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	
Contratos	Investimento (R\$ milhões)
Conservação estrutural	5,11
Manutenção corretiva (tapa-buracos)	8,33
Limpeza da plataforma estradal	2,61
Sinalização	9,72
Outros serviços de conservação e manutenção (bueiros, defensas metálicas, monitoramento de túnel, recuperação e manutenção de pontes e passarelas)	14,20
TOTAL	39,97



Programa Novos Rumos

Com recursos estaduais, o Programa Novos Rumos – Santa Catarina em Movimento foi lançado em 2019 e contemplará dezenove obras, que acelerarão nos próximos anos o desenvolvimento regional com investimento total de aproximadamente R\$ 368 milhões. O objetivo do programa é fazer intervenções estratégicas na infraestrutura de Santa Catarina, priorizando aquelas com maior potencial para gerar resultados positivos para cada região, com responsabilidade e de acordo com a capacidade financeira do Estado.

Liberação do acesso ao sul da ilha

Na região da Capital, foi liberado o novo acesso ao sul da ilha de Santa Catarina, que permitirá a ligação da região ao novo terminal aeroportuário de Florianópolis, facilitando inclusive o trajeto para os bairros Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul e Campeche.



Obras em Santa Catarina

Fotos: Mapa da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina

Reabertura da Ponte Hercílio Luz

Deu-se continuidade às obras de restauração da ponte Hercílio Luz. Em dezembro, foi realizado um teste de carga que demonstrou que a estrutura da ponte poderia voltar a receber o tráfego de veículos após quase três décadas. Ao todo, 48 caminhões, com 20 toneladas cada, foram enfileirados em cima da ponte, correspondendo a 960 toneladas de peso ao mesmo tempo, o que representa aproximadamente 80% da carga máxima projetada. Foi lançado o Projeto Viva a Ponte, um plano para o Complexo Turístico e Cultural que teve uma ampla programação para comemorar a reabertura, com atrações artísticas, folclóricas e gastronômicas.



Foto: Mauricio Vieira/Secom



Foto: Ricardo Wolfenbüttel/Secom

Relação das principais obras realizadas em 2019

PRINCIPAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA				
Contrato	Rodovia	Trecho	Dimensão (km)	Situação
PJ-103/2015	RM401D	Interseção SC-405- Interseção de acesso ao bairro Carianos (Lote 1A)	2,550	Liberado para tráfego
PJ-019/2018	SC-401	Acesso à nova área do terminal do Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1C)	1,430	Liberado para tráfego
PJ-136/2018	SC-401	Acesso à nova área do terminal do Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1B)	1,403	Liberado para tráfego
PJ-056/2016	-	Restauração da Ponte Hercílio Luz	0,981	Liberado para tráfego
TOTAL			6,364	

RELAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS				
Contrato	Rodovia	Trecho	Dimensão (km)	Situação
PJ-215/2013	SC-477	Moema-Entroncamento SC-112-Dr. Pedrinho	29,21	Liberado para tráfego
PJ-172/2014	SC-120	Curitibanos-Ponte sobre o Rio Canoas (incluindo a ponte) e Rio Canoas-BR-282 (São José do Cerrito)	39,85	Liberado para tráfego
CT-012/2018/ SIE	SC-434	Garopaba-Praia da Ferrugem	13,60	Obra concluída
PJ-094/2018	SC-446	Entroncamento SC-446- Distrito de Rio Maina	0,20	Liberado para tráfego
CT-011/2019	SC-370	BR-101-Entroncamento SC-370 (acesso ao bairro São Martinho)	0,40	Obra iniciada
CT-033/2019	SC-467	Jaborá-Ouro-Segmento A Jaborá-Ouro-Segmento B (acesso a Santa Helena)	58,70	Obra iniciada
TOTAL			141,96	

RELAÇÃO DE RODOVIAS EM OBRAS DE DUPLICAÇÃO				
Contrato	Rodovia	Trecho	Dimensão (km)	Situação
PJ-325/2012	SC-446	Criciúma-BR-101 (Via Expressa) Lote 1	10,94	Liberado para tráfego
PJ-0103/2015	RM401D	Interseção SC-405- Interseção de acesso ao bairro Carianos (Lote 1A)	2,55	Liberado para tráfego
PJ-019/2018	SC-401	Acesso à nova área do terminal do Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1C)	1,43	Liberado para tráfego
PJ-136/2018	SC-401	Acesso à nova área do terminal do Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1B)	1,40	Liberado para tráfego
TOTAL			16,32	

CICLOFAIXAS / CICLOVIAS			
Trecho executado	km total	km executado	Situação
Interseção SC-405-Interseção de acesso ao bairro Carianos (Lote 1A)	1,97	1,63	Liberado para tráfego
Acesso ao Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1B)	1,40	0,40	Liberado para tráfego
Acesso ao Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1C)	1,45	1,45	Liberado para tráfego
TOTAL	4,82	3,48	



Gestão Orçamentária

Cristo Luz em Balneário Camboriú
Foto: Divulgação Santur

PANORAMA GERAL

Os resultados alcançados na gestão orçamentária estadual no ano de 2019 são apresentados neste capítulo de forma concisa e abrangente.

Em 2019, Santa Catarina obteve um montante de receita bruta de R\$ 39,43 bilhões. Desse total, R\$ 11,23 bilhões são deduções obrigatórias, o que resulta numa receita líquida de R\$ 28,20 bilhões.

No âmbito da despesa, o Estado encerrou o exercício com um montante de R\$ 28,04 bilhões de despesas realizadas.

Comparando-se a receita líquida com o total das despesas do ano, verifica-se um superavit orçamentário de R\$ 161,76 milhões em 2019, o qual demonstra que as receitas arrecadadas no ano foram superiores às despesas nele reconhecidas.

A seguir, detalham-se as principais origens dos recursos arrecadados em 2019 e a finalidade com que foram aplicados. Em conjunto com os números, que são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), salvo quando houver informação específica, apresentam-se as análises da gestão orçamentária do Estado de Santa Catarina.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e despesas para o ano de 2019.

Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais (receitas que o Estado estima receber) e fixadas as despesas nas diversas áreas de atuação, de modo a atender aos anseios da população.

Os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado para o ano de 2019 foram estruturados da seguinte forma:



As receitas e despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual foram as seguintes:

Despesa fixada	Receita prevista	Valor
R\$ 28,27 bilhões	Receita bruta	R\$ 38,88 bilhões
	(-) Deduções	R\$ 10,61 bilhões
	Receita líquida	R\$ 28,27 bilhões

*As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentadas no capítulo de Indicadores Fiscais deste Balanço.

Receitas Arrecadadas

De onde vieram os recursos de 2019 (R\$ milhões)

Receitas Brutas	-	Deduções	=	Receitas Líquidas
39.433,67		-11.234,60		28.199,07
		-7.080,56		14.138,54
		Transferências aos municípios		ICMS
			16.858,20	1.667,19
			Impostos	IRRF
		-4.135,90	18.182,54	774,51
		Fundeb	Tributárias	IPVA
			1.324,34	277,96
			Taxas	ITCMD
		-18,04		0,003
		Restituições aos contribuintes e outras deduções		ITBI
			1.050,84	1.040,31
		-0,10	1.050,84	Servidor
		Intraorçamentárias	Contribuições	2,14
			Contribuições sociais	Patronal
			380,66	8,39
			Valores mobiliários	Demais
			20,24	
			Cessão de direitos	
			421,43	
			Patrimonial	
			12,69	
			Imobiliárias	
			5,95	
			Concessões e permissões	2.565,12
			1,64	Fundeb
			Agropecuária	979,08
			0,03	FPE
			Industrial	365,03
			857,21	SUS
			Serviços	301,46
			5.109,46	FNDE
			Transferências correntes	898,78
			83,08	Outras
			Indenizações, restituições e ressarcimentos	
			170,84	
			Multas administrativas, contratuais e judiciais	
			457,20	
			Outras receitas correntes	
			1,55	
			Bens, direitos e valores	
			201,73	
			Demais	
			224,00	
			Receitas de capital	170,85
				Operações de crédito
				14,57
				Transferências de capital
				29,43
				Amortização de empréstimos
				9,15
				Alienação de bens
				1.546,16
			Contribuições Sociais	Patronal
			256,92	
			Serviços	
			1,45	
			Patrimonial	
			90,18	
			Outras	
			1.894,72	
			Intraorçamentárias	

Despesas

Para onde foram os recursos de 2019 (R\$ milhões)

Despesas Empenhadas	
28.037,31	
	6.818,95
	Vencimentos e vantagens fixas
17.141,85	6.714,52
Pessoal e encargos sociais	Aposentadorias, reformas e pensões
	1.739,52
	Obrigações patronais
7.637,57	1.868,86
Manutenção dos serviços públicos	Outras
1.019,44	
Juros e encargos da dívida	
950,04	
Amortização da dívida	
1.288,41	484,98
Investimentos e inversões financeiras	Obras e instalações
	332,75
	Equipamentos e materiais permanentes
	129,27
	Auxílios
	187,00
	Outros investimentos
	154,42
	Inversões financeiras

RECEITAS

As receitas correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos. Elas possuem diversas origens: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

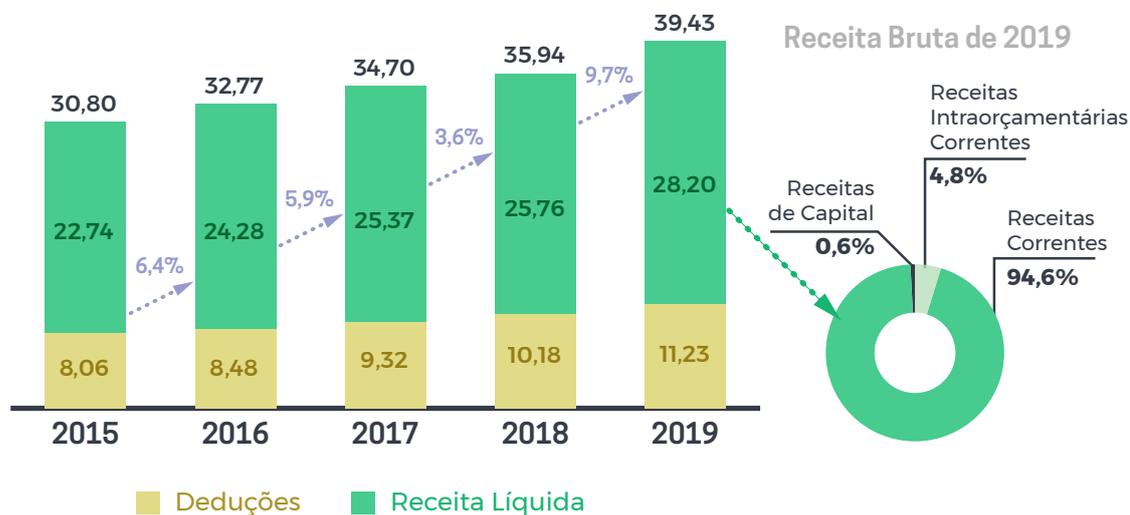
Da receita bruta, deve-se excluir as deduções da receita para se chegar à receita líquida, que é o valor que o Estado efetivamente poderá gastar. Fazem parte das deduções da receita as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estimou a receita bruta de 2019 em R\$ 38,88 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A arrecadação bruta de 2019 foi de R\$ 39,43 bilhões, valor que superou o previsto na LOA em R\$ 557,19 milhões. A receita líquida, por sua vez, atingiu 99,7% da receita prevista.

RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA EM 2019 (R\$ BILHÕES)

Descrição	Receita Prevista	Receita Arrecadada	% da Receita Realizada em relação à Receita Prevista
RECEITA BRUTA	38,88	39,43	101,4%
Receita Corrente	36,13	37,31	103,3%
Receita de Capital	0,76	0,22	29,5%
Receita Intraorçamentária Corrente	1,98	1,89	95,5%
Receita Intraorçamentária de Capital	0,001	-	0,0%
(-) Deduções	(10,61)	(11,23)	105,9%
RECEITA LÍQUIDA	28,27	28,20	99,7%

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA (R\$ BILHÕES)



Analisando-se a arrecadação, verifica-se que as receitas tributárias e as transferências correntes são as principais origens de receitas do Estado.

RECEITA ARRECADADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (R\$ MILHÕES)

Receitas	2019			2018			Variação da Arrecadação Bruta
	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida	
Receitas Correntes	37.314,85	11.234,50	26.080,35	33.888,97	10.180,21	23.708,76	10,1% ↑
Contribuições	1.056,37	5,53	1.050,84	1.024,21	2,13	1.022,08	3,1% ↑
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.029,48	10.846,94	18.182,54	26.096,73	9.774,54	16.322,20	11,2% ↑
Receita Agropecuária	1,64	-	1,64	1,41	-	1,41	16,2% ↑
Receita de Serviços	857,25	0,04	857,21	726,29	0,04	726,25	18,0% ↑
Receita Industrial	0,03	-	0,03	0,02	-	0,02	37,1% ↑

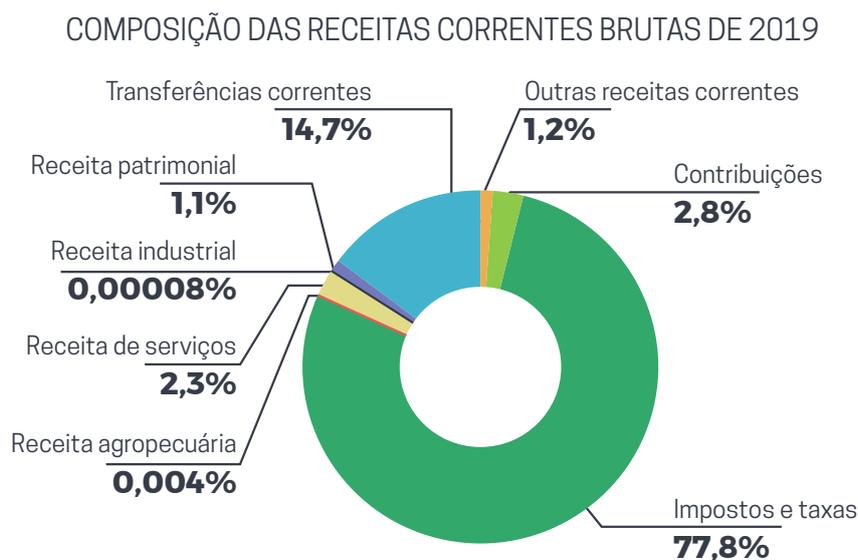
Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Receitas	2019			2018			Variação da Arrecadação Bruta
	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida	Arrecadação bruta	Deduções	Arrecadação líquida	
Receita Patrimonial	423,56	2,13	421,43	409,81	1,66	408,15	3,4% ↑
Transferências Correntes	5.485,97	376,51	5.109,46	5.179,50	396,97	4.782,53	5,9% ↑
Outras Receitas Correntes	460,55	3,35	457,20	450,99	4,87	446,12	2,1% ↑
Receitas de Capital	224,00	0,004	224,00	286,82	0,0000001	286,82	-21,9% ↓
Alienação de Bens	9,15	0,004	9,15	29,35	-	29,35	-68,8% ↓
Amortização de Empréstimos	29,43	-	29,43	31,74	-	31,74	-7,3% ↓
Operações de Crédito	170,85	-	170,85	189,72	-	189,72	-9,9% ↓
Transferências de Capital	14,57	-	14,57	36,00	0,0000001	36,00	-59,5% ↓
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.894,82	0,10	1.894,72	1.750,82	0,09	1.750,73	8,2% ↑
Outras Receitas Correntes	90,18	-	90,18	98,51	-	98,51	-8,5% ↓
Receita de Contribuições	1.546,26	0,10	1.546,16	1.511,25	0,09	1.511,16	2,3% ↑
Receita de Serviços	256,92	-	256,92	139,62	-	139,62	84,0% ↑
Receita Patrimonial	1,45	-	1,45	1,43	-	1,43	1,6% ↑
Receitas Intraorçamentárias de Capital	-	-	-	9,85	-	9,85	-100,0% ↓
Outras Receitas de Capital	-	-	-	9,85	-	9,85	-100,0% ↓
TOTAL	39.433,67	11.234,60	28.199,07	35.936,46	10.180,30	25.756,16	9,7% ↑

RECEITAS CORRENTES

A arrecadação bruta das receitas correntes em 2019 foi de R\$ 37,31 bilhões e correspondeu a 94,6% do total das receitas.



A seguir, detalham-se as principais origens de receitas correntes do Estado (receita tributária e transferências correntes).

Receita tributária

A maior arrecadação do Estado é de origem tributária, composta por impostos e taxas. Do total bruto arrecadado de R\$ 39,43 bilhões, R\$ 27,70 bilhões são de impostos, entre os quais se destacam o ICMS¹, o IPVA², o IRRF³ e o ITCMD⁴.

As taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R\$ 1,33 bilhão.

Após todas as deduções de receita, a receita tributária líquida foi de R\$ 18,18 bilhões.

1 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

2 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

3 Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

4 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA, INCLUINDO MULTAS, JUROS E DÍVIDA ATIVA
(R\$ MILHÕES)

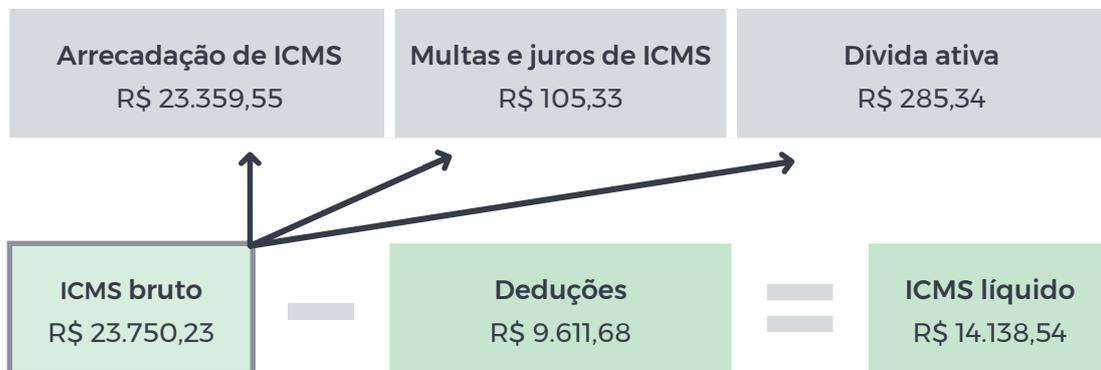
Receita tributária	2019		2018		Variação da Receita Líquida 2019/2018	Variação da Receita Bruta 2019/2018
	Receita bruta	Receita líquida	Receita bruta	Receita líquida		
Impostos	27.702,34	16.858,20	24.935,08	15.162,17	11,2% ↑	11,1% ↑
ICMS	23.750,23	14.138,54	21.335,54	12.675,32	11,5% ↑	11,3% ↑
IRRF	1.667,23	1.667,19	1.553,32	1.552,12	7,4% ↑	7,3% ↑
IPVA	1.936,73	774,51	1.753,79	701,33	10,4% ↑	10,4% ↑
ITCMD	348,12	277,96	292,36	233,39	19,1% ↑	19,1% ↑
ITBI	0,03	0,003	0,07	0,002	26,7% ↑	-57,1% ↓
Taxas	1.327,14	1.324,34	1.161,65	1.160,03	14,2% ↑	14,2% ↑
Exercício do poder de polícia	930,09	930,00	839,73	839,63	10,8% ↑	10,8% ↑
Prestação de serviços	397,05	394,34	321,93	320,39	23,1% ↑	23,3% ↑
Total	29.029,48	18.182,54	26.096,73	16.322,20	11,4% ↑	11,2% ↑

ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 23,75 bilhões em 2019, o equivalente a 60,2% da receita bruta total.

Houve um incremento, em valores nominais, na arrecadação bruta de ICMS de R\$ 2,41 bilhões em relação ao ano de 2018. O aumento expressivo da arrecadação, acima da média dos demais estados, é resultado da intensificação do esforço fiscal.

ARRECADAÇÃO DE ICMS EM 2019 (R\$ MILHÕES)

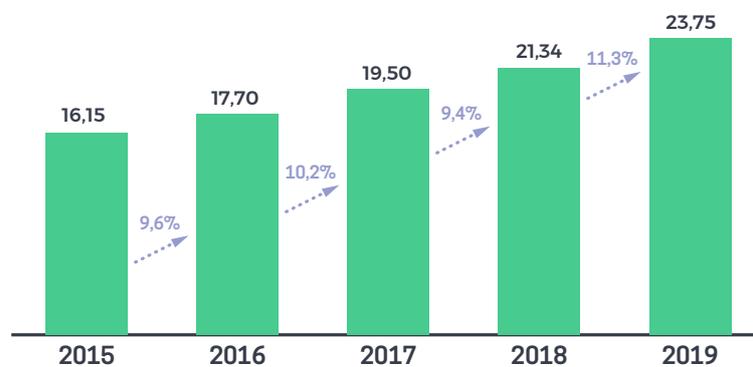


Do valor arrecadado de ICMS, 75% fica para o Estado e 25% é dividido com os municípios catarinenses.

ICMS



EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ICMS (R\$ BILHÕES)



IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2019 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o qual totalizou R\$ 1,94 bilhão. Em relação a 2018, a receita com o IPVA de Santa Catarina aumentou 10,4%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE IPVA (R\$ BILHÕES)



Do valor arrecadado com IPVA, 20% vai diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que financia a educação básica. Dos 80% que restam da arrecadação com o imposto, metade fica com o Estado e a outra metade é repassada para o município em que o veículo está licenciado.

IPVA



IRRF

Em 2019, a arrecadação bruta do IRRF alcançou o patamar de R\$ 1,67 bilhão. Desse montante, R\$ 1,63 bilhão refere-se ao IRRF sobre rendimentos salariais retidos na fonte, e R\$ 39,49 milhões provêm de retenções sobre serviços prestados.

Dispõe o artigo 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que pertence ao Estado o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF) quando incidir na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DE IMPOSTO DE RENDA (R\$ BILHÕES)



O incremento percentual desse imposto em relação ao ano de 2018 foi de 7,3%, representando 6% da receita total de impostos.

ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança. Em 2019, esse imposto atingiu o montante de R\$ 348,12 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a dívida ativa. O valor arrecadado foi 19,1% maior do que no ano anterior.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ITCMD (R\$ MILHÕES)



TAXAS

A arrecadação bruta de 2019 com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 1,33 bilhão (R\$ 1,16 bilhão em 2018), o equivalente a 4,6% da receita tributária bruta e 3,4% da receita bruta total. Em relação ao ano de 2018, a arrecadação desse tributo cresceu 14,2%.

As principais taxas que figuram hoje na arrecadação estadual são as provenientes do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços públicos

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA ARRECADADA COM TAXAS EM 2019 (R\$ MILHÕES)

Taxa	Valor	%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	930,09	70,1%
Atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública	823,76	62,1%
Selos de Fiscalização de Atos Registrais	46,92	3,5%
Controle e Fiscalização Ambiental	21,72	1,6%
Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros	12,70	1,0%
Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	8,93	0,7%
Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	4,00	0,3%
Atos da Administração em Geral	3,88	0,3%
Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado	3,17	0,2%
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	5,01	0,4%
Taxas pela Prestação de Serviços	397,05	29,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	308,59	23,3%
Registro de Contrato de Veículo	54,69	4,1%
Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	25,59	1,9%
Taxa Judiciária	4,14	0,3%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4,04	0,3%
TOTAL	1.327,14	100,0%

Transferências correntes

As transferências correntes⁵ brutas representaram 13,91% da receita bruta total de 2019, perfazendo um montante de R\$ 5,49 bilhões. Esse valor é 5,92% maior do que no ano anterior. Apesar do pequeno aumento nos valores totais, várias transferências sofreram quedas importantes, como é o caso da CIDE, com -38,7%, das transferências pela compensação financeira dos recursos naturais, com -15,1%, e do IPI, com -6,9%.

O maior montante das transferências correntes do Estado corresponde àquelas provenientes da União, que representaram 44,3% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal refere-se ao FPE, que chegou a R\$ 1,22 bilhão em 2019, com aumento de 5,9% quando comparado com 2018.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (R\$ MILHÕES)

Transferências Correntes	2019		2018		Variação da Receita Bruta 2019/2018
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido	
Intergovernamentais	4.998,62	4.622,23	4.783,06	4.395,79	4,5%
União	2.432,00	2.055,62	2.457,56	2.070,28	-1,0%
Cota-parte FPE	1.223,85	979,08	1.155,28	924,22	5,9%
Cota-parte IPI	309,41	185,65	332,36	199,42	-6,9%
Cota-parte CIDE	31,32	23,49	51,09	38,31	-38,7%
Compensação financeira para exploração de recursos naturais	25,65	25,65	30,22	30,22	-15,1%
Transferências de recursos - Sistema Único de Saúde (SUS)	365,04	365,03	479,13	479,06	-23,8%
Transferências de recursos - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	301,46	301,46	302,71	302,56	-0,4%
Transferências de recursos - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,11	0,11	0,09	0,09	21,0%
ICMS - desoneração	-	-	51,45	41,16	-100,0%

Continua na próxima página

⁵ As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Continuação da página anterior

Transferências Correntes	2019		2018		Variação da Receita Bruta 2019/2018
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido	
Outras transferências	100,62	100,62	5,64	5,64	1683,0%
Convênios	74,54	74,54	49,59	49,59	50,3%
Municípios	1,50	1,50	1,69	1,69	-11,5%
Transferências Municípios	-	-	1,00	1,00	-100,0%
Convênios Municípios	1,50	1,50	0,69	0,69	116,1%
Multigovernamentais	2.565,12	2.565,12	2.323,81	2.323,81	10,4%
Fundeb	2.565,12	2.565,12	2.323,81	2.323,81	10,4%
Instituições Privadas	486,16	486,03	395,35	385,65	23,0%
Transferências Instituições Privadas	486,16	475,30	384,54	374,84	26,4%
Convênios Instituições Privadas	-	-	10,81	10,81	-100,0%
Pessoas	1,17	1,17	1,07	1,07	9,3%
Exterior	0,03	0,03	0,03	0,03	6,6%
Total	5.485,97	5.109,46	5.179,50	4.782,53	5,9%

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE e ICMS – desoneração), uma parte é destinada aos municípios e ao Fundeb (R\$ 291 milhões).

Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R\$ 2,57 bilhões. Esse valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 241 milhões maior do que o repassado ao Estado no ano anterior, perfazendo 10,4% de aumento.

Com relação à Transferência de Recursos do SUS (R\$ 365,04 milhões), embora a conta apresentada na tabela demonstre uma redução de 23,8% em 2019, parte da receita de recursos do SUS está contabilizada na conta de Serviços de Atendimento à Saúde (R\$ 284,96 milhões), o que somado às transferências totaliza R\$ 650,01 milhões, um

acréscimo de 6% quando comparado à soma dos valores recebidos em 2018.

A significativa variação na conta de Outras Transferências ocorreu pelo recebimento da distribuição de recursos do pré-sal na conta Cessão Onerosa do Bônus do Pré-Sal - Lei nº 12.276/2010 no valor de R\$ 92,04 milhões, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 13.885/2019.

RECEITAS DE CAPITAL

Em 2019, as receitas de capital totalizaram R\$ 224 milhões, representando 0,79% do total da receita líquida realizada pelo Estado (R\$ 28,2 bilhões). Essas receitas apresentaram, em relação ao exercício anterior, uma queda de R\$ 72,67 milhões.

As origens das receitas de capital foram as operações de crédito captadas pelo Estado, tais como os empréstimos e os financiamentos obtidos, as receitas decorrentes da venda de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de receitas de capital de outros entes, entre outras.

RECEITAS BRUTAS DE CAPITAL POR ORIGEM (R\$ MILHÕES)

Receitas de capital	2019		2018		Variação % 2019/2018
	Valor	%	Valor	%	
Operações de crédito	170,85	76,3%	189,72	63,9%	-9,9%
Alienação de bens	9,15	4,1%	29,35	9,9%	-68,8%
Amortização de empréstimos	29,43	13,1%	31,74	10,7%	-7,3%
Transferências de capital	14,57	6,5%	36,00	12,1%	-59,5%
Outras receitas de capital - intraorçamentárias	-	-	9,85	3,3%	-100,0%
Total	224,00	100,0%	296,67	100,0%	-24,5%

VARIAÇÃO DAS RECEITAS BRUTAS DE CAPITAL (R\$ MILHÕES)



As operações de crédito respondem pela maior parte das receitas de capital, com um total de 76,3% de todas essas receitas. Tais operações representam a contratação pelo Estado de empréstimos e financiamentos realizados com entidades estatais ou instituições financeiras, sendo geralmente utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Os valores das operações de créditos internas contratuais (contratadas com credores situados no País) representaram 49,1% das liberações de operações de crédito totais. As operações externas (contratadas com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras) proveram um total de 50,9% do montante.

RECEITA BRUTA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2019 (R\$ MILHÕES)

Valores liberados de operações de crédito	Finalidade	Valor	%
Operações de Crédito Internas		83,89	49,1%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Caminhos do Desenvolvimento	Investimentos em infraestrutura referente a logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas	16,00	9,4%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Acelera Santa Catarina	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente a logística e mobilidade regional bem como a saneamento básico	67,89	39,7%
Operações de Crédito Externas		86,96	50,9%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) VI	Execução de obras e serviços de pavimentação, reabilitação e revitalização de rodovias estaduais	57,37	33,6%
Corporação Andina de Fomento (CAF) – Programa de Intervenções Viárias (Provias)	Integração Viária do Planalto Norte – pavimentação de 110,2 quilômetros da Rodovia SC-477	29,59	17,3%
TOTAL		170,85	100,0%

Fonte: Gerência de Captação de Recursos – Secretaria de Estado da Fazenda

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES E ÓRGÃOS NAS RECEITAS DO ESTADO

Para a elaboração e execução do orçamento de 2019 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabeleceu limites percentuais

para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)⁶ estadual. Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

O valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2019 totalizou R\$ 3,97 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2018 a novembro de 2019, valor 10,7% superior ao repassado em 2018.

REPASSES DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL AOS PODERES E ÓRGÃOS

Entidade	Percentuais de distribuição da Receita Líquida Disponível	Repasse (R\$ milhões)	
		2019	2018
Tribunal de Justiça	9,41%	1.696	1.532
Assembleia Legislativa	4,34%	782	706
Ministério Público	3,98%	717	648
Udesc	2,49%	449	405
Tribunal de Contas	1,66%	299	270
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%	31	28
TOTAL	22,05%	3.973	3.589

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Leis nºs 17.053/2016 e 17.566/2018

R\$ 384,06 milhões a mais repassados em 2019 em relação a 2018

⁶ A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

Dos valores repassados, em 2019 foram devolvidos ao Estado R\$ 182,67 milhões (R\$ 48,86 milhões em 2018).

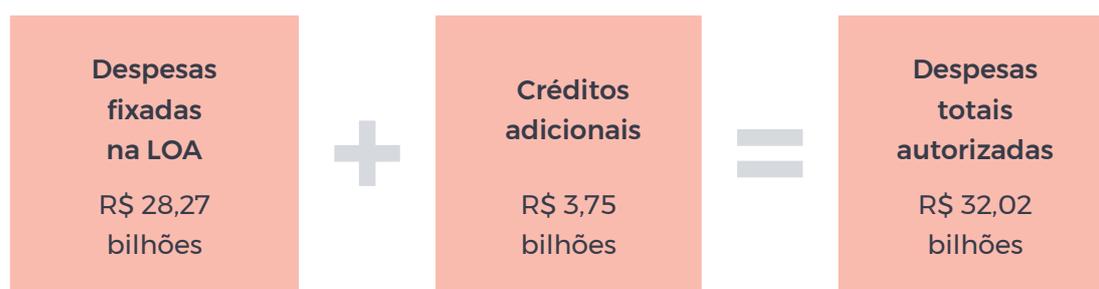
DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO EM 2019 (R\$ MILHÕES)

Entidade	Valor
Assembleia Legislativa	94,58
Tribunal de Contas	60,09
Tribunal de Justiça	18,00
Ministério Público	10,00
TOTAL	182,67

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS

As leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado autorizaram para o exercício de 2019 a execução de despesas em R\$ 32,02 bilhões. Desse valor, R\$ 28,27 bilhões foram inicialmente orçados, e R\$ 3,75 bilhões foram incorporados por meio de créditos adicionais⁷.



⁷ Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender a despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles podem ser:

I - suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;

II - especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou

III - extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

I - superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;

II - excesso de arrecadação;

III - operações de crédito; ou

IV - anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

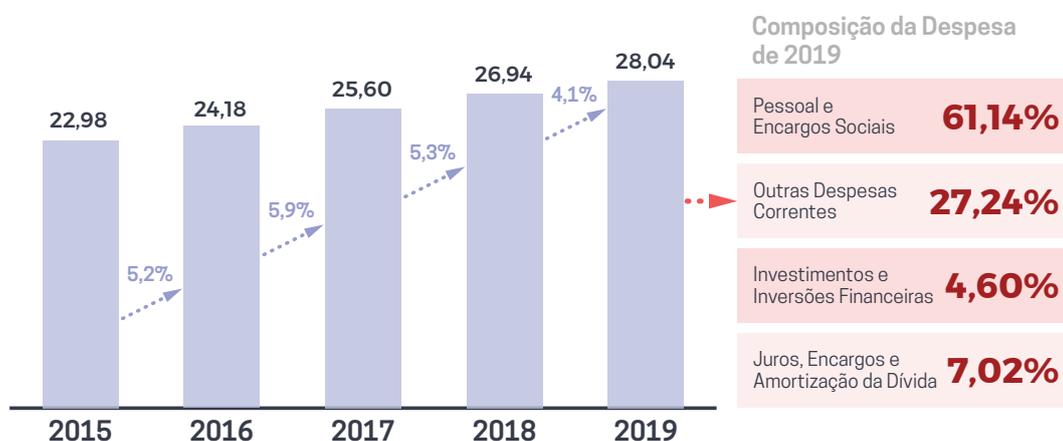
DESPESA AUTORIZADA X DESPESA EXECUTADA EM 2019 – ORÇAMENTO FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ MILHÕES)

Despesas	Fixada a	Créditos Adicionais b	Autorizada c = (a+b)	Execução d	% Executado d/c	% Composição Executado/To- tal Despesa
Correntes	25.451,49	2.629,11	28.080,60	25.798,86	91,9%	92,0%
Pessoal e Encargos Sociais	15.948,83	1.998,79	17.947,62	17.141,85	95,5%	61,1%
Juros e Encargos da Dívida	1.126,94	- 63,26	1.063,68	1.019,44	95,8%	3,6%
Outras Despesas Correntes	8.375,72	693,58	9.069,30	7.637,57	84,2%	27,2%
Capital	2.818,99	1.123,54	3.942,53	2.238,45	56,8%	8,0%
Investimentos	1.792,57	943,28	2.735,86	1.133,99	41,4%	4,0%
Inversões Financeiras	55,88	109,35	165,23	154,42	93,5%	0,6%
Amortização da Dívida	970,54	70,91	1.041,44	950,04	91,2%	3,4%
Reserva de Contingência	1,00	-	1,00	-	0,0%	0,0%
Total	28.271,48	3.752,65	32.024,13	28.037,31	87,6%	100,0%

Do total das despesas autorizadas no orçamento de Santa Catarina, foram executados 87,6%, o que equivale a R\$ 28,04 bilhões. Do montante executado, 61,1% referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 27,2% destinaram-se às despesas com a manutenção dos serviços públicos, seja de forma direta ou por meio de transferências a outras instituições, públicas e privadas. Os investimentos públicos⁸ somaram 4,6% do total das despesas do Estado no ano. O valor da despesa total com a dívida pública chegou a 7%, sendo 3,6% referentes a juros e encargos, e 3,4% relativos à amortização do valor principal dos empréstimos tomados pelo Estado.

⁸ Correspondem à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras.

DESPESAS EXECUTADAS (R\$ BILHÕES)



É importante destacar que, no montante total das despesas, a soma de R\$ 1,06 bilhão foi executada por meio de transferências voluntárias⁹, realizadas pelo Estado a instituições públicas e privadas, representando 3,8% da despesa executada de 2019.

Transferências Voluntárias
R\$ 1,06 bilhão

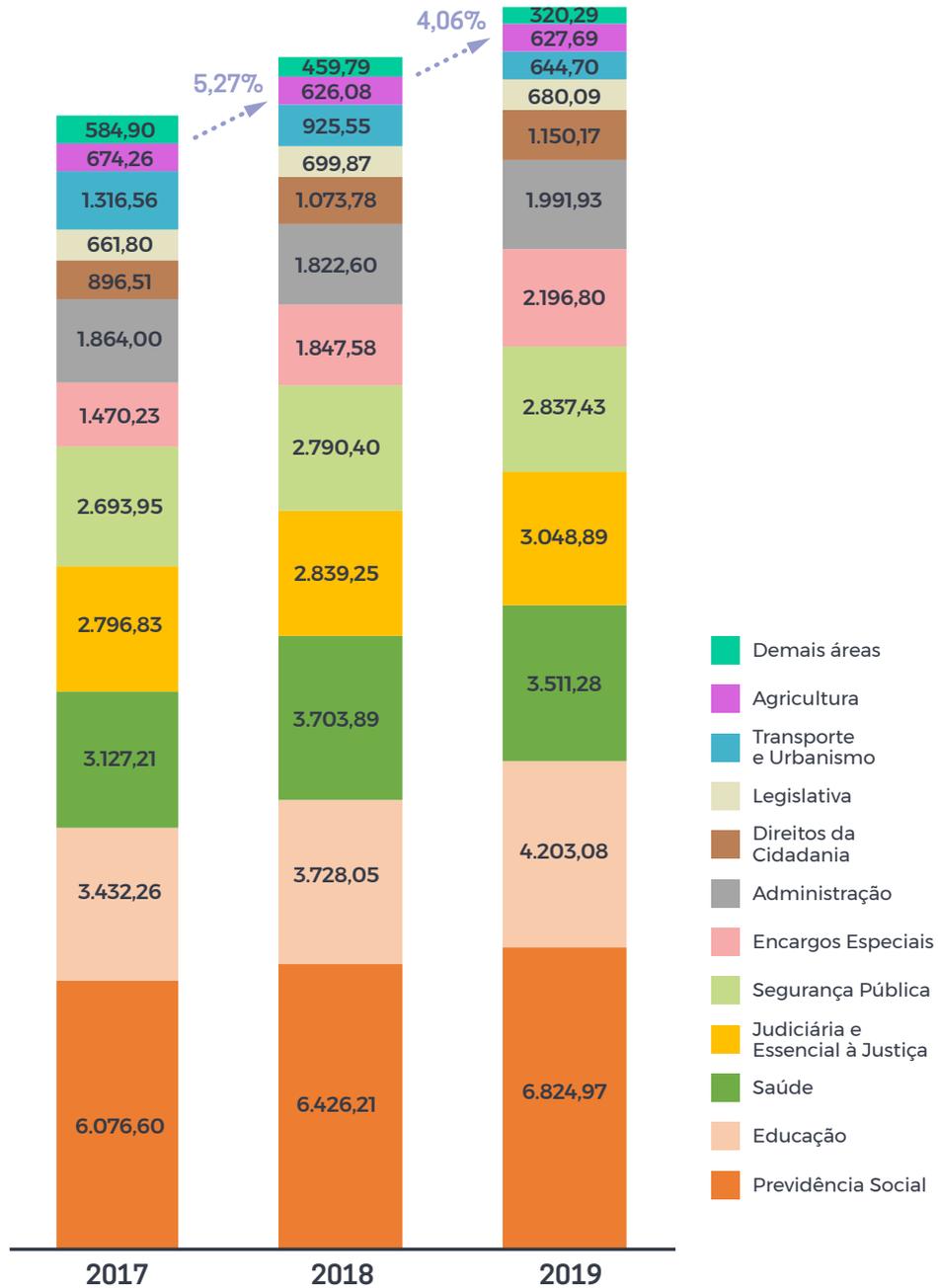
Área de Governo da Transferência			
SAÚDE	EDUCAÇÃO	TRANSPORTE E URBANISMO	DEMAIS ÁREAS
R\$ 595,80 milhões	R\$ 340,64 milhões	R\$ 39,72 milhões	R\$ 82,60 milhões
56,3%	32,2%	3,8%	7,8%

Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias¹⁰, que podem ser convênios ou instrumentos similares, R\$ 915,50 milhões (86,5%) destinaram-se a entidades sem fins lucrativos, e R\$ 143,26 milhões (13,5%) foram transferidos para os municípios.

⁹ Transferências voluntárias são os recursos públicos repassados pelo Estado a outro ente da Federação (município, estado ou União), entidade privada sem fins lucrativos ou consórcio público, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

¹⁰ Foram consideradas as modalidades de aplicação 20 - Transferências à União, 40 - Transferências a municípios e 50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

DESPESA EXECUTADA POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
(R\$ MILHÕES)

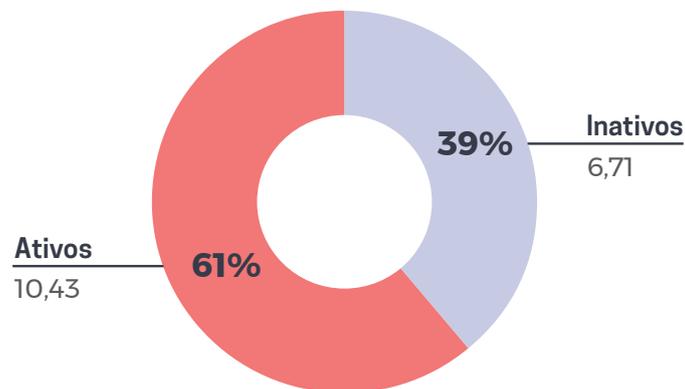


PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A maior e mais significativa despesa do Estado é com pessoal¹¹, que em 2019 representou 61,14% de todas as despesas executadas, 4,95% a mais que em 2018.

O valor total da despesa com pessoal em 2019 foi de R\$ 17,14 bilhões. Desse valor, R\$ 10,43 bilhões (61%) referem-se ao pessoal ativo e R\$ 6,71 bilhões (39%) são referentes ao pessoal inativo e pensionistas.

DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS (R\$ BILHÕES)

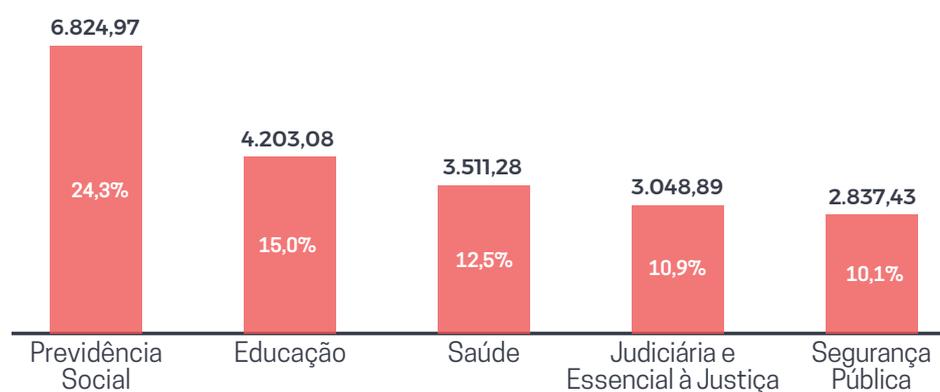


Assim como nos demais entes federativos, o regime de previdência dos servidores do Estado (RPPS) tem apresentado elevada insuficiência financeira, sendo essa situação uma das maiores limitações financeiras de Santa Catarina. Em 2019, a insuficiência financeira foi de R\$ 4,20 bilhões, ou seja, 62% das despesas com pagamento de inativos e pensionistas foram custeadas com recursos do Tesouro Estadual, mesmo que por intermédio dos demais Poderes e Órgãos com poder de autogoverno. Para fins de comparação, a insuficiência financeira do RPPS foi maior que o valor aplicado pelo Governo nas áreas de saúde e segurança pública.

¹¹ São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais. Há ainda outros gastos relacionados com a folha de pagamento, mas que, de acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, são classificados como outras despesas correntes, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

É fato que grande parte dos servidores do Estado encontra-se em situação de preenchimento dos requisitos para a aposentação ou já em fruição de benefícios previdenciários, o que resulta no acréscimo das despesas previdenciárias. Para dimensionar o tamanho das despesas com inativos e pensionistas em relação a outras áreas de atendimento à sociedade, foram selecionadas as áreas com maiores gastos em 2019.

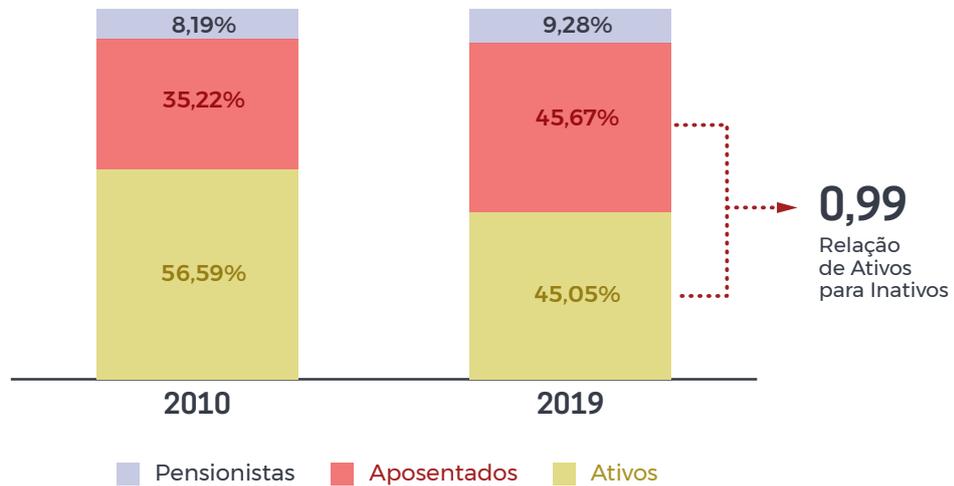
COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS EXECUTADAS COM AS QUATRO MAIORES ÁREAS DE ATENDIMENTO À SOCIEDADE (R\$ MILHÕES)



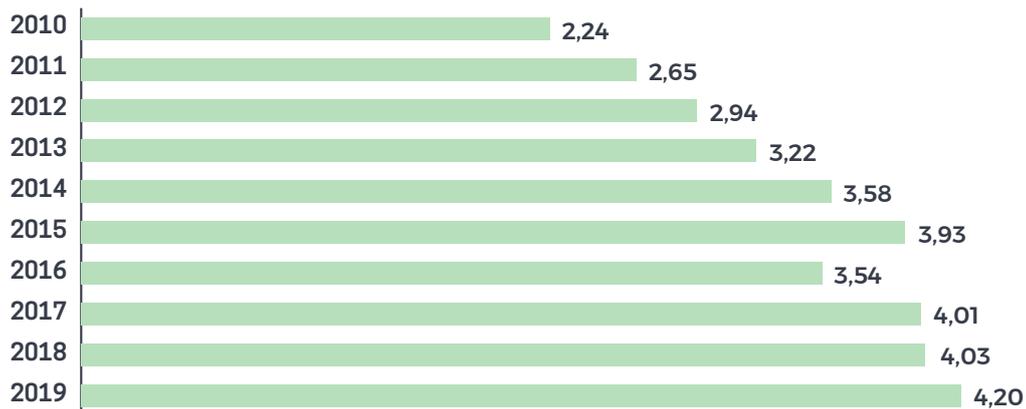
O regime de financiamento da previdência dos servidores estaduais é de Repartição Simples, ou seja, as contribuições previdenciárias de ativos e inativos são utilizadas para pagamento de benefícios aos atuais aposentados e pensionistas, sem a possibilidade de acumulação de reserva de capital, em razão do existente deficit entre a arrecadação de contribuição previdenciária e o pagamento de benefícios. Nesse modelo, a concepção é fundamentada na existência de uma base de contribuintes maior do que servidores e/ou dependentes recebendo benefícios previdenciários.

No entanto, em Santa Catarina, na média geral dos segurados, há menos de um servidor na ativa para um aposentado (0,99), o que exige sucessivos e crescentes aportes do Tesouro para a cobertura da insuficiência financeira.

RELAÇÃO DE ATIVOS PARA INATIVOS



A insuficiência financeira do RPPS/SC cresceu 87% nos últimos 10 anos considerando os efeitos da inflação no período. Em termos nominais, a insuficiência financeira saltou de R\$ 1,3 bilhão em 2010 para R\$ 4,20 bilhões em 2019, um crescimento de 220%.

EVOLUÇÃO DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA PREVIDENCIÁRIA
(R\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA)

Para tentar minimizar os impactos no caixa do Tesouro do Estado e, conseqüentemente, garantir o atendimento das demandas da sociedade catarinense, o Governo

do Estado tomou, nos últimos anos, algumas medidas para abrandar a insuficiência financeira do RPPS no curto prazo e propiciar uma gestão mais eficiente no futuro:

2015 - Aumentou a alíquota de contribuição dos servidores ativos e dos inativos de 11% para 14%; aumentou a alíquota patronal de 22% para 28%; e criou o Regime de Previdência Complementar¹² (SCPprev).

2017 - Definiu o prazo de carência do tempo de contribuição para a concessão das pensões e regulamentou o tempo de recebimento dessas pensões conforme a faixa etária do beneficiário.

2019 - Encaminhou à Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 13.3/2019 (PEC nº 13.3/2019) visando fixar a idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos estaduais.

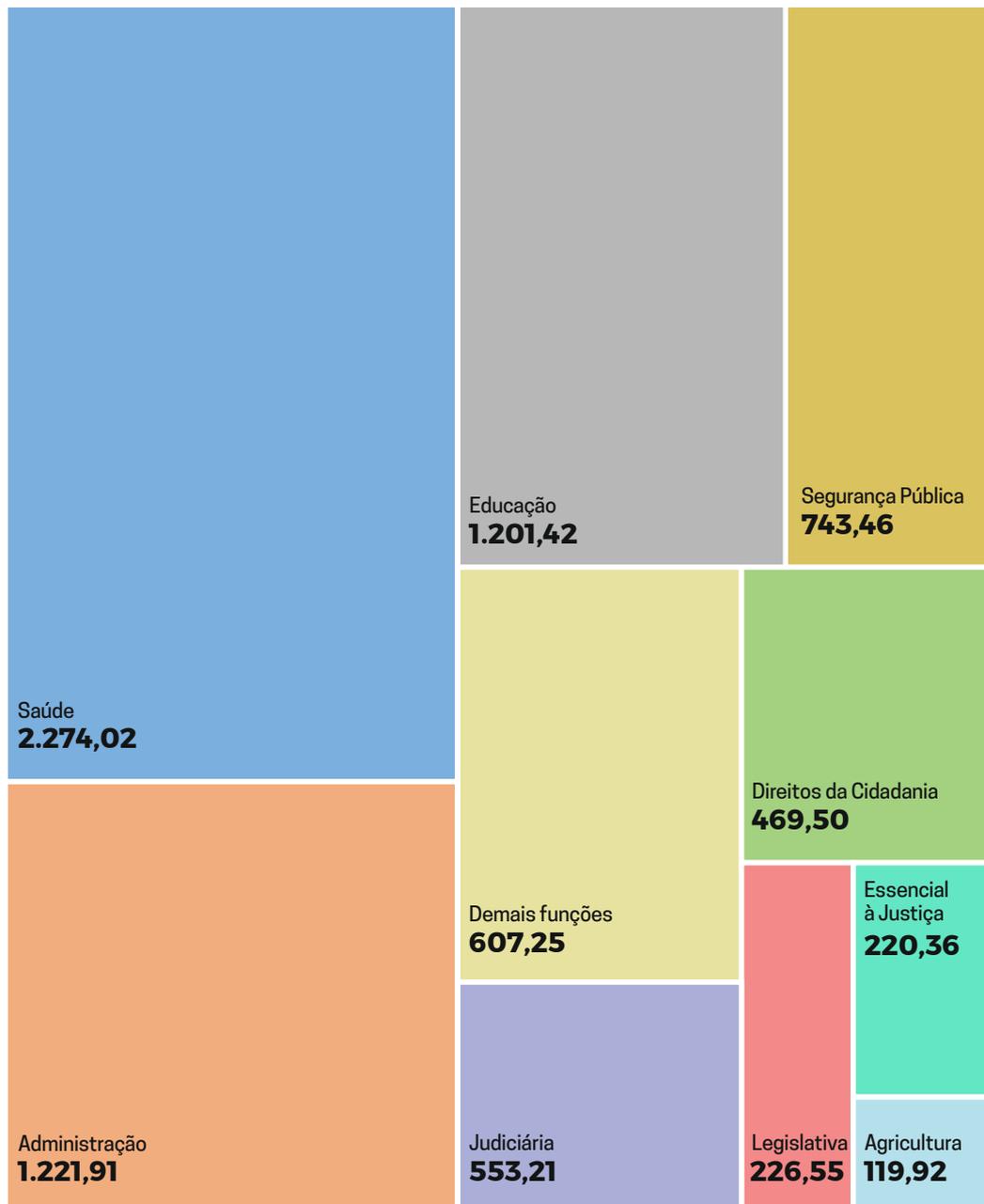
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

As despesas com manutenção dos serviços públicos e aquelas gastas com pessoal constituem a base para a prestação de serviços públicos. Os gastos denominados de despesas com manutenção dos serviços públicos compreendem aqueles relativos a apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Do total das despesas executadas em 2019, 27% (R\$ 7,64 bilhões) corresponderam aos gastos com manutenção dos serviços públicos. Desse montante, uma parte significativa – 29,77% (R\$ 2,27 bilhões) – foi destinada à área da saúde. Em sua maioria, foram despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e a aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

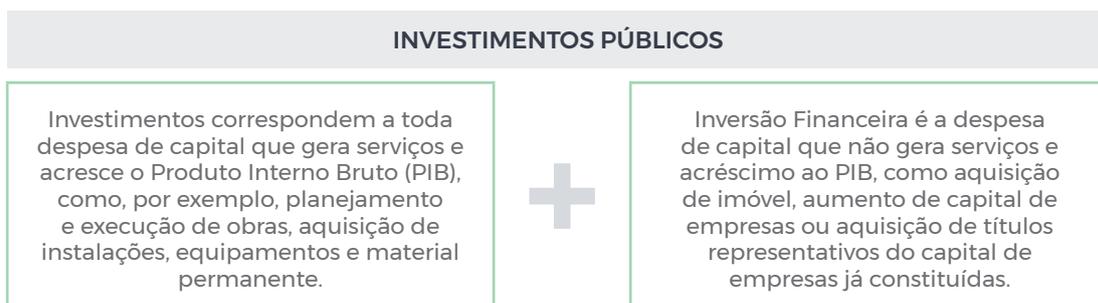
¹² Lei Complementar Estadual nº 661/2015 e Decreto Estadual nº 553/2015.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO (R\$ MILHÕES)

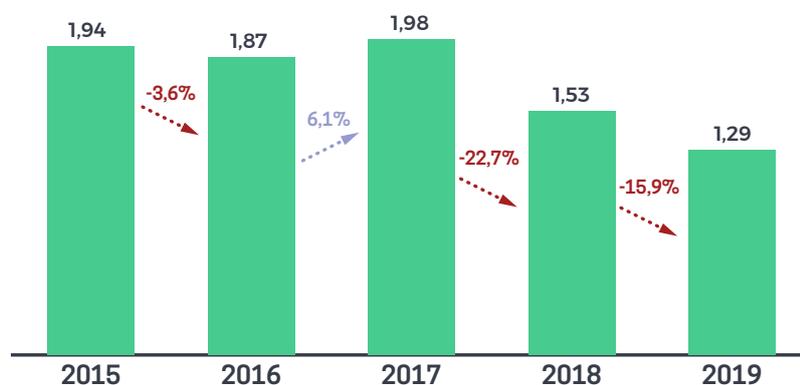


Investimentos Públicos

Os investimentos públicos¹³ realizados em 2019 somaram R\$ 1,29 bilhão, ou seja, 4,6% do total das despesas executadas.



INVESTIMENTOS PÚBLICOS (R\$ BILHÕES)



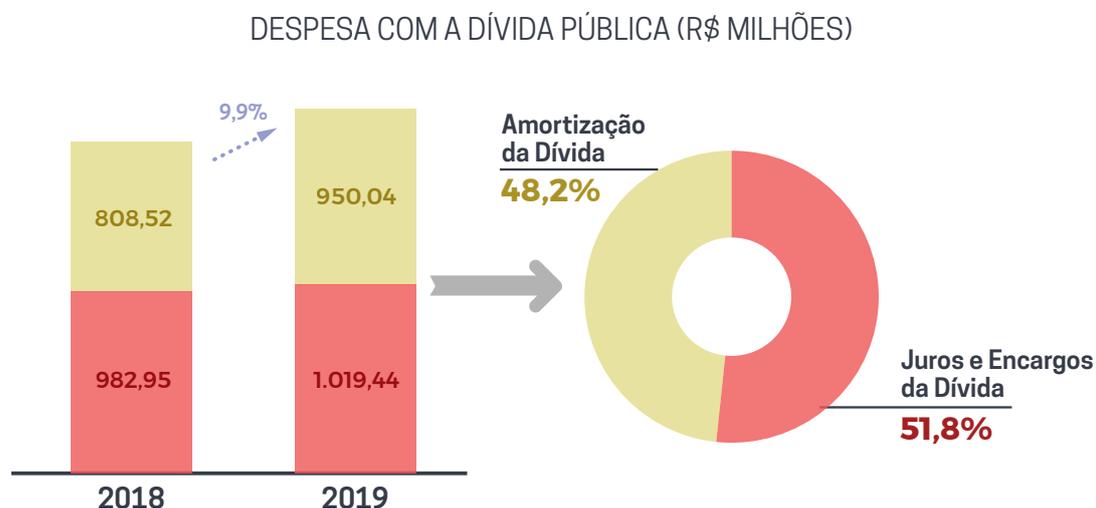
Do total aplicado em investimentos públicos, 33,8% foram destinados à área de transporte e urbanismo, que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações ocorreu no modal de transporte rodoviário, com o valor total de R\$ 426,91 milhões em 2019.

¹³ Investimentos mais inversões financeiras.

R\$ 1,29 bilhão							
Investimentos públicos em 2019							
Transporte e Urbanismo	Educação	Judiciária e Essencial à Justiça	Segurança Pública	Justiça e Cidadania	Saúde	Agricultura	Demais áreas
R\$ 435,07 milhões	R\$ 292,04 milhões	R\$ 109,37 milhões	R\$ 66,65 milhões	R\$ 44,33 milhões	R\$ 43,94 milhões	R\$ 41,71 milhões	R\$ 255,05 milhões
33,8%	22,7%	8,5%	5,2%	3,4%	3,4%	3,2%	19,8%

Dívida Pública

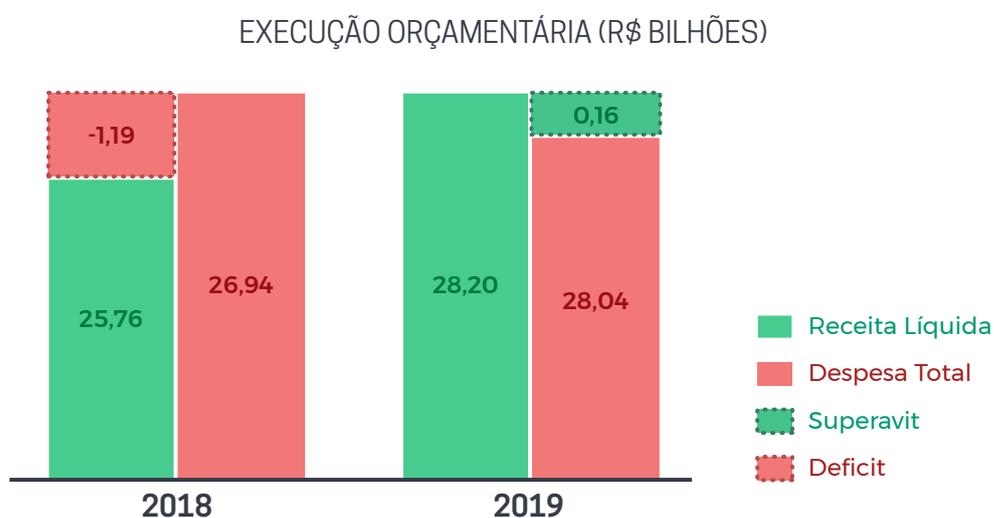
Os gastos com o pagamento da dívida pública corresponderam a 7,02% do total da despesa realizada em 2019, ou seja, R\$ 1,97 bilhão, sendo R\$ 1,02 bilhão referente aos juros e encargos da dívida e R\$ 950,04 milhões correspondentes à amortização da dívida.



Os dispêndios com a dívida pública do Estado elevaram-se em 9,9% se comparados ao ano anterior. Ao se analisar a composição do total da despesa com a dívida, observa-se que os gastos com a amortização corresponderam a 48,2% e os gastos com juros e encargos representaram 51,8%.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2019, considerando-se o total das receitas líquidas¹⁴ realizadas menos o total das despesas executadas, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário na soma de R\$ 162 milhões. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.

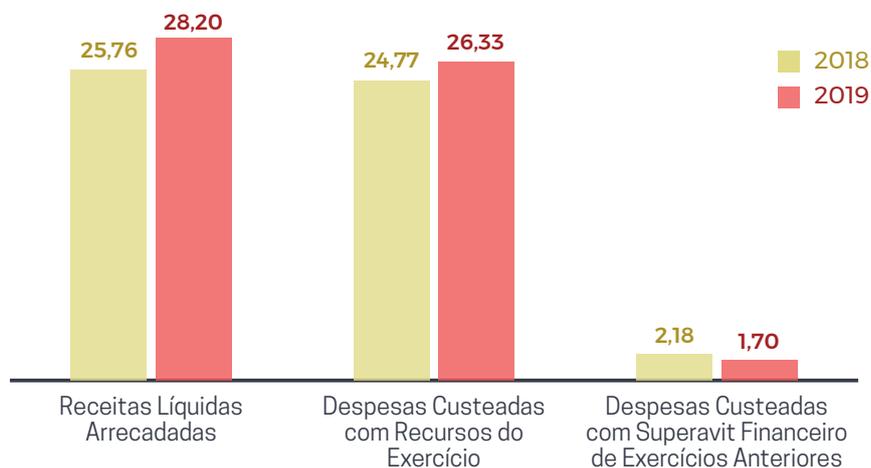


Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Do total de despesas realizadas em 2019, R\$ 1,7 bilhão foi financiado com recursos do superávit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2019 foi financiada com recursos que sobraram em caixa nos exercícios anteriores. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento.

¹⁴ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

COMPARATIVO DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (R\$ BILHÕES)

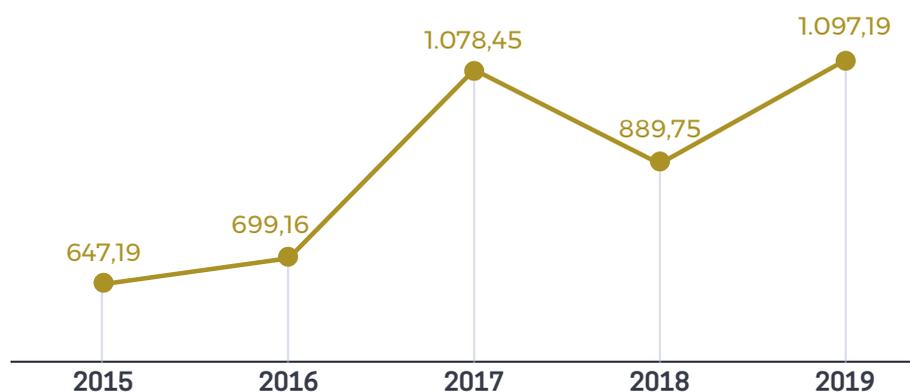


Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2019

No exercício de 2019, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1,10 bilhão, sendo R\$ 317,41 milhões processados e R\$ 779,79 milhões não processados. Esse valor corresponde a 3,9% da soma total das despesas executadas no ano e, quando comparado ao valor de despesas inscritas em restos a pagar no exercício anterior, houve um acréscimo de 23,3%.

Também foram reinscritos os restos a pagar de 2017 no valor de 2,09 milhões e de 2018 no valor de R\$ 146,89 milhões, que, somados aos restos de 2019, totalizaram R\$ 1,25 bilhão a pagar.

Mais informações sobre a inscrição de restos a pagar versus a disponibilidade de caixa são apresentadas no capítulo de Indicadores Fiscais.

DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR¹⁵ (R\$ MILHÕES)

Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores – 2017 e 2018

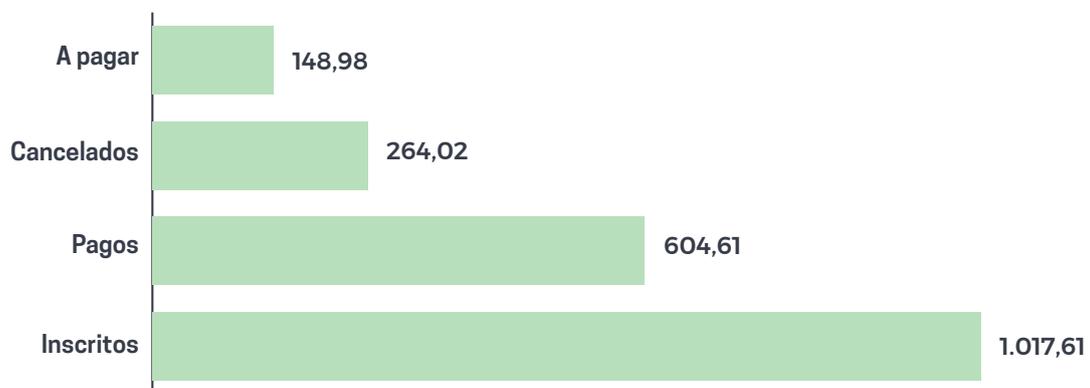
No final do exercício de 2018, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 889,75 milhões, sendo R\$ 374,29 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 515,47 milhões não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos em 2017 (R\$ 127,86 milhões), totalizou R\$ 1,02 bilhão.

Do valor total inscrito em restos a pagar executados no exercício de 2019, foram pagos R\$ 604,61 milhões, foram cancelados R\$ 264,02 milhões e restaram R\$ 148,98 milhões a pagar.

Para mais detalhes sobre a execução de restos a pagar em 2019, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), disponível no Volume II deste Balanço, apresenta o Anexo 7, que demonstra os valores por Poder e Órgão.

¹⁵ Não considera os restos a pagar reinscritos.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2019 (R\$ MILHÕES)





Indicadores Fiscais

Ponte Anita Garibaldi, em Laguna
Foto: Eduardo Bridi

INDICADORES FISCAIS

Santa Catarina vem despontando como um dos estados de maior crescimento nos últimos meses. Com uma economia diversificada e com um ambiente de negócios dos mais competitivos do País, o Estado apresentou crescimento nominal, comparado ao ano anterior, de 11,10% na arrecadação de impostos e de 10,18% na Receita Corrente Líquida (RCL), enquanto a inflação foi de 4,31%.

Com o controle rígido das despesas e das contas públicas, o Estado chega ao final de 2019 com melhora nos principais indicadores fiscais. O destaque vai para as despesas com pessoal do Poder Executivo, que, pela primeira vez desde 2013, ficaram abaixo do limite prudencial. Santa Catarina cumpriu as metas de receita, despesa, resultado primário e dívida consolidada, fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), e cumpriu também os mínimos constitucionais nas áreas de educação, saúde e ciência e tecnologia.

Contudo, muitas dessas despesas estão vinculadas constitucionalmente à arrecadação das receitas, principalmente as de impostos. Com o crescimento da arrecadação acima da inflação, houve impacto direto no aumento das despesas nas áreas de saúde e educação, vinculadas ao cumprimento dos mínimos. Assim, Santa Catarina não conseguiu cumprir a imposição do Teto dos Gastos trazida pela Lei Complementar Federal nº 156/2016, que limitou o crescimento das despesas primárias correntes ao crescimento da inflação no período 2017/2019, sem exceção para os mínimos constitucionais.

Os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os mínimos constitucionais de educação e saúde podem ser evidenciados e acompanhados através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal; e os mínimos previstos na Constituição Estadual, artigos 170 e 193, em demonstrativos específicos, estão disponíveis no volume II deste Balanço Geral.

CRESCIMENTO NO PERÍODO 2017/2019

Inflação
8,22%

Receita de impostos
20,42%

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida. A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios, decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas. Em 2019, a RCL totalizou R\$ 25,09 bilhões, 10,18% a mais que em 2018.

Para a verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal, utiliza-se a RCL ajustada¹, que totalizou R\$ 25,08 bilhões em 2019.

Despesa com pessoal

Para fins de verificação do limite máximo, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o que se segue: o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos, não são consideradas, para fins de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Os controles rígidos da despesa com pessoal aliados ao crescimento na arrecadação impactaram na diminuição do percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, que passaram de 58,49% em 2018 para 55,45% em 2019, no consolidado.

¹ Na apuração da Receita Líquida Ajustada, são excluídos os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o art. 166, § 13, da Constituição Federal.

REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA POR PODERES E ÓRGÃOS COM PODER DE AUTOGOVERNO

Especificação	2019	2018	2017	2016	2015	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de alerta
Poder Executivo²	45,75%	48,76%	49,97%	47,64%	48,52%	49,00%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,24%	0,21%	0,15%	0,13%	0,11%	-	-	-
Demais Órgãos	45,51%	48,55%	49,82%	47,51%	48,41%	-	-	-
Poder Legislativo	2,60%	2,72%	2,78%	2,76%	2,76%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,77%	1,88%	1,95%	1,93%	1,96%	2,10%	2,00%	1,89%
Tribunal de Contas	0,83%	0,84%	0,83%	0,83%	0,80%	0,90%	0,85%	0,81%
Poder Judiciário	5,37%	5,36%	5,51%	5,16%	5,21%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,73%	1,65%	1,66%	1,88%	1,85%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	55,45%	58,49%	59,92%	57,44%	58,34%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Analisando-se detalhadamente os itens da despesa com pessoal, no consolidado, observa-se que entre os anos de 2018 e 2019 a despesa com pessoal ativo cresceu 3,80%, enquanto que as despesas com pessoal inativo e pensionistas cresceram 6,58%. Destaque para a cobertura da insuficiência financeira do RPPS, que no mesmo período cresceu 8,58%.

2 Como a LRF não prevê limite para as despesas com pessoal da Defensoria Pública, essas despesas são somadas às do Poder Executivo para fins de verificação do limite do Poder Executivo, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

VARIAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (R\$ MILHÕES)

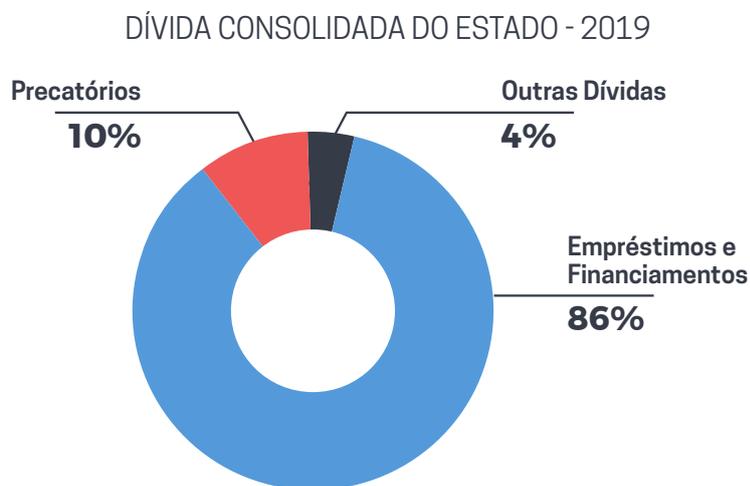
Especificação	2019	2018	Variação % 2018/2019	
Despesa Bruta com Pessoal CONSOLIDADO	Pessoal Ativo	10.289,76	9.913,17	3,80%
	Aposentadoria e Pensões	6.726,98	6.311,96	6,58%
	Custeadas com recursos do RPPS	2.535,90	2.451,95	3,42%
	Custeadas com recursos dos Poderes e Órgãos com poder de autogoverno	4.191,08	3.860,00	8,58%
Despesa Bruta com Pessoal PODER EXECUTIVO	Pessoal Ativo	7.940,55	7.659,08	3,67%
	Aposentadoria e Pensões	5.921,76	5.598,21	5,78%
	Custeadas com recursos do RPPS	2.001,31	1.969,26	1,63%
	Custeadas com recursos do Tesouro Estadual	3.920,44	3.628,95	8,03%
Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL)	25.078,27	22.767,10	10,15%	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa, representadas pelo somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

A Resolução do Senado nº 40/2001 definiu o limite de 200% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida. Em 2019, o percentual da DCL sobre a RCL foi de 80,29%, quando em 2018 era de 94,51%.



A Dívida Consolidada do Estado de Santa Catarina somou ao final do exercício financeiro de 2019 R\$ 23,19 bilhões. Desse total, R\$ 19,87 bilhões (85,67%) referem-se à dívida de empréstimos e financiamentos, R\$ 2,25 bilhões (9,71%) são de Precatórios e R\$ 1,07 bilhão (4,62%) corresponde a outras dívidas.

Além do limite de endividamento, definido por Resolução do Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que o Estado deve estabelecer no Anexo de Metas Fiscais³, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, meta fiscal para o montante da dívida pública. Em 2019, a meta para a Dívida Pública Consolidada e para a Dívida Consolidada Líquida era de R\$ 23,71 bilhões e R\$ 10,28 bilhões, respectivamente.

O valor apurado no encerramento do exercício para a Dívida Pública Consolidada foi de R\$ 23,19 bilhões e para a Dívida Consolidada Líquida foi de R\$ 20,17 bilhões.

A partir da publicação do RGF do 1º quadrimestre de 2018, seguindo as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a equipe técnica da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela elaboração e pela publicação dos relatórios legais, deixou de incluir os valores de terceiros depositados em bancos e aplicações financeiras no somatório da disponibilidade de caixa bruta, para fins de apuração da DCL. Antes, portanto, da elaboração e definição do Anexo de Metas Fiscais integrante do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, nº 97/18, protocolado na Assembleia Legislativa em 12 de abril de 2018.

O valor de depósitos de terceiros, em 31 de dezembro de 2019, somou R\$ 6,26 bilhões. Se considerarmos a metodologia utilizada na época da definição da meta, o valor ajustado da DCL de 2019 passa a ser de R\$ 13,88 bilhões, 35,02% maior que a meta estabelecida.

³ LRF. art. 4º, § 1º.

Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito da LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive as operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

Em 2019, a captação de recursos atingiu o montante de R\$ 170,85 milhões em recursos de operações de crédito internas e externas.

Do total das operações de crédito estaduais, foram considerados para fins de verificação do limite legal R\$ 154,85 milhões, que representaram 0,62% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de 16%⁴. No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Santa Catarina ao final de 2019 foi de R\$ 995,61 milhões, representando 3,97% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22%⁵. As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 1,11 bilhão ao final de 2019.

Tais garantias e contragarantias concedidas por Santa Catarina decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD). Esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios estaduais. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

4 Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º.

5 Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9º.

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Visando dar transparência ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e à inscrição em restos a pagar, a Lei de Responsabilidade Fiscal⁶ determinou a elaboração de demonstrativos anexos ao Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre. Atualmente, as informações são apresentadas em um único demonstrativo, o anexo 5 do RGF, por todos os Poderes e Órgãos com poder de autogoverno, além do consolidado.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa⁷. Em 31 de dezembro de 2019, o consolidado apresentou saldo de R\$ 9,34 bilhões.

Os restos a pagar inscritos em 2019, no consolidado, somaram R\$ 1,10 bilhão, sendo R\$ 317,41 milhões de restos processados e R\$ 779,79 milhões de restos não processados. Também foram reinscritos restos a pagar de 2017 no montante de R\$ 2,09 milhões e restos a pagar de 2018 no valor de R\$ 146,89 milhões, totalizando, portanto, R\$ 1,25 bilhão a pagar.

Além dos restos a pagar, foram evidenciadas no anexo 5 do RGF consolidado outras obrigações financeiras no valor de R\$ 6,37 bilhões, das quais R\$ 5,79 bilhões referem-se a Depósitos Judiciais⁸ e R\$ 298 milhões correspondem a depósitos para pagamento de Precatórios⁹, R\$ 87,49* milhões de despesas sem prévio empenho¹⁰, R\$ 11,52 milhões de restos a pagar processados cancelados¹¹, R\$ 139,51 milhões de consignações a pagar¹² e R\$ 36,39 milhões de outras obrigações.

Dessa forma, considerando-se os valores consolidados, observa-se que a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 1,73 bilhão, representando a suficiência financeira do exercício.

* Conforme errata encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado por meio do Ofício SEF/DCIF n° 06/2020.

6 LRF, art. 55, III

7 Não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas contábeis 1.1.4.

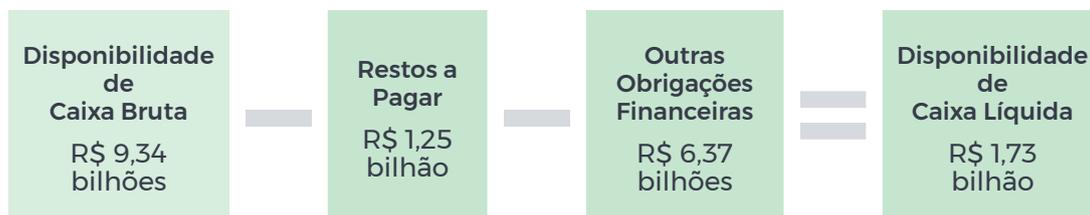
8 Contabilizadas pelo Poder Judiciário na conta contábil 2.1.8.8.1.03.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F).

9 Contabilizadas pelo Poder Judiciário nas contas contábeis 2.1.8.8.1.04.10 - Depósitos para Pagamento de Precatórios - MUNICÍPIOS e 2.1.8.8.1.04.23 - Depósitos para Pagamento de Precatórios - ESTADO.

10 Contabilizadas pelo Poder Executivo na conta contábil 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária (P).

11 Contabilizadas pelo Poder Executivo nas contas contábeis 2.1.3.1.1.01.01 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais (P) e 2.2.3.1.1.01 - Fornecedores Nacionais (P).

12 Contabilizadas, no consolidado, na conta contábil 2.1.8.8.1.01 - Consignações (F).



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal consolidado

Entretanto, a avaliação da suficiência de disponibilidade deve ser realizada por fonte de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar de cada fonte. Nesse ínterim, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos com as obrigações financeiras e os restos a pagar, verifica-se a ocorrência de deficit financeiro em uma fonte importante, a fonte de recurso 0.100 – Recursos Ordinários do Tesouro.

A insuficiência financeira da fonte 0.100 é encontrada apenas no Poder Executivo e totalizou R\$ 509,65 milhões, evidenciada no anexo 5 do RGF, nas linhas destinadas aos recursos vinculados da Saúde e RPPS¹³.

Vale destacar que na apuração da insuficiência financeira de 2019 foram incluídas as despesas sem prévio empenho e os restos processados cancelados. Em 2018, essas despesas não foram consideradas, e o deficit apurado da fonte 0.100 foi de R\$ 616,91 milhões.

Assim, para fins de comparação, se desconsiderarmos as contas incluídas na metodologia de 2019, o deficit da fonte 0.100 em 2019 seria de R\$ 412,27 milhões, representando uma redução de 49,64%.

¹³ A insuficiência financeira evidenciada nas linhas destinadas aos recursos vinculados da Saúde e RPPS foi de R\$ 444,57 milhões e de R\$ 76,44 milhões, respectivamente. O deficit do RPPS está considerando também despesas da fonte própria (0.250). Existe disponibilidade financeira na fonte 0.250 para cobrir as despesas a ela vinculadas, no entanto essas disponibilidades estão aplicadas e contabilizadas na conta contábil 1.1.4 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS, que para fins do anexo 5 do RGF não é considerada.

Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida. Trata-se do resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias (não financeiras) de um dado período que impactam efetivamente a dívida do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a importância do resultado primário para o controle do endividamento e estabeleceu que, se o ente da Federação ultrapassar o respectivo limite de endividamento ao final de um quadrimestre, entre outras restrições, deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite.

A meta do resultado primário é estabelecida anualmente na LDO e utiliza, desde 2018, a metodologia “acima da linha”, a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas (inclui restos a pagar pagos). Dessa forma, o resultado primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

O resultado primário apurado em 2019 foi de R\$ 1,99 bilhão, 44,1% maior que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 1,38 bilhão.

Vale destacar que desde 2011 o Estado não cumpria a meta do resultado primário, mostrando, portanto, o comprometimento do Governo no ajuste fiscal do Estado.

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), metodologia conhecida como “acima da linha”. Esse resultado pode também ser obtido “abaixo da linha”, por meio da comparação entre os estoques da DCL em momentos diferentes. A meta de resultado nominal estabelecida anualmente na LDO utiliza, desde 2018, a metodologia “acima da linha”.

O resultado nominal apurado em 2019 foi de R\$ 1,04 bilhão, apenas 0,8% menor que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 1,05 bilhão.

Receitas e Despesas

Além das metas de resultado primário e nominal e Dívida Consolidada Líquida, a LRF¹⁴ também impôs o estabelecimento de metas para receitas e despesas. Em 2019, o Estado cumpriu as metas definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que era de R\$ 28,10 bilhões.

A arrecadação líquida de Santa Catarina foi de R\$ 28,20 bilhões, R\$ 10 milhões a mais que a meta estabelecida. Já as despesas executadas somaram R\$ 28,04 bilhões, R\$ 6 milhões menos que o máximo fixado.

Vale observar que no montante total de despesas executadas está contido R\$ 1,70 bilhão de despesas custeadas com superavit financeiro de exercícios anteriores.

O detalhamento da execução orçamentária das receitas e despesas pode ser conferido no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço Geral.

Teto do Gasto Público

Em busca de alternativas para auxiliar os estados a superarem a crise financeira que atingiu as finanças públicas nos últimos anos, o Governo Federal estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e a medida de estímulo ao reequilíbrio fiscal, por meio da Lei Complementar nº 156/2016, conhecida como a Lei do Teto dos Gastos.

Para que os estados usufríssem desse benefício, ficou condicionada a limitação do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a municípios e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), à variação da inflação (IPCA). Santa Catarina optou pelo ano de 2017 como base de cálculo para fins de limitação das despesas¹⁵.

As despesas de 2017 para fins de Teto dos Gastos totalizaram R\$ 22,11 bilhões. Essas despesas atualizadas pela inflação do período (8,22%) limitaram, em 2019, as despesas correntes do Estado de Santa Catarina a R\$ 23,92 bilhões.

As despesas executadas foram de R\$ 24,53 bilhões, 2,54% a mais do que o permitido pela Lei.

¹⁴ LRF, art. 4º, § 1º.

¹⁵ Decreto Federal nº 9.056/2017, art. 1º, § 2º, III.

Contudo, cabe destacar que nas despesas primárias correntes estão incluídas as despesas relativas ao cumprimento da aplicação mínima constitucional em saúde e educação. As aplicações mínimas nessas duas áreas estão vinculadas diretamente ao crescimento da Receita Líquida de Impostos, como determina a Constituição Federal. A Lei Complementar nº 156/2016 não afastou tal obrigatoriedade dos entes da Federação.

Dessa forma, Santa Catarina, cumprindo o mandamento constitucional, executou R\$ 833,96 milhões a mais do que o permitido pela LC nº 156/2016.

Para fins de comparação, enquanto a inflação do período foi de 8,22%, a RLI cresceu 20,42%. Se a LC nº 156/2016 excetuasse os mínimos constitucionais, Santa Catarina teria cumprido o Teto dos Gastos com uma economia de R\$ 225,36 milhões.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

Para se verificar a aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Líquida de Impostos (RLI). A RLI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas.

No exercício de 2019, a RLI foi de R\$ 22,25 bilhões, 10,25% a mais que em 2018.

Assim, embora o limite de crescimento total das despesas correntes para 2019 imposto pela Lei do Teto dos Gastos tenha como referência a inflação acumulada desde 2017, as despesas nas áreas de saúde e educação em Santa Catarina seguiram o aumento da RLI, cumprindo, assim, o mandamento constitucional de aplicação mínima de 12% e 25%, respectivamente.

Saúde

Para fins de verificação do mínimo constitucional, são consideradas apenas as despesas executadas com recursos de impostos e de transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 – Recursos Ordinários do Tesouro, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem a suficiente disponibilidade de caixa.

Em 2019, R\$ 2,95 bilhões de despesas foram executadas, e destas R\$ 76,70 milhões foram inscritas em restos a pagar não processados sem disponibilidade de caixa. Além disso, são consideradas as despesas inscritas em restos a pagar não processados em 2018 pagas em 2019¹⁶, no valor de R\$ 18,55 milhões.

Dessa forma, para fins de verificação do limite mínimo constitucional em saúde, foram considerados R\$ 2,89 bilhões, o que representou 12,99% da RLI.

Educação

Para fins de verificação do mínimo constitucional, são consideradas as despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 – Recursos Ordinários do Tesouro, e as despesas executadas com recursos do Fundeb, deduzidas aquelas inscritas em restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa.

Em 2019, R\$ 1,20 bilhão de despesas custeadas com recursos do Tesouro e R\$ 2,63 bilhões de despesas custeadas com recursos do Fundeb¹⁷ foram executadas.

Além dessas despesas diretamente executadas pelo Estado, para fins de verificação do mínimo constitucional, é considerado o resultado líquido das transferências do Fundeb¹⁸, que em 2019 representou uma perda de R\$ 1,55 bilhão.

O Estado de Santa Catarina considera também, para fins de mínimo constitucional em educação, o pagamento das aposentadorias dos inativos vinculados a essa área. Essas despesas em 2019, em conformidade com o cronograma de exclusão gradativa¹⁹, somaram R\$ 674,32 milhões, representando 35% da folha total de servidores inativos da educação.

Dessa forma, para fins de verificação do limite mínimo constitucional em educação, foram considerados R\$ 6,05 bilhões, o que representou 27,20% da RLI.

16 Conforme o Processo Administrativo SEF nº 10.708/2018.

17 Inclui R\$ 57,78 milhões de despesas custeadas com recursos recebidos do Fundeb em 2018 e que não foram utilizados.

18 Refere-se à diferença entre o valor transferido ao Fundeb (R\$ 4,11 bilhões) e o valor recebido do Fundeb (R\$ 2,58 bilhões), comumente chamada de “perda do Fundeb”.

19 Cronograma de exclusão anexo ao Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007.

CRESCIMENTO NO PERÍODO 2018/2019

RLI
10,25%

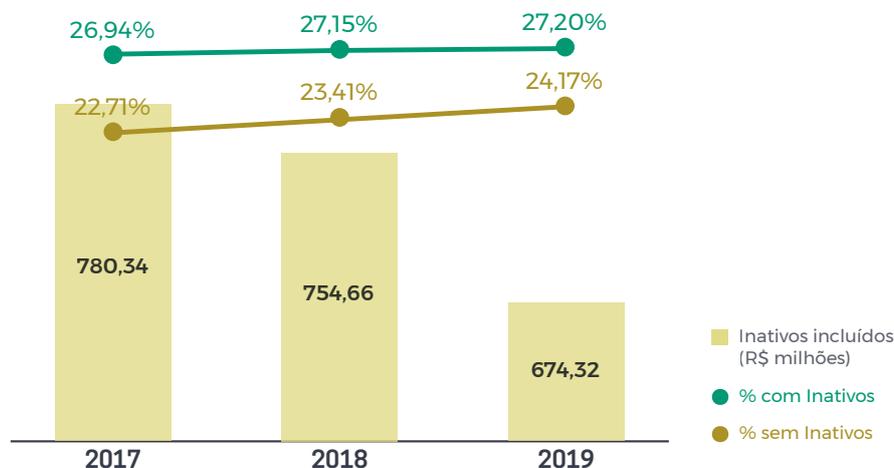
Despesas
efetivas
13,81%

O atual Governo vem trabalhando para o cumprimento do mínimo constitucional em educação sem incluir inativos. Para isso, montou uma equipe multidisciplinar para o planejamento adequado de despesas que correspondem aos 25% da RLI: i) adequação orçamentária e financeiras para que as despesas pudessem ser empenhadas e pagas; e ii) replanejamento das ações em manutenção e desenvolvimento de ensino para a nova realidade governamental.

No entanto, em 2019 não foi possível excluir totalmente as despesas com a folha de inativos da educação, pois muitas das ações ainda estão em fase de planejamento, licitação e contrato.

Mas é possível observar progresso ao compararmos as despesas executadas em manutenção e desenvolvimento de ensino proporcionalmente ao valor da RLI. Nos últimos três anos, constatamos que os percentuais vêm aumentando: 22,71%, 23,41% e 24,17% nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Em números nominais, as despesas foram de R\$ 4,20 bilhões, 4,72 bilhões e 5,38 bilhões, respectivamente.

AUMENTO DAS DESPESAS EFETIVAS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E REDUÇÃO DAS DESPESAS COM INATIVOS NO CÔMPUTO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL (R\$ MILHÕES)



Ensino Superior

A Constituição Estadual (CE) determina, em seu art. 170, que Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino²⁰.

Faz-se necessário esclarecer que a Constituição determina o valor que deve ser aplicado (5% do mínimo constitucional) sem vincular esse valor a nenhuma fonte de receita.

Em 2019, o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, repassou às instituições de educação superior R\$ 192,11 milhões, representando 3,45% do mínimo constitucional.

O valor do mínimo constitucional que o Estado deveria ter aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino em 2019 era de R\$ 5,56 bilhões, logo, para cumprir o art. 170 da CE, deveria ter aplicado R\$ 278,09 milhões.

Nos exercícios anteriores, eram consideradas para fins de apuração do mínimo constitucional apenas as bolsas pagas com recursos do Tesouro do Estado. Em 2019, foram consideradas também as bolsas pagas com recursos do Fumdes, seguindo o entendimento de que a Constituição Estadual não vinculou nenhuma fonte de recursos ao mínimo estabelecido no art. 170.

Assim, aplicando-se o entendimento de 2019 aos anos anteriores, observa-se um aumento de 180% no valor repassado às instituições de educação superior em comparação a 2018.

COMPARATIVO ENTRE OS VALORES REPASSADOS ÀS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - ART. 170 CE (R\$ MILHÕES)

Fontes de Recursos	2017	2018	2019	Varição 2018/2019	Varição 2017/2019
Fonte Tesouro	65,69	65,46	137,31	210%	209%
Fonte Fumdes	35,26	40,98	54,8	134%	155%
Total aplicado	100,95	106,44	192,11	180%	190%
Mínimo a aplicar	230,93	252,25	278,09	110%	120%
% de aplicação conforme a metodologia 2019	2,19%	2,11%	3,45%	164%	158%

²⁰ Regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 281/2005.

Ainda em relação ao ensino superior, a Constituição catarinense, no seu art. 171, determina que as empresas privadas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior, na forma da lei²¹. Observa-se, portanto, que a Constituição Estadual, em seu art. 171, não estabeleceu nenhum mínimo a ser aplicado anualmente.

A Lei Complementar Estadual que regulamentou o art. 171 da CE com obviedade também não o fez. O que a legislação regulamentou foi a forma de apoio, que se dará por intermédio de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para os alunos que se enquadrarem nos critérios por ela estabelecidos, e para isso instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (Fumdes).

Deve-se, portanto, assegurar que os recursos destinados ao Fumdes sejam aplicados efetivamente nas bolsas de estudos, garantindo recursos financeiros ao longo de todo o período necessário à conclusão dos estudos bem como das pesquisas e extensões universitárias.

Em 2019, o Fumdes recebeu das empresas privadas R\$ 72,21 milhões, executou despesas no valor de R\$ 54,80 milhões, pagou R\$ 39,38 mil de restos a pagar e inscreveu restos a pagar no montante de R\$ 3,63 milhões, fechando o ano com R\$ 47,17 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Ciência e Tecnologia

A Constituição Estadual (CE) determina, em seu art. 193, que no mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta²², pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores executados pela Epagri e pela FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e que foram

21 Lei Complementar Estadual nº 407/2008.

22 Conforme os arts. 66, § 1º, e 81, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019.

executados pela Epagri nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados.

Na apuração da base de cálculo, são consideradas as receitas correntes líquidas, valor que em 2019 foi de R\$ 26,08 bilhões. Desse total, ainda é deduzido o valor da desvinculação de receita²³, resultando, portanto, no valor a aplicar de R\$ 365,12 milhões.

Foram aplicados em pesquisa científica e tecnológica R\$ 380,82 milhões, 4,30% a mais que o mínimo exigido.

²³ Regulamentada pelo Decreto Estadual nº 112/2019.



Demonstrações Contábeis

Igreja Matriz submersa pela represa do Lago da Usina Hidrelétrica, em Itá
Foto: Raquel Santi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**Consolidado Geral**

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2019

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	27.510.491	27.510.491	27.975.073	464.582
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.345.240	17.345.240	18.182.539	837.300
Receitas de Contribuições	2.833.093	2.833.093	2.596.995	(236.098)
Receita Patrimonial	430.929	430.929	422.887	(8.042)
Receita Agropecuária	1.157	1.157	1.643	487
Receita Industrial	31	31	30	(1)
Receita de Serviços	1.117.725	1.117.725	1.114.136	(3.589)
Transferências Correntes	5.358.084	5.358.084	5.109.459	(248.625)
Outras Receitas Correntes	424.232	424.232	547.384	123.152
RECEITAS DE CAPITAL (II)	760.987	760.987	223.995	(536.992)
Operações de Crédito	666.358	666.358	170.848	(495.510)
Alienação de Bens	51.144	51.144	9.148	(41.996)
Amortização de Empréstimos	30.952	30.952	29.434	(1.517)
Transferências de Capital	11.925	11.925	14.565	2.640
Outras Receitas de Capital	609	609	-	(609)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.271.478	28.271.478	28.199.068	(72.411)
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	28.271.478	28.271.478	28.199.068	(72.411)
DEFICIT (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.271.478	28.271.478	28.199.068	(72.411)
Saldos de Exercícios Anteriores		2.359.127	1.703.012	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro		2.359.127	1.703.012	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2019

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	25.451.489	28.080.598	25.798.862	25.236.409	24.930.219	2.281.737
Pessoal e Encargos Sociais	15.948.829	17.947.624	17.141.845	17.136.873	17.111.485	805.778
Juros e Encargos da Dívida	1.126.938	1.063.676	1.019.442	1.016.834	1.016.834	44.235
Outras Despesas Correntes	8.375.723	9.069.299	7.637.575	7.082.702	6.801.900	1.431.724
Despesas de Capital (IX)	2.818.989	3.942.529	2.238.447	2.021.113	2.009.897	1.704.082
Investimentos	1.792.571	2.735.855	1.133.993	916.995	905.778	1.601.862
Inversões Financeiras	55.883	165.232	154.415	154.079	154.079	10.817
Amortização da Dívida	970.536	1.041.442	950.039	950.039	950.039	91.403
Reserva de Contingência (X)	1.000	1.000	-	-	-	1.000
SUBTOTAL das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)	28.271.478	32.024.128	28.037.309	27.257.522	26.940.116	3.986.819
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)	28.271.478	32.024.128	28.037.309	27.257.522	26.940.116	3.986.819
SUPERAVIT (XIV)	-	-	161.759	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	28.271.478	32.024.128	28.199.068	27.257.522	26.940.116	3.986.819
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Consolidado Geral

R\$ milhares

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	-	377.517	194.109	191.328	183.407	2.782
Pessoal e Encargos Sociais	-	9.097	2.382	2.382	6.714	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	368.420	191.727	188.945	176.693	2.782
Despesas de Capital	-	137.952	57.767	57.756	80.185	11
Investimentos	-	137.369	57.507	57.496	79.862	11
Inversões Financeiras	-	584	260	260	324	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	515.469	251.876	249.084	263.592	2.793

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Consolidado Geral

R\$ milhares

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2018 (b)			
Despesas Correntes	127.501	365.777	347.087	35	146.155
Pessoal e Encargos Sociais	202	24.884	24.245	-	840
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	127.299	340.893	322.842	35	145.315
Despesas de Capital	358	8.509	8.439	394	34
Investimentos	358	8.509	8.439	394	34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	127.859	374.286	355.526	430	146.189

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO**Consolidado Geral**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

INGRESSOS	Janeiro a dezembro/ 2019	Janeiro a dezembro/ 2018
Receita Orçamentária (I)	28.199.068	25.756.162
Ordinária	19.968.839	17.737.510
Vinculada	8.230.229	8.018.652
Recursos Vinculados à Educação	2.970.838	2.697.823
Recursos Vinculados à Saúde	368.996	487.141
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.694.568	2.610.438
Recursos Vinculados à Assistência Social	332.506	391.453
Recursos Vinculados à Segurança Pública	882.733	784.798
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	-	113.347
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	18.808	21.329
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	26.425	42.658
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	304	2.872
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.148	29.353
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	199.224	256.730
Outras Vinculações de Recursos	726.680	580.709
Transferências Financeiras Recebidas (II)	82.797.051	75.229.683
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	20.942.805	19.442.348
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	57.739.734	52.006.466
Transferências Recebidas - Aportes RPPS	4.114.512	3.780.870
Recebimentos Extraorçamentários (III)	22.812.432	19.869.477
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	779.787	515.469
Inscrição de Restos a Pagar Processados	317.406	374.286
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.322.857	15.212.854
Aplicações do RPPS	3.392.319	3.765.242
Outros Recebimentos Extraorçamentários	63	1.627
Saldo do Exercício Anterior (IV)	8.673.412	9.614.016
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.673.412	9.614.016
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	142.481.962	130.469.338

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	Janeiro a dezembro/ 2019	Janeiro a dezembro/ 2018
Despesa Orçamentária (VI)	28.037.309	26.943.046
Ordinária	19.916.956	18.041.396
Vinculada	8.120.353	8.901.650
Recursos Vinculados à Educação	2.974.920	2.714.241
Recursos Vinculados à Saúde	251.723	484.684
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.600.665	2.539.445
Recursos Vinculados à Assistência Social	253.816	376.116
Recursos Vinculados à Segurança Pública	887.695	807.627
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	8.326	115.460
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	19.762	19.732
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	40.358	60.594
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	3.657	4.445
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	10.856	24.483
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	354.841	868.660
Outras Vinculações de Recursos	713.733	886.164
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	82.797.051	75.229.683
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	20.942.805	19.442.348
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	57.739.734	52.006.466
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	4.114.512	3.780.870
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	22.170.810	19.623.197
Pagamento de Restos a Pagar não Processados	249.041	346.278
Pagamento de Restos a Pagar Processados	355.526	275.654
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.079.873	15.049.520
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	43	33
Aplicações do RPPS	3.486.265	3.835.961
Perdas - Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	63	115.751
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	9.476.792	8.673.412
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.476.792	8.673.412
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	142.481.962	130.469.338

BALANÇO FINANCEIRO**Consolidado Geral**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a dezembro/2019			Janeiro a dezembro/2018		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Ordinária	31.185.231	11.216.392	19.968.839	27.705.212	9.967.702	17.737.510
Vinculada	8.248.436	18.207	8.230.229	8.231.246	212.594	8.018.652
Recursos Vinculados à Educação	2.970.892	54	2.970.838	2.698.031	208	2.697.823
Recursos Vinculados à Saúde	369.026	30	368.996	487.216	75	487.141
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.701.812	7.244	2.694.568	2.614.128	3.690	2.610.438
Recursos Vinculados à Assistência Social	332.569	64	332.506	500.940	109.488	391.453
Recursos Vinculados à Segurança Pública	882.798	65	882.733	784.872	73	784.798
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	-	-	-	188.518	75.171	113.347
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	18.808	-	18.808	21.329	-	21.329
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	34.254	7.829	26.425	55.429	12.771	42.658
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	304	-	304	2.872	0,00001	2.872
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.151	4	9.148	29.353	-	29.353
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	199.224	-	199.224	256.730	-	256.730
Outras Vinculações de Recursos	729.597	2.917	726.680	591.827	11.118	580.709
TOTAL	39.433.666	11.234.599	28.199.068	35.936.458	10.180.297	25.756.162

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO PATRIMONIAL**Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	9.476.792	8.673.412
Créditos a Curto Prazo		2.292.347	2.410.387
Créditos Tributários a Receber	11	1.943.151	2.064.073
Clientes	12	46.152	117.886
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	27.710	33.812
Dívida Ativa Tributária	14	344.851	469.868
Dívida Ativa não Tributária	15	45.804	33.307
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(115.322)	(308.558)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	2.649.922	2.356.846
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	565.086	471.140
Estoques	19	303.233	203.178
VPDs Pagas Antecipadamente	20	21.767	10.539
Total do Ativo Circulante		15.309.147	14.125.503
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.905.508	2.109.636
Créditos a Longo Prazo		1.395.199	1.468.254
Créditos Tributários a Receber	11	1.197.548	1.265.873
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	166.983	178.015
Dívida Ativa Tributária	14	18.614.328	16.007.991
Dívida Ativa não Tributária	15	559.784	449.203
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(19.143.444)	(16.432.828)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	240.676	371.747
Estoques		-	1
VPDs Pagas Antecipadamente	20	269.633	269.633
Investimentos	21	3.417.768	3.479.015
Imobilizado	22	32.172.388	33.604.846
Intangível	23	327.644	315.892
Total do Ativo não Circulante		37.823.308	39.509.388
TOTAL DO ATIVO		53.132.455	53.634.891

R\$ milhares

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	474.439	442.372
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	1.968.751	379.026
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	482.074	592.103
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	31.827	8.330
Provisões a Curto Prazo	28	1.105.747	939.380
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.919.820	6.730.258
Total do Passivo Circulante		10.982.658	9.091.469
Passivo não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	714.608	752.550
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	17.901.758	19.877.999
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.579.962	1.871.640
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	226.131	261.574
Provisões a Longo Prazo	28	604.023	527.445
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	1.161.381	1.278.123
Resultado Diferido	30	1.676.442	603.837
Total do Passivo não Circulante		23.864.305	25.173.168
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		5.395	6.655
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	18.271.640	19.355.141
Total do Patrimônio Líquido		18.285.492	19.370.253
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.132.455	53.634.891

BALANÇO PATRIMONIAL**Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias**

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/64

Especificação	R\$ milhares	
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Ativo Financeiro	10.393.914	9.290.007
Ativo Permanente	42.738.541	44.344.884
Total do Ativo (I)	53.132.455	53.634.891
PASSIVO		
Passivo Financeiro	7.623.730	6.964.638
Passivo Permanente	28.002.943	27.815.408
Total do Passivo (II)	35.626.673	34.780.046
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	17.505.782	18.854.844

BALANÇO PATRIMONIAL**Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias**

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		6.443.563	7.103.984
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		592	592
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		-	67.628
Total dos Atos Potenciais Ativos		6.444.155	7.172.203
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		995.613	1.738.432
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		225.439	302.638
Obrigações Contratuais		21.383.132	23.135.139
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	32	11.197.734	12.068.803
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
Total dos Atos Potenciais Passivos		33.801.918	37.245.012

BALANÇO PATRIMONIAL**Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias**

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	40.587	(296.462)
0.101 - Recursos ordinários - diversos	6.280	6.634
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	-	3.327
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	39.194	26.238
0.119 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.283	1.268
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	54.801	19.180
0.121 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	3.899	8.136
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	1.024	2.258
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	19.816	19.900
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	1.491	-
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	21.903	8.467
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	94.323	4.503
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	5.485	60.069
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.178	3
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.408	77
0.161 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercício corrente	17	11.537
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	61	7.276
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	13.979	5.880
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	16.549	5.595
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	-	0,05
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	-	9.811
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	-	15
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	28.399	48.578
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	5.597	2.469
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	5.035	2.544
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	3.440	2.872
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	31.518	6.195
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	43.235	422
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	44	0,001
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	8	11
0.210 - Taxa judiciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.225	4.689
0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.431	10.953
0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente	155.586	119.801
0.223 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	155.742	31.075
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	117	80
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	18.465	28.118
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.135	2.240
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	14	144
0.233 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	1.727	-
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	199.595	209.390
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	199.053	143.394
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	13.363	2.979
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	93.080	10.263
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	114	91
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	3	854
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	29.014	19.828

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	8.644	1.471
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	80.763	93.526
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	123	206
0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	6.201	629
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	24.907	30.903
0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	19.249	20.870
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	7.365	5.408
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	40.434	39.728
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	43.875	28.865
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.967	5.626
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.701	4.950
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	5.702	10.128
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	960	275
0.302 - Recursos do tesouro - Programa Revigorar III - exercícios anteriores	-	-
0.309 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias	-	45
0.310 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	4.676	2.592
0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.310	5.429
0.319 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.707	2.485
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.319	522
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual	3.915	7.348
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	52.495	47.785
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	0,3	5
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	2.776	2.854
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	8.702	7.407
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	631	384
0.332 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	3.267

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	753
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	604	556
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.865	1.548
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	2.627	2.632
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	422	90
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores	0,2	0,2
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	0,1	734
0.382 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercícios anteriores	-	1
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	98.534	142.805
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	619	1.506
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	124.122	90.478
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	62	15
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores	292	3.128
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit	162.700	349.164
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	386	24
0.395 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	-	148.236
0.397 - Superavit Financeiro - recursos convertidos - receitas não primárias	-	10
0.398 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	319	949
0.610 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - Taxa judiciária	3.843	-
0.619 - Recursos de outras fontes - Outras taxas vinculadas	25.893	-
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	42.975	13.414
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	3.034	3.201
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	58.623	59.825
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	2.942	5.450
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	175	26
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	10.931	46.038
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174	174

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
0.650 - Contribuição previdenciária	103.878	104.649
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	65
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	12.257	10.547
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	4.623	599
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	44	425
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercícios anteriores	546	2.441
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior - exercícios anteriores	14.017	7.476
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	1	-
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	77.712	66.359
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	3	2
0.681 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Legislativo	135	-
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	22.717	567
0.683 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário	20.870	-
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	12.117	16.284
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	176.229	139.713
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	83.373	58.249
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	7.293	3.154
0.699 - Não primárias - outras receitas	7.909	7.890
2.300 - Contrapartida BID - recursos do tesouro - exercícios anteriores	12	-
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.426	1.466
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	50	405
7.119 - Contrapartida de outras taxas vinculadas - exercício corrente	-	-
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-
7.162 - Contrapartida de convênios - receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	-	4
7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente	-	127

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Continuação da página anterior

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2019	31/12/2018
7.228 - Contrapartida de convênios - outros convênios e acordos administrativos - exercício corrente	20	968
7.229 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	-
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	10	30
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	21	656
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	4.855	6.293
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.457	1.049
7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas	281	623
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3	922
7.619 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior	27	-
7.628 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior - outros convênios, ajustes e acordos administrativos	633	-
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	170	315
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	185	801
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	65
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	62	81
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.002	893
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	2.748.850	2.177.289

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	Nota explicativa	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		31.259.343	27.390.390
Impostos		29.926.633	26.219.425
Taxas		1.332.710	1.170.966
Contribuições		1.049.258	1.026.806
Contribuições Sociais		1.049.258	1.026.806
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		981.854	1.034.891
Venda de Mercadorias		17.433	20.836
Venda de Produtos		1.677	1.428
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		962.744	1.012.628
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.911.902	2.120.762
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.167	6.544
Juros e Encargos de Mora		147.007	338.341
Variações Monetárias e Cambiais		1.391.824	1.404.511
Descontos Financeiros Obtidos		4	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		367.899	371.365
Transferências e Delegações Recebidas		6.403.798	5.874.515
Transferências Intergovernamentais		5.012.679	4.817.935
Transferências das Instituições Privadas		486.464	395.923
Transferências do Exterior		78	75
Transferências de Pessoas Físicas		1.167	1.068
Outras Transferências e Delegações Recebidas		903.410	659.514
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		4.451.015	3.171.028
Reavaliação de Ativos		337.529	2.959.021
Ganhos com Alienação		5.825	13.154
Ganhos com Incorporação de Ativos		195.716	123.473
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.911.946	75.380

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	Nota explicativa	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		164.996.968	31.313.945
Resultado Positivo de Participações		292.061	327.911
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		163.515.031	30.418.175
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.189.876	567.859
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		211.054.139	71.932.336
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		9.173.017	8.985.302
Remuneração a Pessoal		8.050.301	7.798.687
Encargos Patronais		420.616	407.449
Benefícios a Pessoal		472.039	536.411
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		230.062	242.755
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.849.331	6.449.697
Aposentadorias e Reformas		5.722.026	5.368.840
Pensões		1.091.953	1.049.029
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		35.351	31.828
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.403.550	5.351.478
Uso de Material de Consumo		1.033.316	972.364
Serviços		3.366.485	3.463.562
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.003.749	915.552
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.887.418	3.837.904
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.016.834	1.016.393
Juros e Encargos de Mora		8.717	93
Variações Monetárias e Cambiais		1.861.603	2.813.530
Descontos Financeiros Concedidos		264	494
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		-	7.395
Transferências e Delegações Concedidas		12.792.298	11.782.054
Transferências Intergovernamentais		11.457.425	10.813.467
Transferências a Instituições Privadas		805.501	670.598
Execução Orçamentária Delegada		111.239	102.911
Outras Transferências e Delegações Concedidas		418.132	195.079
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.745.206	6.552.084
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		3.408.791	6.057.404

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	Nota explicativa	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Perdas com Alienação		2.641	93
Perdas Involuntárias		12	5
Incorporação de Passivos		2.959.993	14.423
Desincorporação de Ativos		373.769	480.160
Tributárias		257.750	227.145
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.770	6.812
Contribuições		251.980	220.333
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		10	245
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		10	245
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		165.562.682	31.138.799
Premiações		10.244	4.509
Resultado Negativo de Participações		335.655	85.932
Incentivos		46.497	49.582
Subvenções Econômicas		29.519	25.569
VPD de Constituição de Provisões		163.232.360	30.076.819
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.908.407	896.388
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		209.671.263	74.324.707
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	33	1.382.876	(2.392.371)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
Especificação	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Incorporação de Ativo	975.703	1.189.988
Desincorporação de Passivo	950.039	808.515
Incorporação de Passivo	170.848	189.718
Desincorporação de Ativo	38.582	61.097

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**Consolidado Geral**

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	111.263.997	100.904.943
Receita Tributária	18.182.539	16.322.199
Receita de Contribuições	2.596.995	2.533.241
Receita Patrimonial	55.025	38.004
Receita Agropecuária	1.643	1.414
Receita Industrial	30	22
Receita de Serviços	1.114.136	865.878
Remuneração das Disponibilidades	367.861	371.576
Outras Receitas Derivadas e Originárias	547.384	544.629
Transferências Recebidas	5.124.024	4.818.530
Outros Ingressos Operacionais	83.274.359	75.409.450
Desembolsos	109.036.679	100.030.347
Pessoal e Demais Despesas	21.335.128	20.530.673
Juros e Encargos da Dívida	1.016.834	1.010.129
Transferências Concedidas	3.203.943	3.012.549
Outros Desembolsos Operacionais	83.480.774	75.476.997
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	2.227.318	874.595
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	38.582	61.097
Alienação de Bens	9.148	29.353
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	29.434	31.744
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Desembolsos	1.029.223	1.301.788

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Aquisição de Ativo não Circulante	912.388	1.160.392
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	12.404	11.608
Outros Desembolsos de Investimento	104.431	129.787
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	(990.641)	(1.240.691)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	170.848	199.572
Operações de Crédito	170.848	189.718
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes	-	9.854
Outros Ingressos de Financiamentos	-	-
Desembolsos	950.039	819.656
Amortização/Refinanciamento da Dívida	928.202	791.451
Outros Desembolsos de Financiamentos	21.837	28.205
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	(779.191)	(620.084)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	457.485	(986.180)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	3.324.859	4.311.039
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	3.782.345	3.324.859

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**Consolidado Geral**

Quadro das Transferências Recebidas e Concedidas

Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.071.198	2.107.060
da União	2.067.438	2.094.059
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	3.760	13.001
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	3.052.826	2.711.470
Total das Transferências Recebidas	5.124.024	4.818.530
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	376.469	453.427
à União	-	589
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	376.469	452.838
Intragovernamentais	1.904.569	1.763.220
Outras Transferências Correntes Concedidas	922.906	795.902
Total das Transferências Concedidas	3.203.943	3.012.549

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Legislativa	591.621	561.036
Judiciária	1.760.293	1.682.648
Essencial à Justiça	809.104	802.457
Administração	1.504.968	1.605.660
Segurança Pública	2.239.129	2.219.612
Relações Exteriores	-	545
Assistência Social	55.075	73.112
Previdência Social	6.812.630	6.414.869
Saúde	2.472.094	2.407.059
Trabalho	10.731	3.536
Educação	2.836.562	2.750.973
Cultura	32.091	30.618
Direitos da Cidadania	941.099	835.487
Habitação	12.067	14.137
Saneamento	170	137
Gestão Ambiental	61.964	59.857
Ciência e Tecnologia	22.515	28.504
Agricultura	569.697	582.271
Comércio e Serviços	28.522	26.489
Comunicações	3.983	39.539
Energia	-	287
Transporte	153.467	157.753
Desporto e Lazer	7.658	18.888
Encargos Especiais	409.687	215.200
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	21.335.128	20.530.673

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**Consolidado Geral**

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2019	Janeiro a dezembro/2018
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	858.048	854.418
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	129.723	126.129
Outros Encargos da Dívida	29.063	29.583
Total dos Juros e Encargos da Dívida	1.016.834	1.010.129

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64

Valores em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019

ESPECIFICAÇÃO	Nota explicativa	Patrimônio social/capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Demais reservas	Resultados acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.655	368	5.815	2.274	20.897.342	20.912.454
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	1.043.768	1.043.768
Redução do Patrimônio Líquido - Transferência do saldo patrimonial da autarquia para Sociedade de Propósito Específico		-	-	-	-	(193.597)	(193.597)
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	(2.392.371)	(2.392.371)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR/ SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL		6.655	368	5.815	2.274	19.355.141	19.370.253
Ajustes de Exercícios Anteriores	31	-	-	-	-	(2.466.377)	(2.466.377)
Redução do Capital Social		(1.260)	-	-	-	-	(1.260)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.382.876	1.382.876
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	34	5.395	368	5.815	2.274	18.271.640	18.285.492

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Pedra Furada, em Urubici
Foto: Raquel Santi

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		Página
1.	Contexto Operacional	194
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	195
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2019	196
3.1.	Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	197
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	201
5.	Base de Preparação	202
5.1.	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	203
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	205
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	206
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	207
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	207
BALANÇO PATRIMONIAL		
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	214
11.	Créditos Tributários a Receber	217
12.	Clientes	218
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	220

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

14.	Dívida Ativa Tributária	221
15.	Dívida Ativa Não Tributária	222
16.	Ajuste de Perdas de Créditos	222
17.	Demais Créditos e Valores	223
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	229
19.	Estoques	229
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	230
21.	Investimentos	231
22.	Imobilizado	236
23.	Intangível	241
24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	242
25.	Empréstimos e Financiamentos	244
26.	Fornecedores e Contas a Pagar	244
27.	Obrigações Fiscais	246
28.	Provisões	247
29.	Demais Obrigações	250
30.	Resultado Diferido	253
31.	Ajustes de Exercícios Anteriores	253
32.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	254
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
33.	Resultado Patrimonial	255
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
34.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	257
OUTRAS NOTAS RELEVANTES		
35.	Renúncia de Receita	257
36.	Transações entre Partes Relacionadas	259
37.	Eventos Subsequentes	262

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2019 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.698, de 16 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2019), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2009, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2019 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

¹ Na função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2019, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes:

- I - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)³
- II - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- III - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- IV - Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)⁴

b) Empresas não Dependentes:

- I - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
- II - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)⁵
- III - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
- IV - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA/SC)
- V - Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
- VI - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
- VII - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)⁶
- VIII - Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina em Liquidação (CODISC)⁷
- IX - Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)
- X - SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)
- XI - Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A (IAZPE)⁸

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).

3 Em liquidação, conforme o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

4 Em liquidação, conforme o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

5 Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

6 Em liquidação, conforme o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

7 Em liquidação, conforme o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

8 O Estado passou a ter o controle direto da IAZPE durante o processo de liquidação da CODESC.

3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2019



3.1. Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo:

a) Secretarias e Órgãos

- Casa Civil
- Controladoria-Geral do Estado
- Corpo de Bombeiros Militar
- Defesa Civil
- Gabinete do Vice-Governador
- Polícia Militar
- Secretaria de Estado da Administração
- Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
- Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte⁹
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
- Secretaria de Estado do Planejamento¹⁰
- Secretaria Executiva de Articulação Nacional
- Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais
- Secretaria Executiva de Comunicação

9 Extinta pela Lei Complementar nº 741/2019.

10 Extinta pela Lei Complementar nº 741/2019.

b) Agências de Desenvolvimento Regional¹¹

- Araranguá
- Blumenau
- Braço do Norte
- Brusque
- Caçador
- Campos Novos
- Canoinhas
- Chapecó
- Concórdia
- Criciúma
- Curitiba
- Dionísio Cerqueira
- Grande Florianópolis¹²
- Ibirama
- Itajaí
- Itapiranga
- Ituporanga
- Jaraguá do Sul
- Joaçaba
- Joinville
- Lages
- Laguna
- Mafra
- Maravilha
- Palmitos
- Quilombo
- Rio do Sul
- São Joaquim
- São Lourenço
- São Miguel do Oeste
- Seara
- Taió
- Timbó
- Tubarão
- Videira
- Xanxerê

c) Defensoria Pública**d) Procuradoria-Geral do Estado****e) Ministério Público junto ao Tribunal de Contas****f) Fundações**

- Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
- Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
- Fundação Catarinense de Esportes (Fesporte)
- Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

¹¹ Todas as Agências de Desenvolvimento Regional foram extintas pela Lei Complementar nº 741/2019.

¹² Apesar da extinção da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis pela Lei Estadual nº 16.795/2015, em 31/12/2019 ainda permaneciam saldos contábeis na unidade gestora.

- Fundação Escola do Governo (ENA)
- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

g) Autarquias

- Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
- Departamento de Transportes e Terminais¹³ (DETER)
- Departamento Estadual de Infraestrutura¹⁴ (DEINFRA)
- Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
- Instituto do Meio Ambiente (IMA)
- Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
- Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

h) Empresas Estatais Dependentes¹⁵

- Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

i) Fundos Especiais

- Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
- Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)
- Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
- Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
- Fundo de Esforço Fiscal¹⁶
- Fundo Financeiro
- Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
- Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais
- Fundo de Melhoria da Polícia Civil

13 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

14 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

15 Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na Prestação de Contas do exercício de 2019. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

16 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

- Fundo de Melhoria da Polícia Militar
- Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar
- Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
- Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
- Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento
- Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
- Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios
- Fundo Estadual de Assistência Social
- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
- Fundo Estadual de Defesa Civil
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
- Fundo Estadual de Educação (Feduc)
- Fundo Estadual de Incentivo à Cultura¹⁷
- Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte¹⁸
- Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo¹⁹
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Fundo Estadual de Sanidade Animal
- Fundo Estadual de Saúde
- Fundo Estadual de Segurança Pública
- Fundo Estadual do Idoso (FEI)
- Fundo para a Infância e Adolescência
- Fundo para Melhoria da Segurança Pública
- Fundo Patrimonial
- Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina
- Fundo Pró-Emprego
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
- Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
- Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
- Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

17 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

18 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

19 Extinto pela Lei Complementar nº 741/2019.

j) Unidades Gestoras Especiais

- Diretoria do Tesouro Estadual
- Encargos Gerais do Estado

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

Em 2019, por meio da Lei Complementar nº 741/2019, foram extintas as seguintes unidades, cujas competências passaram a ser absorvidas por outras estruturas:

- a) Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte;
- b) Secretaria de Estado do Planejamento;
- c) Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados;
- d) Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos;
- e) Secretaria Executiva de Gestão dos Fundos Estaduais;
- f) Secretaria Executiva de Articulação Estadual;
- g) Secretaria Executiva de Habitação e Regularização Fundiária;
- h) Secretaria Executiva do Programa SC Rural;
- i) Agências de Desenvolvimento Regional previstas na Lei nº 16.795/2015;
- j) Fundo Estadual de Cultura;
- k) Fundo Estadual de Turismo;
- l) Fundo Estadual de Esporte;
- m) Fundo de Esforço Fiscal;
- n) Departamento de Transportes e Terminais (DETER); e
- o) Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA).

Foram criadas as seguintes Unidades:

- a) Controladoria-Geral do Estado;
- b) Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais;
- c) Secretaria de Integridade e Governança;
- d) Fundo Estadual de Segurança Pública (Lei nº 17.801/2019);
- e) Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (Lei nº 17.804/2019);
- f) Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (Lei nº 17.870/2019); e
- g) Fundo Estadual do Trabalho (Lei nº 17.764/2019).

Foram transformadas as seguintes unidades:

- a) Secretaria de Estado da Casa Civil em Casa Civil;
- b) Secretaria de Estado de Comunicação em Secretaria Executiva de Comunicação;
- c) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania em Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa;
- d) Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca em Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural;
- e) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social;
- f) Secretaria de Estado da Infraestrutura em Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade; e
- g) Secretaria de Estado da Defesa Civil em Defesa Civil.

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC); e a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR). Em decorrência da liquidação da CODESC, conforme a Lei nº 17.220/2017, as ações da Hidrocaldas, do Plaza Caldas e do Sapiens Park foram transferidas ao Estado.

5. Base de Preparação

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados

excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a “Portaria da Convergência”. Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Com dois anos de antecedência (2013) ao prazo estabelecido pela STN, o PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão agora concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina colocam-no como uma das referências nesse processo. Destacam-se: o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

**PRAZOS DOS PCPS DETERMINADOS PELA PORTARIA Nº 548/2015
E SITUAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO A ESSES PRAZOS**

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e DF	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Implantado parcialmente
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Implantado parcialmente
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).	2022	Não iniciado

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais, amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;
- b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos. Para os valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, houve uma mudança na estimativa que considerou nos ajustes para perdas o valor previsto na lei orçamentária anual na rubrica da dívida ativa;
- c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;
- d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial;
- e
- e) os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como passivo exigível.

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 28/2/2020 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as do terceiro trimestre de 2019 das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando não for reportado de forma diversa. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção,

ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010 necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada diretamente no patrimônio líquido e, da segunda em diante, o registro é feito diretamente em contas de resultado.

i) Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou a vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

j) Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN).

Os depósitos judiciais nos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de operações de crédito em rubrica específica, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo.

Com base nos entendimentos e nas normas acima explanados, em 2018 foi publicada a Nota Técnica de Procedimento Contábil - NTPC nº 002/2018, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

No final do exercício de 2018, a STN publicou a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15, que trata de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais. Na IPC, a STN recomenda o tratamento de acordo com a origem do depósito para os depósitos em que o Estado é parte, com possibilidade de reconhecimento de provisão para as possíveis perdas e como outras receitas de capital para os depósitos em que o Estado não é parte, com reconhecimento de uma obrigação. O Estado estuda a aplicação *ex nunc* da IPC, ou seja, para os novos levantamentos de depósitos judiciais, quando for o caso.

k) Custos dos Empréstimos

Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

l) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o status de restos a pagar não processados.

Os restos a pagar processados inscritos em 2017 ou em 2018 não foram cancelados e permaneceram registrados no passivo financeiro.

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

n) Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e órgãos autônomos, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

o) Distinção entre Circulante e não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

p) Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. O IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

q) Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias são reconhecidas pelo regime de competência. *Royalties* são reconhecidos pelo regime de caixa. Dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência.

r) Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, o Decreto nº 112, de 30 de abril de 2019, que aprova a programação financeira e o cronograma de execução de desembolso de recursos estaduais, estabeleceu nos seus parágrafos terceiro e quarto a desvinculação das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas dos seus respectivos órgãos e fundos. No entanto, essa desvinculação da receita deve observar as exceções previstas no parágrafo único do art. 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

s) Renúncia de Receita

A política contábil para reconhecimento da renúncia de receita foi fixada pela Nota Técnica de Procedimento Contábil – NTPC nº 004/2018.

Em resumo, é necessária a distinção da renúncia de receita em dois tipos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. No caso da despesa paga pelo sistema tributário, o benefício está disponível aos recebedores, independentemente de serem ou não contribuintes de tributos. Já o gasto tributário refere-se aos benefícios que estão disponíveis apenas para os contribuintes.

Dessa forma, os “gastos tributários” não estão sujeitos a registros contábeis na natureza da informação patrimonial, pois não geram ativos, passivos ou receitas e despesas ao Governo. Já as despesas pagas por meio do “sistema tributário” devem ser contabilizadas, sob o aspecto patrimonial, como despesas (variação patrimonial diminutiva). Em ambos os casos, a renúncia não deverá ser contabilizada na natureza de informação orçamentária por não completar o estágio da arrecadação (art. 35, I, Lei nº 4.320/1964).

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide nota explicativa nº 35).

t) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 31, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 344/2019.

u) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

v) Sequestros Judiciais

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVOS****10. Caixa e Equivalentes de Caixa**

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2019	31/12/2018
Conta Única - Tesouro	421	301
Banco do Brasil	1.764.206	1.446.092
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.763.785)	(1.445.790)
Conta Única - RPPS	-	-
Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro	546.355	459.122
Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário	-	-
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	18.571	11.859
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro	(546.355)	(459.122)
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário	-	-
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(18.571)	(11.859)
Outras Contas	44.567	13.705
Banco do Brasil - outras contas	1.509.399	1.230.279
Caixa Econômica Federal	6.177.374	5.978.736
(-) Aplicações financeiras - outros bancos	(7.642.206)	(7.195.310)
Arrecadação Indireta	25.813	18.305
Aplicações Financeiras	9.405.991	8.641.101
CDB/RDB	-	560.803
Poupança	61.288	65.398
Fundos	9.305.042	7.957.386
Outras aplicações	39.660	57.514
TOTAL	9.476.792	8.673.412

Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos

são aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual poderão ser aplicadas em modalidades de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado e para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais, a fim de reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2º, da LC nº 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro” e “(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a nota explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade

do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ milhares

Aplicações Financeiras	31/12/2019				TOTAL
	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	
Executivo	-	60.157	2.468.412	-	2.528.569
Legislativo	-	-	76.324	-	76.324
Judiciário	-	1.131	6.625.130	-	6.626.261
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	39.660	39.660
Ministério Público	-	-	135.176	-	135.176
TOTAL	-	61.288	9.305.042	39.660	9.405.991

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 6,63 bilhões aplicados em fundos, R\$ 5,79 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. Créditos Tributários a Receber

R\$ milhares

Créditos Tributários a Receber	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Impostos	1.359.638	-	1.359.638	1.465.695	-	1.465.695
Taxas	37.914	-	37.914	34.152	-	34.152
Contribuições Sociais	-	-	-	17.551	-	17.551
Créditos Tributários Parcelados	545.599	-	545.599	546.399	-	546.399
Créditos Tributários PRODEC	-	1.197.548	1.197.548	-	1.265.873	1.265.873
Créditos Previdenciários Parcelados	-	-	-	275	-	275
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	1.943.151	1.197.548	3.140.699	2.064.073	1.265.873	3.329.946
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(35.968)	-	(35.968)	(30.838)	-	(30.838)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.907.183	1.197.548	3.104.731	2.033.235	1.265.873	3.299.108

Impostos

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e, em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb.

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados.

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Esse valor registrado refere-se ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios.

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado (vide nota explicativa nº 14).

12. Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

	R\$ milhares	
Unidades Gestoras	31/12/2019	31/12/2018
Fundação Catarinense de Cultura	-	73
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - IMA	-	2
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.158	1.225
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	10	12
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	36.053	43.905
Fundação Escola de Governo - ENA	2	2
Fundo Estadual de Saúde	6.005	70.842
Diretoria do Tesouro Estadual	1.565	-
Departamento de Transportes e Terminais	-	1.357
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	191	199
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	-	77
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2	86
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	102	89
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	65	16
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	46.152	117.886
(-) Ajuste de Perdas de Devedores Duvidosos	(1.522)	(1.333)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	44.630	116.552

Destaque para a redução de 91,52% no saldo a receber do Fundo Estadual de Saúde. Refere-se a recebimentos de valores de atenção à saúde da população para procedimentos no Financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC)²⁰, processo nº 25000.139813/2019-38.

²⁰ Ações e serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	20.430	2.507	22.937	23.049	2.507	25.556
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	8.008	8.008	-	7.938	7.938
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	7.280	96.197	103.477	10.763	94.707	105.470
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais	-	45.779	45.779	-	58.370	58.370
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	27.710	166.983	194.694	33.812	178.015	211.827
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(14.076)	-	(14.076)	(14.076)	-	(14.076)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	13.634	166.983	180.617	19.736	178.015	197.751

14. Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

Dívida Ativa Tributária	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	312.042	17.772.559	18.084.601	400.172	15.365.238	15.765.410
IPVA	17.344	614.154	631.498	55.940	425.774	481.714
ITCMD	11.709	108.256	119.965	9.953	105.285	115.238
Outros Créditos	3.756	119.359	123.115	3.803	111.694	115.497
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	344.851	18.614.328	18.959.179	469.868	16.007.991	16.477.859
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(38.024)	(18.584.517)	(18.622.541)	(246.257)	(15.984.265)	(16.230.522)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	306.828	29.811	336.639	223.611	23.726	247.337

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de Dívida Ativa Tributária	18.958.405	16.477.859
Cobrança no Exercício	365.163	268.334

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R\$ 0,77 milhão) pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina referentes a valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado. Esse valor não está sendo considerado no quadro de cobrança da Dívida Ativa Tributária.

Além disso, há o registro do valor de R\$ 70,14 milhões no ativo não circulante pertencentes ao Fundo de Reparelhamento de Justiça.

15. Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como Secretaria de Estado da Segurança Pública, Fundo de Reaparelhamento da Justiça, CIDASC, entre outros, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 16).

R\$ milhares

Dívida Ativa não Tributária	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Dívida Ativa não Tributária	45.804	559.784	605.588	33.307	449.203	482.510
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(25.731)	(558.927)	(584.659)	(16.054)	(448.563)	(464.617)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	20.073	857	20.929	17.253	640	17.893

16. Ajuste de Perdas de Créditos

Detalhamento da conta de ajuste de perdas:

R\$ milhares

Ajustes de Perdas de Créditos	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	35.968	-	35.968	30.838	-	30.838
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	1.522	-	1.522	1.333	-	1.333
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.076	-	14.076	14.076	-	14.076
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	38.024	18.584.517	18.622.541	246.257	15.984.265	16.230.522
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	25.731	558.927	584.659	16.054	448.563	464.617
TOTAL	115.322	19.143.444	19.258.766	308.558	16.432.828	16.741.386

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 8ª edição do MCASP não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

Em relação à dívida ativa tributária de longo prazo, a metodologia é a utilização da média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa tributária de curto prazo, o ajuste foi realizado com base na estimativa de recebimento dos valores previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim sendo, o valor exposto no Balanço Patrimonial ficou conciliado com o valor constante na LOA.

17. Demais Créditos e Valores

Demais Créditos e Valores	31/12/2019			31/12/2018			R\$ milhares
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	24.955	-	24.955	16.349	-	16.349	
Suprimento de Fundos/Diárias	17.796	-	17.796	9.201	-	9.201	
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.893.718	-	1.893.718	1.887.127	-	1.887.127	
Tributos a Recuperar/Compensar	8.488	-	8.488	8.323	-	8.323	
Créditos por Danos ao Patrimônio	198.457	35	198.492	179.389	-	179.389	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	274.521	82.585	357.106	107.847	185.812	293.659	
Outros Créditos e Valores a Receber	813.259	164.771	978.029	664.402	190.869	855.271	
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	3.231.194	247.390	3.478.584	2.872.638	376.681	3.249.319	
(-) Ajuste de Perdas	(581.272)	(6.715)	(587.987)	(515.792)	(4.934)	(520.726)	
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	2.649.922	240.676	2.890.597	2.356.846	371.747	2.728.593	

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

	R\$ milhares	
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2019	31/12/2018
Convênios	1.437.679	1.460.088
Contratos de Gestão	210.611	212.319
Contrato de Apoio Financeiro – PF e PJ	92.739	94.634
Contrato de Apoio à Pesquisa	50.210	50.253
Subvenções Econômicas	12.695	16.769
Subvenções Sociais	25.833	17.878
Termos de Fomento ou Colaboração	62.114	34.685
Termos de Parceria	1.838	500
TOTAL	1.893.718	1.887.127

As unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

	R\$ milhares	
Unidades Gestoras	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	412.959	464.345
Fundo Estadual de Saúde	345.556	311.949
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina – FUPESC	108.865	96.793
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde – INVESTSAÚDE	63.547	70.371
Fundo Pró-Emprego	46.440	44.544
Secretaria de Estado da Educação	91.541	35.988
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	16.621	24.627
Fundação Catarinense de Esporte	18.438	5.718
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	283.549	-
Demais Órgãos	50.163	405.753
TOTAL	1.437.679	1.460.088

Com a extinção das Agências de Desenvolvimento Regional boa parte dos convênios foram sub-rogados para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, a qual totalizou o saldo de R\$ 283,55 milhões no exercício de 2019, como demais créditos e valores a receber de curto prazo.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

	R\$ milhares	
Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2019	31/12/2018
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	51.380	34.252
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Illegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	55.895	53.810
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.663	1.718
Créditos a Receber Decorrentes de Danos de Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	837	916
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	4.931	4.976
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Illegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados -TCE	24.724	25.167
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	17.321	17.305
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	41.619	41.149
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	75	97
Créditos a Receber de Pagamento sem Respaldo - Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	12	-
TOTAL	198.457	179.389

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em razão de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Segue tabela com os valores por unidade gestora de orçamento.

R\$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Ministério Público	-	-	-	-	117.262	117.262
Fundo Estadual de Saúde	68.023	330	68.353	58.113	330	58.443
Diretoria do Tesouro Estadual	203.463	-	203.463	47.033	-	47.033
Encargos Gerais do Estado	-	57.500	57.500	-	44.200	44.200
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	245	14.882	15.127	290	14.995	15.285
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	-	5.843	5.843	-	6.266	6.266
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.504	3.750	5.255	1.361	1.312	2.673
Departamento Estadual de Infraestrutura	-	-	-	932	-	932
Demais Unidades Gestoras	1.286	280	1.566	119	1.447	1.565
TOTAL	274.521	82.585	357.106	107.847	185.812	293.659

Um ponto de destaque foi a redução do saldo de longo prazo do Ministério Público devido à efetivação da escritura de imóvel do órgão, à baixa de depósito judicial no valor de R\$ 117,26 milhões e à inscrição na conta de Edificações.

Em 2019, a Diretoria do Tesouro Estadual apresenta no circulante o saldo de R\$ 203,46 milhões, dos quais R\$ 149,56 milhões são referentes a Precatórios.

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	581.246	6.715	587.961	513.747	11.908	525.656
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	34.749	-	34.749	40.462	-	40.462
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	23.506	-	23.506	22.478	-	22.478
Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000	-	18.000	18.000	-	18.000
Outros Créditos e Valores a Receber	97.670	158.056	255.725	51.830	178.961	230.790
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	755.170	164.771	919.941	646.518	190.869	837.387
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores	(578.767)	(6.715)	(585.482)	(513.168)	(4.934)	(518.102)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	176.403	158.056	334.459	133.350	185.935	319.285

Destacam-se os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo: R\$ 60,74 milhões a receber decorrentes do direito de exploração de serviços bancários junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 85,19 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

Também está incluído em outros créditos e valores a receber, de longo prazo, o valor de R\$ 6,87 milhões referente à antecipação de contribuição patronal. A Lei que criou a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina - SCPREV determinou que o Estado, através de Encargos Gerais, faça a antecipação de Contribuição Patronal, conforme o art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 661/2015 e o inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 553/2015. Assim, o Estado aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20 milhões, destinados à cobertura das despesas administrativas e aos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras.

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R\$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Departamento Estadual de Infraestrutura	-	-	-	513.719	11.908	525.628
Fundo Patrimonial	-	-	-	15	-	15
Fundação Catarinense de Cultura	9	-	9	6	-	6
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	4	-	4	4	-	4
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	581.230	6.715	587.945	-	-	-
TOTAL	581.246	6.715	587.961	513.747	11.908	525.656

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio e de outros bens. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual nº 13.516/2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.930/2006.

O ajuste para as perdas prováveis está sendo reconhecido pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composto pelos valores vencidos há mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (Ação Judicial nº 023.09.028623-8).

Destaca-se que o inciso III do artigo 93 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019 extinguiu o DEINFRA e transferiu para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) os direitos, créditos e débitos decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, inclusive as receitas e despesas.

18. Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	R\$ milhares	
Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de Investimento em Renda Fixa	546.355	459.122
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	18.571	11.859
Ações Passíveis de Alienação	-	160
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	160	-
TOTAL	565.086	471.140

19. Estoques

	R\$ milhares	
	31/12/2019	31/12/2018
Estoques	Circulante	Circulante
Mercadorias para Revenda	1.096	1.097
Matérias-Primas	2	2
Almoxarifado	281.949	181.060
Outros Estoques	20.185	21.020
(-) Ajustes para perdas com estoques	(1)	(1)
TOTAL	303.233	203.178

Detalhamento do Almojarifado por Unidade Gestora

R\$ milhares

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2018	Varição Positiva em 2019	Varição Negativa em 2019	Saldo em 31/12/2019
Fundo Estadual de Saúde	123.009	925.625	866.697	181.937
Secretaria de Estado da Educação	9.219	128.162	72.996	64.385
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	5.753	54.299	52.528	7.524
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	2.733	34.278	33.980	3.031
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	170	3.979	3.907	242
Tribunal de Justiça do Estado	8.201	29.667	30.674	7.194
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	1.505	12.157	12.029	1.634
Secretaria de Estado da Saúde	11.269	5.510	13.719	3.060
Fundo de Reparcelamento da Justiça	-	12.666	12.666	-
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	792	8.973	9.043	723
Demais Órgãos	18.409	63.508	69.697	12.219
TOTAL	181.060	1.278.825	1.177.935	281.949

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	21.767	269.633	291.400	10.539	269.633	280.173

21. Investimentos

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2019	31/12/2018
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	3.365.820	3.427.248
Participação em Empresas	3.080.109	3.025.383
Adiantamento para Aumento de Capital	285.711	401.864
Participação - Método do Custo	339	338
Propriedade para Investimento	51.609	51.429
TOTAL	3.417.768	3.479.015

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes²¹, além das participações em outras empresas.

²¹ Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.

R\$ milhares

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento para Aumento de Capital	% de Participação no Capital Social	Data-base do Último Balanço Utilizado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			
Participações Permanentes - Consolidação	3.080.109	3.025.383	339	338	285.711	-	-
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	296.978	283.536	-	-	-	51,82%	30/09/2019
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	892.020	724.853	-	-	-	33,33%	30/09/2019
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	7.203	6.251	-	-	-	94,53%	30/09/2019
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	12.999	11	-	-	32.353	100,00%	30/09/2019
Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)	409.132	406.101	-	-	-	20,20%	30/09/2019
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	811.398	1.052.237	-	-	36.931	64,21%	30/09/2019
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	422.643	392.006	-	8.896	23.420	98,85%	30/09/2019
Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC)	2.037	625	7	6	1.653	99,52%	30/09/2019
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	-	-	-	-	-	99,50%	30/09/2019
SC Participações (SCPar)	223.793	156.469	-	-	191.261	100,00%	30/09/2019
IAZPE - Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A.	570	2.285	-	-	92	99,53%	30/09/2019
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	1.010	-	-	-	100,00%	30/09/2019

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento para Aumento de Capital	% de Participação no Capital Social	Data-base do Último Balanço Utilizado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	1.000	-	-	-	-	100,00%	30/09/2019
Hotel Plaza Caldas da Imperatriz S.A.	336	-	-	-	-	5,23%	30/09/2019
Outras participações acionárias	-	-	9.229	333	-	-	30/09/2019
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	(8.896)	(8.896)	-	-	30/09/2019
Participações Permanentes - Intra OFSS	11.055	13.481	5	5	9.846	-	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	10.462	12.925	-	-	4.992	100,00%	30/09/2019
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI)	-	-	5	5	4.854	96,83%	30/09/2019
Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR)	593	556	-	-	-	96,75%	30/09/2019
TOTAL	3.091.164	3.038.864	344	344	295.556		

* O passivo a descoberto da INVESC S.A. em 31/12/2019 importa em R\$ 10,93 bilhões. Esse valor está registrado como riscos fiscais na unidade Encargos Gerais do Estado.

Fonte: Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria da Fazenda (GEAFC)

O valor de R\$ 8,90 milhões registrado como perdas para valor realizável líquido refere-se à participação na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina em Liquidação (CODESC). Esse valor é registrado na unidade gestora do Fundo Financeiro, conforme parecer emitido pelos Conselhos Fiscal e Administrativo do IPREV.

As participações nas empresas estatais dependentes COHAB e Epagri bem como na empresa não dependente INVESC apresentaram valores zerados, tendo em vista que o patrimônio líquido nessas empresas passou a ser negativo.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA						
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL
	Ordinárias	Preferenciais	Total	R\$ milhares		
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	296.978	51,82%	51,82%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ²²	-	-	-	892.020	33,33%	33,33%
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	13.415.105	-	13.415.105	7.203	94,53%	94,53%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	8.374.213.578.434	-	8.374.213.578.434	12.999	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)	7.791.010	191	7.791.201	409.132	50,18%	20,20%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	811.398	61,93%	64,21%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	26.139.546	-	26.139.546	422.643	98,85%	98,85%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.060.046.641	-	87.060.046.641	2.037	99,52%	99,52%
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
SC Participações (SCPar)	999.999.999	-	999.999.999	223.793	99,99%	99,99%
IAZPE - Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A.	20.967.817	-	20.967.817	570	99,53%	99,53%
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	161.671.674	-	161.671.674	1.000	100,00%	100,00%
Hotel Plaza Caldas da Imperatriz S.A.	10.474.500	-	10.474.500	336	5,23%	5,23%

Continua na próxima página

22 O BRDE é uma autarquia especial interestadual criada pelos estados da Região Sul, portanto não tem o seu capital dividido em ações. A participação é 100% do resultado da agência do BRDE em Florianópolis/SC.

Continuação da página anterior

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA							
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO				% CAPITAL		
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO	VOTO	TOTAL	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	R\$ milhares			
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	32.299.741	-	32.299.741	-	99,99%	99,99%	
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	37.408.423	-	37.408.423	10.462	100,00%	100,00%	
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (EPAGRI)	169.777.712	-	169.777.712	-	96,83%	96,83%	
Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR)	3.276.713	137.160	3.413.873	593	96,62%	96,75%	
TOTAL				3.091.164			

Fonte: Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria da Fazenda (GEAFC)

Propriedades para Investimento

Estão registrados em Propriedades para Investimento os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência do Estado (Fundo Financeiro). Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fins dos órgãos locatários, o que os caracterizaria como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio do Estado. A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais optou por não reclassificar o ativo no balanço consolidado e evidenciá-lo conforme a classificação original no Fundo Financeiro. Em 2019, o saldo contábil é de R\$ 51,61 milhões.

22. Imobilizado

R\$ milhares

Imobilizado	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo Corrigido	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	2.590.158	(1.120.659)	1.469.499	2.396.632	(1.029.644)	1.366.988
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	954.169	(380.406)	573.763	898.832	(344.904)	553.929
Equipamentos de Tecnologia da Informação	442.699	(207.482)	235.217	387.032	(192.657)	194.375
Móveis e Utensílios	369.687	(138.997)	230.690	360.328	(127.542)	232.786
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	89.257	(1.370)	87.886	88.731	(1.005)	87.726
Veículos	659.093	(365.326)	293.766	595.345	(343.788)	251.557
Armamentos	59.761	(23.188)	36.574	56.385	(17.879)	38.506
Semoventes	703	(440)	263	631	(421)	210
Demais Bens Móveis	14.790	(3.450)	11.340	9.346	(1.448)	7.898
Bens Imóveis	33.249.491	(2.546.596)	30.702.895	33.999.471	(1.761.607)	32.237.864
Bens de Uso Especial	9.586.952	(601.351)	8.985.601	9.392.989	(492.745)	8.900.244
Bens Dominicais	2.089	-	2.089	20	-	-
Bens de Uso Comum do Povo	19.593.629	(1.939.223)	17.654.407	18.392.493	(1.263.439)	17.129.054
Bens Imóveis em Andamento	4.026.246	-	4.026.246	6.161.305	-	6.161.305
Instalações	17.653	(1.722)	15.931	20.785	(1.669)	19.116
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.152	(4.300)	10.852	17.539	(3.755)	13.784
Demais Bens Imóveis	7.770	-	7.770	14.341	-	14.341
SUBTOTAL	35.839.649	(3.667.255)	32.172.394	36.396.103	(2.791.251)	33.604.852
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
TOTAL	35.839.643	(3.667.255)	32.172.388	36.396.097	(2.791.251)	33.604.846

A composição do saldo da conta (-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado refere-se ao reconhecimento e à mensuração na Udesc (R\$ 5,72 mil).

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

Com relação aos bens imóveis, as bases utilizadas para a avaliação inicial e para as reavaliações constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o art. 4° do Decreto n° 3.486/2010, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa n° 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações.

Depreciação

Bens Móveis

R\$ milhares

BENS MÓVEIS - DEPRECIÇÃO ACUMULADA				
Tipo de Consolidação	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Administração Direta	762.358	685.616	583.229	456.063
Autarquias	11.698	32.918	28.600	27.000
Fundações	90.297	77.468	73.370	60.189
Fundos Especiais	114.292	100.723	67.075	47.330
Empresas Dependentes	142.013	132.920	124.562	114.992
Consolidado Geral	1.120.659	1.029.644	876.837	705.575

Em 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados, o Poder Executivo considera que

atende ao equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição inerente à informação contábil na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001/2011 • Vida útil definida no laudo da avaliação
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1° de janeiro de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • Método das cotas constantes • Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração com base na Instrução Normativa SRF n°162/1998

Bens Imóveis

R\$ milhares

BENS IMÓVEIS - DEPRECIACÃO ACUMULADA				
Tipo de Consolidação	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Administração Direta	1.992.575	37.205	29.529	23.853
Autarquias	1.126	1.264.229	633.435	36.915
Fundações	5.629	5.094	3.664	2.456
Fundos Especiais	510.169	419.250	369.239	282.121
Empresas Dependentes	37.090	35.824	31.725	29.778
Consolidado Geral	2.546.589	1.761.602	1.067.591	375.123

O valor elevado registrado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

Em decorrência da extinção do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) estabelecida pela Lei Complementar n° 741/2019, houve a transferência do saldo de depreciação acumulada, bem como dos bens imóveis e móveis que integram o seu acervo patrimonial, para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SIE), gerando uma variação substancial entre os valores dos grupos Autarquias e Administração Direta, quando comparados a 31/12/2018.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados obedecendo ao previsto nas NBC TSP nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, todas em vigor à época da elaboração do documento, e em portarias da STN/MF que regiam a matéria.

R\$ milhares			
CONTAS DE REGISTRO	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Variação
Ruas/Estradas/Rodovias	15.374.881	14.187.834	1.187.047
Pontes e Viadutos	3.158.794	3.144.808	13.986
Túneis	1.000.000	1.000.000	-
Barragens	59.955	59.631	324
Outros Bens de Uso Comum do Povo	-	220	(220)
TOTAL	19.593.629	18.392.493	1.201.137

No anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF) optou por seguir o padrão estabelecido pela STN, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajustes de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas ou à redução a valor recuperável.

Em 2019, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 25,35 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

CONTAS DE REGISTRO	R\$ milhares	
	31/12/2019	31/12/2018
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPD	(4.154)	(322)
3.6.1.5.1.01 Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
3.6.1.5.1.02 Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(308.001)	(2.685.522)
4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis – VPA	5.904	1.645
4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis	331.604	2.944.537
TOTAL	25.353	260.338

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2019, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 5,81 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	R\$ milhares
	31/12/2019
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	5.815

23. Intangível

R\$ milhares

Intangível	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	318.920	(100.356)	218.564	295.967	(75.218)	220.749
Softwares em Desenvolvimento	108.914	-	108.914	94.976	-	94.976
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247	(81)	166	247	(81)	66
TOTAL	428.081	(100.437)	327.644	391.191	(75.299)	315.892
Redução a Valor Recuperável do Intangível	-	-	-	-	-	-
TOTAL	428.081	(100.437)	327.644	391.191	(75.299)	315.892

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas do Estado.

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento durante o exercício é apresentada a seguir.

Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2018	295.967	94.976	390.943
Adições	113.818	50.359	164.177
Baixas	90.865	36.421	127.287
Saldo em 31/12/2019	318.920	108.914	427.834

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

Contas de Registro	R\$ milhares	
	31/12/2019	31/12/2018
3.6.1.6.1.01 - Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	-	-
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	21	12.812
TOTAL	21	12.812

PASSIVOS

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Pessoal a Pagar	367.108	157.202	524.310	333.846	199.753	533.599
Salários	2	-	2	2	-	2
Férias	309.456	-	309.456	257.155	-	257.155
Décimo Terceiro Salário	295	-	295	22	-	22
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	30.679	-	30.679	41.595	-	41.595
Precatórios de Pessoal - Antes de 5/5/2000	-	-	-	287	1.532	1.820
Precatórios de Pessoal - A partir de 5/5/2000	25.538	157.202	182.740	33.640	177.226	210.865
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	1.139	-	1.139	1.144	20.995	22.139
Benefícios Previdenciários a Pagar	44.340	254.063	298.403	50.197	239.241	289.437
Benefícios Previdenciários	2.351	-	2.351	2.351	4.045	6.396
Décimo Terceiro Salário	15	-	15	-	-	-
Precatórios de Benefícios Previdenciários - Antes de 5/5/2000	-	-	-	825	-	825
Precatórios de Benefícios Previdenciários - A partir de 5/5/2000	41.973	254.063	296.036	47.021	235.196	282.217

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Benefícios Assistenciais a Pagar	185	-	185	1	-	1
Benefícios Assistenciais a Pagar	185	-	185	1	-	1
Encargos Sociais a Pagar	62.805	303.343	366.148	58.329	313.557	371.885
FGTS sobre a Folha de Pagamento	557	-	557	-	-	-
Entidades de Previdência Privada e Complementar	3.395	-	3.395	2.999	-	2.999
Contribuição ao Plano de Saúde do Exercício	614	-	614	-	-	-
INSS a Pagar	58.240	303.343	361.583	55.330	313.557	368.886
TOTAL	474.439	714.608	1.189.046	442.372	752.550	1.194.923

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2020. Os valores são gerados pela Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Estado da Administração.

Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

Precatórios de Pessoal	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Executivo	23.201	140.432	163.633	31.589	169.951	201.540
Assembleia Legislativa do Estado	1.066	3.998	5.064	1.066	2.882	3.947
Tribunal de Justiça do Estado	921	10.975	11.896	921	4.201	5.122
Tribunal de Contas do Estado	328	1.706	2.033	328	1.639	1.967
Ministério Público	23	91	114	23	85	109
TOTAL	25.538	157.202	182.740	33.927	178.758	212.685

O saldo de precatórios de pessoal referente ao Poder Executivo está concentrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado.

25. Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Internos	957.425	15.740.981	16.698.406	263.989	16.538.340	16.802.329
Externos	1.005.805	2.157.432	3.163.237	110.639	3.326.914	3.437.553
Financiamentos	5.521	3.345	8.866	4.398	12.745	17.142
TOTAL	1.968.751	17.901.758	19.870.509	379.026	19.877.999	20.257.025

Em 2019, o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 19,87 bilhões, o que representa uma diminuição de 1,91% em relação a 2018. Destaque para o grupo Financiamentos, que apresentou um saldo de R\$ 8,87 milhões, uma diminuição de 48,28% quando comparado com 2018.

Outros detalhes sobre empréstimos e financiamentos são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2019, incluído no Volume II deste Balanço Geral.

26. Fornecedores e Contas a Pagar

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	200.634	11.715	212.349	162.315	14.172	176.487
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	30.084	-	30.084	58.754	-	58.754
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Antes de 5/5/2000	-	-	-	418	2.106	2.523
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	251.357	1.568.246	1.819.603	370.615	1.855.362	2.225.977
TOTAL	482.074	1.579.962	2.062.036	592.103	1.871.640	2.463.743

Em relação aos fornecedores e contas a pagar do exercício de 2019, o Fundo Estadual de Saúde apresenta o maior saldo devedor, somando o valor total de R\$ 109,59 milhões no curto prazo (56,60% do valor de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício a curto prazo) e R\$ 11,10 milhões no longo prazo (94,71% do valor de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício a longo prazo).

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 99/2017, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2024 para liquidar os precatórios em mora.

R\$ milhares

Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Legislativo	41	296	336	41	292	333
Tribunal de Contas do Estado	66	943	1.009	66	394	460
Judiciário	6	34	40	6	32	38
Ministério Público	416	2.197	2.613	416	2.080	2.495
Executivo	250.828	1.518.246	1.769.074	370.504	1.854.426	2.224.930
Encargos Gerais do Estado	250.828	1.518.246	1.769.074	283.607	1.418.132	1.701.739
Departamento Estadual de Infraestrutura	-	-	-	64.103	320.515	384.618
Fazenda	-	-	-	14.727	73.634	88.361
Segurança Pública	-	-	-	3.422	17.768	21.190
Saúde	-	-	-	2.612	13.061	15.673
Demais Órgãos	-	-	-	2.033	11.317	13.350
TOTAL	251.357	1.521.716	1.773.073	371.033	1.857.224	2.228.257

27. Obrigações Fiscais

R\$ milhares

Obrigações Fiscais	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	31.826	226.131	257.957	8.326	261.574	269.901
Demais Obrigações Fiscais	1	-	1	4	-	4
TOTAL	31.827	226.131	257.958	8.330	261.574	269.904

Tributos Renegociados

Esses valores referem-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

28. Provisões

R\$ milhares

Provisões	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	15.635	9.559	25.195	15.823	9.559	25.382
Provisão para Riscos Cíveis	1.909	6.460	8.370	1.700	13.478	15.178
Provisão para Riscos Fiscais	1.318	-	1.318	1.318	-	1.318
Provisão para Repartição de Créditos	905.285	-	905.285	891.712	-	891.712
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	588.003	588.003	-	504.407	504.407
Outras Provisões	181.598	-	181.598	28.828	-	28.828
TOTAL	1.105.747	604.023	1.709.769	939.380	527.445	1.466.825

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

R\$ milhares

Impostos	31/12/2019		31/12/2018	
	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	298.996	498.326	325.883	543.139
IPVA	14.798	73.990	1.421	7.106
ITCMD	19.176	-	14.163	-
TOTAL	332.969	572.316	341.467	550.245

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

PLANO FINANCEIRO		
TÍTULOS	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Benefícios Concedidos	588.003	2.169.425
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	111.981.201	113.063.215
Contribuições dos Inativos	(4.085.170)	(4.109.569)
Contribuições dos Pensionistas	(727.557)	(783.189)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(101.089.238)	(96.986.438)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(5.491.233)	(9.014.593)
Provisão para Benefícios a conceder	-	(1.665.017)
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	103.217.530	100.477.613
Contribuições do Ente	(28.181.592)	(25.841.861)
Contribuições dos Ativos	(14.536.552)	(13.256.868)
Compensação Previdenciária	(3.295.943)	(8.011.136)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(57.203.442)	(55.032.766)
TOTAL	588.003	504.407

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2019 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, inscrita no CNPJ sob o nº 02.696.620/0001-32, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 040/2013, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação a critérios, hipóteses e premissas adotados nessa avaliação atuarial, destacaram-se os seguintes pontos:

- a) as hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial são:
- ✓ Tábua de Mortalidade/Sobrevivência Geral (IBGE, 2016);
 - ✓ Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos (IBGE, 2016); e
 - ✓ Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas.
- b) a taxa de juros atuarial aplicada é de 0,00% para o fundo financeiro ao ano e atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 403, de 10 de dezembro de 2008;
- c) na avaliação, foi adotada a taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 2,42% ao ano;
- d) foi adotada a taxa de rotatividade de 1%;
- e) o indexador utilizado nas hipóteses financeiras e econômicas foi o IPCA; e
- f) as informações fornecidas ao atuário pelo Estado de Santa Catarina para o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) estão posicionadas em outubro de 2018.

O Passivo Atuarial é composto pelo deficit atuarial registrado nas contas contábeis 2.2.7.2.1.01.07 (Cobertura de Insuficiência Financeira) e 2.2.7.2.1.02.06 (Cobertura de Insuficiência Financeira do Plano Financeiro do RPPS) e pelo total do ativo registrado no Fundo Financeiro apurado no exercício de 2018.

Em 2019, o Passivo Atuarial foi de R\$ 158,88 bilhões. O valor da insuficiência financeira fica registrado em conta própria de acordo com o plano de contas dos regimes de previdência, excluindo-se assim o efeito patrimonial do reconhecimento da provisão matemática previdenciária.

Comparativo da Insuficiência Financeira em Relação às Obrigações Atuariais

	R\$ milhares
TÍTULOS	31/12/2019
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	215.198.731
Cobertura de Insuficiência Financeira	158.880.683
IMPACTO RELATIVO	73,83%

29. Demais Obrigações

R\$ milhares

Demais Obrigações	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	72.382	123.581	195.963	71.606	191.249	262.855
Consignações	139.515	-	139.515	129.956	-	129.956
Garantias	7.758	-	7.758	8.499	-	8.499
Depósitos Judiciais	5.929.793	-	5.929.793	5.744.922	634.462	6.379.384
Depósitos	394.415	-	394.415	138.764	-	138.764
Outras Obrigações	375.958	1.037.801	1.413.759	636.510	452.412	1.088.921
TOTAL	6.919.820	1.161.381	8.081.201	6.730.258	1.278.123	8.008.381

Adiantamento de Clientes

Registra, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

R\$ milhares

Depósitos Judiciais a Curto Prazo	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Tribunal de Justiça do Estado	5.787.887	5.603.353
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	141.903	141.566
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	3
TOTAL	5.929.793	5.744.922

Do total contabilizado na conta Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 5,79 bilhões, que equivale a 97,6%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide nota explicativa 10).

Depósitos

A Medida Provisória nº 222²³, de agosto de 2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342, de 2005, e a partir de agosto de 2018, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Esse recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC²⁴ recebidos do FADESC²⁵ estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias – ICMS. Essa mudança justifica a redução do saldo da conta de depósitos.

Da mesma forma, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Outras Obrigações

Nesta conta, no grupo não circulante, destacam-se os valores reclassificados da conta Depósitos Judiciais referentes à Emenda Constitucional nº 94/2016, os quais totalizam R\$ 575,38 milhões.

23 A Medida Provisória nº 222/2018 alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

24 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

25 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Neste grupo, ainda estão contabilizados os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o FundoSocial e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária. Também estão contabilizados nesta conta os valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE

R\$ milhares

Outras Obrigações	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Repasse aos Municípios	10.425	2.665	13.091	63.694	38.852	102.546
Fundeb - Doações	1.541	61.559	63.100	8.414	63.099	71.513
FNDE	1.846	76.685	78.531	10.471	78.531	89.002
TOTAL	13.813	140.909	154.722	82.579	180.482	263.061

Destaca-se também o valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária, que evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2019, esse valor alcançou o montante de R\$ 87,48 milhões, uma redução de quase 34,4% quando comparado a 2018.

O quadro a seguir detalha o saldo da conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária por unidade gestora.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Estadual de Saúde	57.102	195.291
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	30.254	56.717
Departamento de Transportes e Terminais	-	1.423
Fundo Estadual da Defesa Civil	-	356
Santa Catarina Turismo S.A.	-	246
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	-	129
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	129	-
TOTAL DE CREDITORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	87.485	254.163

30. Resultado Diferido

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas já recebidas, mas que por força de legislação serão reconhecidas no resultado em exercícios futuros. O saldo de 2019 é de R\$ 1,68 bilhão.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi substancialmente movimentada em 2019 em função de:

a) mudança de práticas contábeis, inclusive:

- avaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem;
- mudança de procedimentos referente ao registro dos benefícios fiscais concedidos pelo Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Em razão de estudo metucioso acerca dos reflexos desses benefícios fiscais, em dezembro de 2018 redigiu-se a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 006/2018, regulamentando todos os procedimentos referentes ao reconhecimento de tais benefícios. Como reflexo das novas diretrizes, do total do subitem Mudança de Práticas Contábeis (R\$ 1,269 bilhão), R\$ 1,267 bilhão é referente ao registro efetuado pelo FADESC no que concerne ao usufruto por parte dos beneficiários dos benefícios fiscais concedidos pelo PRODEC.

b) retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:

- ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e da pública; e
- ajustes decorrentes de extinção de unidades gestoras. Em 2019, tendo em vista as extinções estabelecidas pela Lei Complementar nº 741/2019, os valores apresentados na coluna Resultados Acumulados, da Demonstração das Mutações

no Patrimônio Líquido de 2019, diferem dos valores do Balanço Patrimonial do encerramento de 2019. Tal variação ocorreu em virtude de que, no encerramento do exercício de 2019, os saldos das contas contábeis 2.3.7.1.X.01 – Superavits ou Deficits do Exercício, 2.3.7.1.X.02 – Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores e 2.3.7.1.1.03 – Ajustes de Exercícios Anteriores, das unidades gestoras extintas e que tiveram o encerramento contábil realizado em 2019, foram transferidos para a conta contábil 2.3.7.1.X.04 – Superavits ou Deficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão.

Quadro-resumo dos valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ milhares	
Ajustes de Exercícios Anteriores decorrentes de:	Valores
a) Mudança de Práticas Contábeis	(1.269.189)
b) Retificação de Exercícios Anteriores	(1.197.088)
SALDO	(2.466.377)

Fonte: Unidades Gestoras

PASSIVOS CONTINGENTES

32. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R\$ milhares		
Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	31/12/2019	31/12/2018
Processos Administrativos	785.653	401.947
Processos Judiciais	10.412.081	11.666.856
TOTAL	11.197.734	12.068.803

Fonte: Gerência da Dívida Pública/SEF

Foi registrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado um passivo contingente no valor de R\$ 23,40 milhões, tendo como base o Parecer da Procuradoria-Geral do Estado nº 197/19-PGE, que trata sobre a possibilidade de o Poder Executivo do Estado precisar repassar aos municípios parte do crédito presumido de compensação do

Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, não arrecadado em decorrência da operacionalização do Convênio ICMS nº 85/2011. Esse valor refere-se a 25% da Cota Municipal do ICMS, conforme Comunicação Interna-DCIF nº 209/19, acostada ao Processo SEF nº 16.239/2019.

O Convênio ICMS nº 85/2011 prevê tratamento tributário diferenciado em relação ao ICMS e oferece às empresas interessadas benefícios fiscais em contrapartida de investimentos em infraestrutura na região do Estado de Santa Catarina.

Esse assunto está sendo analisado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE SC, por meio do processo RLA nº 16/00522464.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da dívida pública, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

33. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi positivo de R\$ 1,38 bilhão, apresentando uma variação positiva de 157,80% quando comparado ao resultado negativo de 2018, com o montante de R\$ 2,39 bilhões.

Alguns itens contribuíram para esse saldo patrimonial positivo de 2019, como o saldo da conta Variação Patrimonial Aumentativa dos Impostos (R\$ 29,93 bilhões), que teve um acréscimo de 14,14%, quando comparado a 2018 (R\$ 26,22 bilhões).

Outro item que contribuiu para esse resultado positivo foi a redução do valor recuperável de imobilizado, que em 2019 apresentou um saldo de R\$ 0,31 bilhão, uma diminuição de 88,53% em relação a 2018, ano em que foi registrado o montante de R\$ 2,69 bilhões.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e das despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

O registro do Passivo Atuarial incorporado no Balanço Patrimonial do Estado é anulado pelo lançamento da cobertura da insuficiência financeira projetada no Cálculo Atuarial (nota explicativa 28 – Provisões). Em 2019, o Passivo Atuarial foi de R\$ 158,88 bilhões. Se desconsiderássemos o efeito da cobertura da insuficiência financeira projetada, o Patrimônio Líquido passaria de R\$ 18,29 bilhões para R\$ 140,60 bilhões negativos.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2019	31/12/2018
4.9.7.1.1.03.00.00 – Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	162.994.110	29.615.921
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	163.077.705	30.070.653
DIFERENÇA	(83.596)	(454.732)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2019	31/12/2018
4.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.911.902	2.120.762
3.4.0.0.0.00.00.00 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.887.418	3.837.904
DIFERENÇA	(975.516)	(1.717.142)

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2019	31/12/2018
4.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Recebidas	6.403.798	5.874.515
3.5.0.0.0.00.00.00 – Transferências e Delegações Concedidas	12.792.298	11.782.054
DIFERENÇA	(6.388.500)	(5.907.540)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2019	31/12/2018
4.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Positivo de Participações ²⁶	292.061	327.911
3.9.2.0.0.00.00.00 – Resultado Negativo de Participações	335.655	85.932
DIFERENÇA	(43.594)	241.980

²⁶ Inclui a receita de dividendos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

34. Variação do Patrimônio Líquido no Período

O patrimônio líquido do Estado variou negativamente 5,6%, alcançando o valor de R\$ 18,29 bilhões ao final de 2019.

Um destaque foi o saldo de superávits e déficits acumulados, que apresentou o total de R\$ 21,79 bilhões em 2019, uma redução de 2,70% em relação a 2018, ano que tinha como montante o saldo de R\$ 22,39 bilhões.

Parte dessa diminuição também é reflexo das mudanças de práticas contábeis e retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, conforme a nota explicativa nº 31.

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

35. Renúncia de Receita

R\$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	%	Renunciado no Período	%
Benefícios Concedidos e Previstos na LDO	5.928.257	100,00%	5.854.491	96,45%
Subsídio	12.700	0,21%	13.660	0,23%
Crédito Presumido	4.111.246	69,35%	4.094.289	67,45%
Isenção	689.734	11,63%	731.733	12,06%
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	920.418	15,53%	811.215	13,36%
Outros Benefícios Diferenciados	194.159	3,28%	203.594	3,35%
Outros Benefícios Concedidos	-	-	215.235	3,55%
Anistia	-	-	215.235	3,55%
Remissão de Débitos de Pequeno Valor	-	-	-	-
Total Geral da Renúncia	5.928.257	100,00%	6.069.726	100,00%

Do total de renúncia prevista na LDO para 2019 (R\$ 5,93 bilhões), R\$ 6,07 bilhões foram renunciados e registrados em contas de controle na contabilidade. Esse valor refere-se à renúncia dos meses de janeiro a novembro de 2019.

R\$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	%	Renunciado no Período	%
De acordo com o art. 14 - LRF	5.290.178	89,2%	5.437.738	89,6%
Anistia	-	0,0%	215.235	3,5%
Subsídio	12.700	0,2%	13.660	0,2%
Crédito Presumido	4.111.246	69,3%	4.094.289	67,5%
Isenção em Caráter não Geral	95.102	1,6%	145.304	2,4%
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	920.418	15,5%	811.215	13,4%
Outros Benefícios Diferenciados	150.712	2,5%	158.036	2,6%
Fora do Escopo do art. 14 - LRF	638.079	10,8%	631.988	10,4%
Isenção em Caráter Geral	594.632	10,0%	586.430	9,7%
Outros Benefícios Diferenciados	43.447	0,7%	45.558	0,8%
Remissão de Débitos de Pequeno Valor	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral da Renúncia	5.928.257	100,0%	6.069.726	100,0%

Do total renunciado de R\$ 6,07 bilhões no exercício de 2019, R\$ 5,44 bilhões são renúncias conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, valor esse que corresponde a 89,6% do total renunciado. Já o valor de R\$ 0,63 bilhão refere-se a espécies de renúncia fora do escopo da LRF, o que equivale a 10,4% do valor renunciado.

Detalhamento das anistias concedidas no período

R\$ milhares

Fundamentação Legal	Nome do Programa	Anistia
MP nº 2016/2017	Programa Catarinense de Parcelamento de Débitos Fiscais (PPDF)	57.287
MP nº 2017/2017	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (PREFIS-ITCMD)	1.800
Lei nº 17.696/2019	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos de 2018	8.278
Convênio ICMS 12/2019	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (PREFIS ICMS)	144.565
Lei nº 17.701/2019	Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2018 (PREFIS-SC/2018) referente ao IPVA	3.304
Total		215.235

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

Após o encerramento do exercício, a Diretoria de Administração Tributária informou o valor renunciado referente ao mês de dezembro, que totalizou R\$ 352,16 milhões.

Assim, o valor total renunciado em 2019 chegou à quantia de R\$ 6,42 bilhões diante de um valor estimado na LDO de R\$ 5,93 bilhões.

36. Transações entre Partes Relacionadas

Desde o exercício de 2017, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF), visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, passou a divulgar as principais transações financeiras ocorridas no período entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas.

A Norma Internacional que trata da matéria sobre as transações entre as partes relacionadas é a IPSAS 20 – Related Party Disclosures, que estava em processo de convergência. A aprovação da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 22 foi publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade em novembro de 2019.

Estão sendo identificadas as transações financeiras de aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais com as seguintes empresas:

- a) Celesc
- b) CASAN
- c) SCPAr
- d) CODESC
- e) CIASC
- f) BADESC
- g) BRDE
- h) CODISC
- i) IAZPE

Aumento/Redução de Capital

Durante o exercício de 2019, o Governo do Estado repassou recursos para aumento de capital das seguintes empresas:

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CODESC	6.432
CODISC	1.653
SCPar	124.942
IAZPE	92
TOTAL	133.119

(Relatório Imprimir Nota de Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, subelemento 45.90.65.02, acumulado até dezembro)

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2019, o valor das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo foi de R\$ 2,01 milhões considerando a liquidação das despesas realizadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 62% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da empresa CIASC, 21% são de ressarcimento de salários de pessoal da CASAN e 17% das demais empresas.

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CIASC	1.243
CASAN	433
SCPar	235
Celesc	103
Total	2.014

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, subelemento 31.90.96.01, acumulado até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2019, o Governo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), repassou ao BADESC, agência financeira de fomento do Estado, o valor de R\$ 5,31 milhões como subvenção econômica para o Programa Juro Zero.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

No exercício de 2019, o Estado consumiu serviços das empresas controladas, especificadas a seguir:

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CIASC	83.382
Celesc	80.028
CASAN	27.403

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 2019, houve o recebimento no valor de R\$ 7,47 milhões de dividendos da Celesc referentes ao exercício de 2018. Desse valor, R\$ 2,62 milhões foram utilizados para abatimento do débito proveniente do Convênio nº 007/95 - Termo de Convênio de Cooperação financeira, firmado entre o Estado de Santa Catarina, a Prefeitura de Florianópolis e a Celesc para substituição da rede aérea de distribuição de energia elétrica e iluminação pública do centro da capital, por rede subterrânea.

Em relação aos juros sobre capital próprio (JSCP), Santa Catarina recebeu em 2018 o valor de R\$ 5,31 milhões do BADESC.

O Estado tem registrado no seu ativo o valor de R\$ 11,36 milhões de dividendos a receber. Desse montante, R\$ 9,26 milhões são dividendos da SCPAr do exercício de 2016, deliberados na Assembleia Geral de 27/4/2017, e R\$ 2,10 milhões correspondem ao saldo de dividendos a receber da Celesc proveniente de exercícios anteriores.

Valores a Pagar

Santa Catarina tem os seguintes valores reconhecidos como “restos a pagar” pelas partes relacionadas:

R\$ milhares	
Empresa	Valor
CIASC	7.227
CASAN	764
Celesc	51

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc, conforme saldos em 31/12/2019:

	R\$ milhares	
Avais e Garantias do Estado	31/12/2019	31/12/2018
CASAN		
Caixa Econômica Federal	286.119	287.140
Agence Français e Développement	346.152	381.651
Celesc		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	474.597	1.069.642

37. Eventos Subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF) não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

DIRETORIA DE
CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA
DE ESTADO
DA FAZENDA

GOVERNO DE
SANTA 
CATARINA